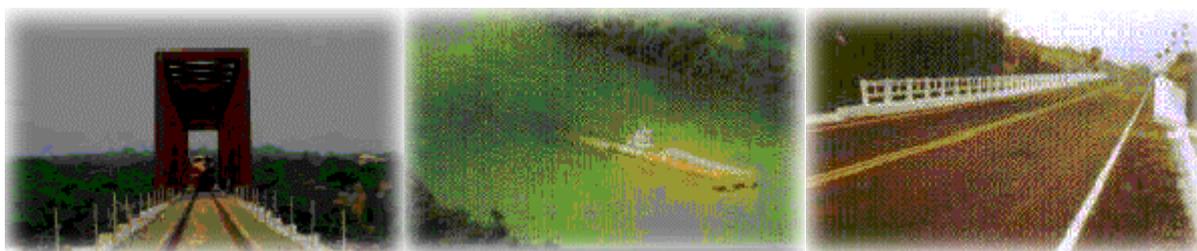


# PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

## AGUIARNÓPOLIS - TO



JANEIRO – 2004

## **GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**

Marcelo de Carvalho Miranda - Governador

Raimundo Nonato Pires dos Santos – Vice-Governador

## **SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE**

Lívio William Reis de Carvalho – Secretário

Nilton Claro Costa - Subsecretário

## **DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

Belizário Franco Neto - Diretor

## **EQUIPE DE COORDENAÇÃO**

Humberto de Campos - NATURATINS

Rosa Antônia Rodrigues Monteiro – SEPLAN

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUIARNÓPOLIS**

José Rubens Cabral - Prefeito

## **EQUIPE LOCAL DE COORDENAÇÃO**

Maria de Fátima Oliveira Lima - Coordenadora

Adailton Moraes da Silva Fernandes

Ângela Maria de Oliveira e Sousa

Edmar Saraiva Mota

Ednylson Alves Bezerra

Genivaldo da Silva Rocha

Joaquim Manoel Miranda Alves

Maria Helena da Silva

Roberto Carlos Borges Fernandes

Roberto Kennedy Cirqueira de Sousa

## **ELABORAÇÃO**

**ca & co – camargo & cordeiro consultores associados s/c ltda.**

## **COORDENAÇÃO GERAL**

Luiz Alberto Cordeiro

Planejador Urbano

## **COORDENAÇÃO TÉCNICA**

Sônia Helena Taveira de Camargo Cordeiro

Arquiteta e Urbanista

## **EQUIPE TÉCNICA**

Ademilton Pereira Lima

Economista

Cláudia Martins Dutra

Advogada

Gunter Kohlsdorf Spiller

Arquiteto e Urbanista

Janaina Domingos Vieira

Arquiteta

Yara Camargo Cordeiro

Psicóloga

## SUMÁRIO

<b>RELAÇÃO DE FIGURAS</b> .....	07
<b>RELAÇÃO DE TABELAS E QUADROS</b> .....	09
<b>ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	11
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	14
<b>RESUMO EXECUTIVO</b> .....	18
<b>I – REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO</b> .....	25
<b>1. Aspectos Históricos</b> .....	25
<b>2. Inserção Regional</b> .....	25
<b>3. Aspectos Físico-ambientais</b> .....	28
3.1. Meio Ambiente Natural .....	30
3.1.1. Aspectos Geofísicos .....	30
3.1.2. Aspectos Bióticos .....	41
3.1.3. Áreas de Preservação Permanente .....	41
3.2. Território Municipal .....	41
3.2.1. Estrutura Fundiária .....	41
3.2.2. Acessibilidade e Transporte .....	42
3.2.3. Utilização da Terra .....	57
3.3. Estrutura Urbana .....	58
3.3.1. Configuração Urbana .....	58
3.3.2. Usos e Ocupação do Solo.....	68
3.3.3. Habitação .....	70
3.3.4. Comunicações .....	71
3.3.5. Energia Elétrica e Iluminação Pública .....	71
3.3.6. Saneamento Ambiental .....	71
3.3.7. Sistema Viário e Transporte Urbano .....	74
<b>4. Aspectos Sociais</b> .....	76
4.1. Demografia.....	76
4.2. Cultura .....	83
4.3. Educação .....	83
4.4. Esporte e Lazer .....	90
4.5. Justiça e Segurança Pública .....	91
4.6. Promoção Social .....	91
4.7. Saúde .....	91

<b>5. Dinâmica Econômica</b> .....	<b>92</b>
5.1. Pecuária .....	92
5.2. Agricultura .....	93
5.3. Indústria, Comércio e Serviços .....	94
<b>6. Aspectos Político-institucionais</b> .....	<b>95</b>
6.1. Estrutura da Gestão Municipal .....	95
6.2. Finanças Municipais .....	96
6.3. Instrumentos de Planejamento e Gestão .....	96
6.4. Participação Social .....	99
<b>7. Potencialidade Turística</b> .....	<b>99</b>
<b>8. Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Riscos</b> .....	<b>100</b>
<b>II. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO</b> .....	<b>103</b>
<b>1. Cenários Prospectivos</b> .....	<b>103</b>
<b>2. Construção e Seleção do Cenário Desejável</b> .....	<b>104</b>
<b>3. Cenários Alternativos de Desenvolvimento</b> .....	<b>105</b>
3.1. Cenário Tendencial .....	108
3.2. Cenário de Regressão .....	109
3.3. Cenário de Desenvolvimento (de referência para o Plano Diretor) .....	111
3.4. Aspectos Urbanísticos do Cenário de Desenvolvimento .....	117
<b>III. PROPOSTA</b> .....	<b>119</b>
<b>1. Desenvolvimento Municipal</b> .....	<b>119</b>
1.1. O Plano Diretor como Instrumento da Política de Desenvolvimento Sustentável e de Expansão Urbana .....	119
1.2. Objetivo Central .....	121
1.3. Linhas Estratégicas para o Desenvolvimento Municipal .....	121
<b>2. Ordenamento Territorial</b> .....	<b>124</b>
2.1. Macrozoneamento .....	124
2.2. Cidade Desejada .....	126
2.3. Sistema Viário .....	132
2.4. Diretrizes para o Parcelamento do Solo Urbano .....	135
2.5. Diretrizes para o Uso e Ocupação do Solo na Zona Urbana .....	135
<b>3. Ações para o Desenvolvimento</b> .....	<b>136</b>
3.1. Conceituação das Linhas Estratégicas e Ações para o Desenvolvimento .....	136
3.2. Inter-relacionamento Seqüencial das Ações de Desenvolvimento .....	147
<b>4. Indicações para o Sistema de Planejamento e Gestão</b> .....	<b>152</b>

4.1. Concepção .....	152
4.2. Os Instrumentos de Planejamento e Gestão .....	153
4.3. Estrutura Organizativa .....	157
4.3.1. Conselho Municipal de Desenvolvimento .....	157
4.3.2. Gabinete do Prefeito .....	157
4.3.3. Secretarias Municipais e as entidades da Administração Indireta ou Fundacional do Município.....	158
4.4. Sistema Municipal de Informações .....	158
4.5. Mecanismos de Monitoramento e Avaliação .....	158
4.6. Participação Popular .....	159
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>160</b>

## RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 01	
O município de Aguiarnópolis e a região .....	27
Figura 02	
Limites do município de Aguiarnópolis.....	29
Figura 03	
Ambientes geológicos do município de Aguiarnópolis .....	31
Figura 04	
Tipos de solos no município de Aguiarnópolis .....	35
Figura 05	
O gradiente de declividade no município de Aguiarnópolis .....	37
Figura 06	
As formas de relevo no município de Aguiarnópolis .....	38
Figura 07	
Erodibilidade potencial dos solos no município de Aguiarnópolis .....	40
Figura 08	
Vias de acesso .....	44
Figura 09	
Rodovia 153 - Belém – Brasília .....	46
Figura.10	
Rodovia BR – 010 .....	46
Figura 11	
Ferrovia Norte-Sul .....	49
Figura 12	
Ponte ferroviária sobre o rio Tocantins em Aguiarnópolis .....	49
Figura 13	
Área de influência da hidrovía Tocantins – Araguaia .....	53
Figura 14	
Módulo da Plataforma Multimodal de Transportes .....	56
Figura 15	
Contínuo urbano formado por Aguiarnópolis e Estreito .....	59
Figura 16	
A presença visual e de usufruto do rio Tocantins na cidade de Aguiarnópolis .....	60
Figura 17	
A parte mais antiga da cidade de Aguiarnópolis .....	62
Figura 18	
A presença da ferrovia Norte-Sul fragmentando a malha urbana da cidade .....	63
Figuras 19	
A parte nova da cidade .....	65
Figuras 20	
A parte nova da cidade .....	66
Figuras 21	
A parte nova da cidade .....	67
Figura 22	
Planta de usos da cidade de Aguiarnópolis .....	69
Figura 23	
O sistema viário na cidade de Aguiarnópolis .....	75

Figura 24	
Macrozoneamento e Perímetro urbano .....	<b>127</b>
Figura 25	
A cidade desejada .....	<b>128</b>
Figura 26	
Hierarquização do sistema viário .....	<b>134</b>

## RELAÇÃO DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1	
Custo unitário t/km dos diferentes modais de transporte .....	51
Tabela 2	
Domicílios particulares permanentes, moradores e média de moradores por domicílio ..	70
Tabela 3	
Domicílios por condição de ocupação .....	70
Tabela 4	
Domicílios segundo a ocupação por área .....	70
Tabela 5	
Domicílios e formas de abastecimento de água .....	72
Tabela 6	
Domicílios existentes, banheiro/sanitário, tipo de esgotamento sanitário .....	73
Tabela 7	
Domicílios por destino do lixo .....	74
Tabela 8	
Área, população e densidade demográfica .....	76
Tabela 9	
Taxas de crescimento populacional .....	78
Tabela 10	
Distribuição da população segundo situação do domicílio .....	79
Tabela 11	
Relação de gênero da população .....	80
Tabela 12	
Distribuição da população por gênero segundo situação do domicílio .....	80
Tabela 13	
População residente por domicílio e grupos de idade .....	81
Tabela 14	
Razão de dependência demográfica 2000 .....	81
Tabela 15	
Percentual de população por domicílio e por grupos de idade - município, região e estado - 2000 .....	82
Tabela 16	
Matrícula inicial e final, repetência e evasão no ensino básico - escola municipal ...	85
Tabela 17	
Matrícula inicial e final, repetência e evasão no ensino de jovens e adultos - EJA - escola municipal .....	87
Tabela 18	
Matrícula inicial, final, repetência e evasão no ensino fundamental e no ensino médio - escola estadual .....	88
Tabela 19	
Taxa de alfabetização da população residente maior de 10 anos por domicílio, município, região e estado .....	89
Tabela 20	
População residente maior de 5 anos alfabetizada .....	90
Tabela 21	
Rebanhos 1999, 2000, 2001 e 2002 .....	93

Prefeitura Municipal de Aguiarnópolis  
Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável

Tabela 22	
Produção de origem animal .....	<b>93</b>
Tabela 23	
Produção agrícola 1999, 2000 e 2002 .....	<b>94</b>
Tabela 24	
Produção da extração vegetal e silvicultura .....	<b>94</b>
Tabela 25	
Estabelecimentos e pessoal ocupado .....	<b>95</b>
Tabela 26	
Projeção da população de Aguiarnópolis 2001 / 2020 .....	<b>107</b>
Tabela 27	
Índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) - Aguiarnópolis – 2000 .....	<b>108</b>
Quadro 01	
Cenário de Desenvolvimento .....	<b>114</b>

## ABREVIATURAS E SIGLAS

---

ACS – Agentes Comunitários de Saúde  
ADAPEC – Agência de Desenvolvimento Agropecuário  
AHITAR – Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia  
Alfab. - Alfabetizadas  
APP – Áreas de Preservação Permanente  
art. - Artigo  
ASG – Agentes de Serviços Gerais  
canal. - Canalização  
CEF – Caixa Econômica Federal  
CELTINS – Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins  
CNEC – CNEC Engenharia S/A  
COEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente  
DAC – Departamento de Aviação Civil  
DERTINS – Departamento de Estradas e Rodagens do Tocantins  
DPI – Diretoria de Pesquisa e Informação  
ECT – Empresa de Correios e Telégrafos  
EDUCON – Programa de Educação Continuada  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
ETE – Estação de Tratamento de Esgoto  
F. Rust. – Fossa Rústica  
F.S. – Fossa Séptica  
FEPASA – Ferrovia Paulista S/A  
FIETO – Federação das Indústrias do Estado do Tocantins  
FPM – Fundo de Participação dos Municípios  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde  
GO - Goiás  
ha - Hectare  
hab. - Habitantes  
hab/km<sup>2</sup> – Habitantes por Quilômetro Quadrado  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal  
IDHM-E – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação  
IDHM-L – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Longevidade  
IDHM-R – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Renda  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INTERTINS – Instituto de Terras do Tocantins

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano  
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza  
ITBI – Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis  
Kg – Quilograma  
Kg/ha – Quilograma por Hectare  
Km – Quilômetro  
Km<sup>2</sup> – Quilômetro Quadrado  
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LE – Linhas Estratégicas  
LO – Licença de Operação  
LOA – Lei do Orçamento Anual  
m – Metro  
m<sup>3</sup> – metro Cúbico  
M.F. – Matrícula Final  
M.I. – Matrícula Inicial  
MA – Maranhão  
MEC – Ministério da Educação  
mm - Milímetros  
MST – Movimento dos sem Terra  
MT – Mato Grosso  
MZR – Macrozona Rural  
MZU – Macrozona Urbana  
nº - Número  
NATURATINS – Instituto Natureza do Tocantins  
°C – Graus Centígrados  
PA – Programa de Ações  
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais  
PD – Plano Diretor  
PDDS – Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável  
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PGAI – Projeto de Gestão Ambiental Integrada  
PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
pop – População  
PPA – Plano Plurianual  
R\$ - Reais  
RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento  
RURALTINS – Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins  
S – Sul  
S.L. – Serviço de Limpeza  
SAAE – Sistema Autônomo de Água e Esgoto  
SANEATINS – Companhia de Saneamento do Estado do Tocantins

SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente  
SESI – Serviço Social da Indústria  
SUS – Sistema Único de Saúde  
t - Tonelada  
t/Km – Tonelada por Quilômetro  
TO – Tocantins  
UHE – Usina Hidroelétrica  
urb. - Urbano  
US\$ - Dólar Americano  
VALEC – VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A  
W – Oeste

## APRESENTAÇÃO

---

O município de Aguiarnópolis está inserido na Região do Bico do Papagaio e a sua sede, com pouco mais de 2.000 habitantes, localiza-se no entroncamento das rodovias BR 226 - Belém-Brasília, BR-226 e BR-010, da hidrovía Tocantins e da ferrovia Norte-Sul, além de outras rodovias regionais.

Essa convergência de diferentes sistemas modais de transporte levou o Governo do Estado a implantar em Aguiarnópolis uma Plataforma Multimodal de Transportes para o transbordo de cargas transportadas pelas hidrovias, com destino ao porto de Itaqui, no Maranhão. Estão propostas para esta Plataforma unidades agro-industriais de beneficiamento de matéria prima, infra-estrutura e serviços urbanos, comércio e serviços de apoio.

Além disso, está prevista a construção, ainda nesta década, da Usina Hidroelétrica de Estreito, tendo seu ponto de barragem nas imediações de Aguiarnópolis.

A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, ao regulamentar a Constituição Federal no tocante à política urbana, estabelece, dentre outros critérios, no inciso V do art. 42, a obrigatoriedade do Plano Diretor para as cidades "inseridas nas áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental no âmbito regional ou nacional". Aguiarnópolis enquadra-se nesta condição.

Diante desses fatos, o Governo do Estado, por meio da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente, estabeleceu um Termo de Cooperação com a Prefeitura Municipal de Aguiarnópolis, para a elaboração do seu Plano Diretor, utilizando recursos do Convênio nº 2000CV000158, firmado entre a SEPLAN e o Ministério do Meio Ambiente, com contrapartida estadual. Desta forma, o Município pode capacitar-se para absorver os impactos decorrentes dos empreendimentos previstos, com ganhos econômicos e sociais, sem prejuízo ambiental. O Plano Diretor visa ainda qualificar a cidade de Aguiarnópolis para a concorrência representada por Estreito, na margem oposta do rio Tocantins, com mais de 15.000 habitantes e infra-estrutura urbana, comércio e serviços bem mais estruturados que Aguiarnópolis, em relação à absorção dos benefícios do crescimento esperado com a implantação de todos os empreendimentos mencionados.

O presente documento consubstancia os resultados dos trabalhos realizados para a formulação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em apoio à Gestão Ambiental do Município de Aguiarnópolis, conforme estabelecido pelo contrato nº 196/2003, firmado entre a Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins – SEPLAN e a **ca & co - camargo & cordeiro consultores associados s/c Ltda**. Atende às recomendações do Termo de Referência orientador da contratação dos serviços e a todas as cláusulas contratuais. Nas diferentes etapas de sua elaboração participaram o poder público, a iniciativa privada e a sociedade organizada, em uma construção coletiva, apresentada como o **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Aguiarnópolis**, em conformidade com o que estabelecem a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município de Aguiarnópolis.

O presente documento apresenta um Resumo Executivo, com a síntese de seu conteúdo, e se estrutura em três partes distintas:

**I – Realidade Atual do Município**, dividida em 7 seções que analisam a situação atual do município e da cidade de Aguiarnópolis, com vistas a identificar as vantagens e limitações intramunicipais e da sua inserção regional para o desenvolvimento sustentável.

- A primeira seção informa sobre o surgimento do povoado e sua elevação à condição de Município.
- A segunda seção analisa a inserção regional de Aguiarnópolis e as relações de dependência com os demais municípios da região.
- Na terceira seção são examinados os aspectos físico-ambientais do Município, tanto do meio ambiente natural, quanto do território municipal, sua estrutura fundiária, acessibilidade e transportes e a utilização da terra, além da estrutura urbana, avaliando a configuração, os usos e ocupações, a questão habitacional e a infra-estrutura básica, sistema viário e transportes.
- A quarta seção cuida dos aspectos sociais, examinando a evolução demográfica e a oferta de equipamentos urbanos e comunitários à população.
- A quinta seção trata da dimensão econômica, examinando as atividades econômicas existentes, a força de trabalho, o nível de emprego e distribuição de renda e as facilidades de abastecimento.
- A sexta seção avalia a capacidade de gestão municipal de Aguiarnópolis, a estrutura administrativa, os instrumentos de planejamento e gestão e a participação popular no processo decisório.
- Na sétima seção é analisada a potencialidade turística do Município, sob o ponto de vista da oferta e da demanda.
- Finalizando a primeira parte do documento, como uma consolidação da análise das questões das seções anteriores, são apresentadas as vantagens e as limitações próprias do Município –

**pontos fortes e pontos fracos** – e resultante de sua inserção regional – **oportunidades e riscos** – ao desenvolvimento municipal e urbano.

**II – Cenários de Desenvolvimento**, com a apresentação das diferentes alternativas de desenvolvimento para o Município e a Cidade, organizadas como cenários prospectivos fundamentados em diferentes combinações das variáveis da realidade verificada, e a seleção do **Cenário Futuro Desejável**, que passa a ser referência para a formulação das propostas do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Aguiarnópolis. Estrutura-se em 3 seções:

- A seção 1 apresenta o conceito e a importância dos cenários prospectivos no processo de formulação do Plano Diretor.
- A seção 2 comenta o processo de construção dos cenários alternativos e de seleção do cenário futuro desejável.
- Os diferentes cenários construídos são apresentados na seção 3, que traz, ainda, a proposta urbanística para o Cenário de Desenvolvimento, assumido como o de referência para o Plano Diretor.

**III – Proposta**, com a definição coletiva do futuro desejado para o Município, a proposta urbanística para a cidade de Aguiarnópolis, o objetivo central para o Município e as linhas estratégicas e correspondentes programas de ações necessários ao alcance do objetivo traçado, distribuídos em quatro seções, quais sejam:

- A primeira seção apresenta a conceituação e importância do Plano Diretor tal como estabelecido pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade, o objetivo central para o Município, em conformidade com o cenário selecionado por todos os atores sociais envolvidos e as linhas estratégicas que permitirão o seu alcance.
- A segunda seção apresenta a proposta de ordenamento territorial para o Município e para a Cidade, além de definir diretrizes para o parcelamento e para o uso e ocupação do solo urbano.
- A seção 3 apresenta as ações para o desenvolvimento municipal e urbano, correspondentes a cada linha estratégica estabelecida, relacionando-as em um ordenamento seqüencial lógico e interdependente.
- Na quarta e última seção são apresentadas indicações para a estruturação do Sistema de Planejamento e Gestão necessário para a implementação do Plano Diretor, com a sua concepção e estrutura organizativa proposta. Faz indicações, também, quanto ao Sistema Municipal de Informações, mecanismos de monitoramento e avaliação da implementação do Plano Diretor e participação popular, todos eles elementos indispensáveis ao sucesso do processo de planejamento e gestão.

**O** Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Aguiarnópolis, formulado como resultado da construção coletiva do futuro desejado por sua população e governantes, respeita os

princípios da sustentabilidade econômica, social, cultural, urbanística e ambiental e fundamenta o Anteprojeto de Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Aguiarnópolis.

**A**lém destes dois documentos, são também apresentados, conforme estabelecido no contrato mencionado, o Anteprojeto de Lei do Uso e Ocupação do Solo na Macrozona Urbana do Município de Aguiarnópolis e o Anteprojeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano do Município de Aguiarnópolis.

**E**spera-se que este conjunto de documentos possa orientar as ações públicas e privadas no sentido de promover o desenvolvimento de Aguiarnópolis, qualificando-o para enfrentar e superar o desafio a ele apresentado pela implantação de empreendimentos de tamanha magnitude no seu território, dentro de uma visão de desenvolvimento sustentável da região.

**J**aneiro de 2004

**ca & CO - camargo & cordeiro consultores associados s/c Ltda.**

## RESUMO EXECUTIVO

---

**A**guiarnópolis, município criado em 1994 e efetivamente instalado em janeiro de 1997, situa-se na Região do Bico do Papagaio, constituída por 37 municípios do norte do Tocantins, ocupando uma área de quase 35 mil km<sup>2</sup>, onde vive uma população de aproximadamente 350 mil habitantes, equivalentes a 12,51% da área e 29,71% da população do Tocantins. É uma das regiões com maior densidade demográfica e mais altas taxas de analfabetismo e pobreza do Estado.

**A** cidade de Aguiarnópolis tem uma população de pouco mais de 2.000 habitantes. Localiza-se no entroncamento das rodovias BR 226 - Belém-Brasília, BR-010 e TO-126, da hidrovía Tocantins e da ferrovia Norte-Sul, além de outras rodovias regionais. Essa confluência de modais de transportes levou o governo do Estado e a Federação das Indústrias do Tocantins - FIETO, a conceberem, em parceria, uma Plataforma Multimodal de Transportes para Aguiarnópolis, visando integrar o transbordo hidroviário ou rodoviário de cargas com o ferroviário, com destino ao porto de Itaqui, no Maranhão. Estão previstas, ainda, para esta Plataforma unidades agro-industriais de beneficiamento de matéria prima, infra-estrutura e serviços urbanos, comércio e serviços de apoio. Além disto, deve ser construída, ainda nesta década, a Usina Hidroelétrica de Estreito, com barramento nas cercanias da cidade de Aguiarnópolis. A Usina Hidroelétrica de Serra Quebrada, a ser construída mais abaixo no rio Tocantins, deverá provocar o surgimento de um lago artificial junto às cidades de Aguiarnópolis e Estreito, ampliando as possibilidades turísticas e de lazer.

**C**om vistas a preparar o Município para o surto de desenvolvimento esperado com a implantação desses empreendimentos, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Aguiarnópolis celebraram um Termo de Cooperação para, com recursos provenientes do Convênio nº 2000CV000158, firmado entre a SEPLAN e o Ministério do Meio Ambiente, com contrapartida estadual, elaborarem o **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Aguiarnópolis**.

**O** Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Aguiarnópolis é o resultado da construção coletiva decorrente do processo de planejamento participativo em que foram desenvolvidos os trabalhos. Representa o instrumento básico da política de desenvolvimento sustentável e de expansão urbana do Município, em atendimento ao que preceitua a Constituição Federal,

regulamentada pelo Estatuto da Cidade, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município de Aguiarnópolis.

**O** Estatuto da Cidade estabelece diversas diretrizes a serem obedecidas para a formulação da política urbana, todas elas respeitadas na formulação das propostas do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Aguiarnópolis. São elas:

- Garantia do direito às cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- Planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
- Oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;
- Ordenação e controle do uso do solo, a fim de evitar a utilização inadequada de imóveis urbanos, a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes e o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;
- Integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do município e do território sob sua área de influência;
- Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
- Proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
- Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, de uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas brasileiras;
- Simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;
- Isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

**C**omo primeira etapa dos trabalhos, foi feito um exame da situação atual da realidade municipal e de sua sede, tendo sido analisados os aspectos intramunicipais e da inserção regional do Município, com vistas à identificação dos fatores facilitadores e limitantes ao

desenvolvimento sustentável de Aguiarnópolis, das principais tendências de desenvolvimento da região e das demandas atuais e potenciais a serem apresentadas ao Município por parte dos diferentes segmentos, particularmente resultantes da implantação dos empreendimentos mencionados.

**A**s análises desenvolvidas nesta etapa evidenciam, nos aspectos intramunicipais, que:

- A cidade de Aguiarnópolis ocupa posição geográfica estratégica nos cruzamentos da rodovia Belém-Brasília, ferrovia Norte-Sul, rodovia Transamazônica, hidrovía Tocantins e rodovia TO-126;
- O rio Tocantins apresenta um potencial de exploração significativo, em relação à pesca, à irrigação, ao transporte fluvial, além de permitir a construção das UHEs de Estreito e de Serra Quebrada, dentre outras;
- O Município tem disponibilidade de terras férteis para a agricultura e a implementação de lavouras comunitárias;
- Existe atualmente disponibilidade de energia elétrica nas áreas urbana e rural, que deve ser ampliada com a construção da UHE de Estreito;
- Os três assentamentos rurais existentes no Município, um deles já emancipado, têm merecido assistência permanente da Administração Municipal e apresentam resultados satisfatórios quanto à produção de subsistência, com pequeno excedente para comercialização;
- Não há problemas de regularização fundiária na área rural do Município. Na área urbana, a maioria dos terrenos é de propriedade do Município, mas grande parte deles está ocupada por antigos moradores. A Prefeitura Municipal tem tentado regularizar esses imóveis por meio da venda dos terrenos aos seus ocupantes por valor simbólico, tendo para tanto autorização dada por lei municipal;
- A principal atividade econômica do Município é a agropecuária, sem emprego de tecnologia avançada e com níveis de produtividade ainda baixos. Na área urbana, o principal empregador é o setor público;
- O acesso ao Município é facilmente feito pelas rodovias BR 226, 226 e 010 e pela TO-126. As condições de trafegabilidade são, na maior parte do tempo, satisfatórias. As estradas vicinais são poucas, em virtude do tamanho do Município, e apresentam-se com conservação razoável;
- A ferrovia Norte-Sul já chegou à sede municipal e deverá facilitar o transporte de cargas até o porto de Itaqui, no Maranhão. O rio Tocantins é outro modal a ser explorado mais efetivamente a partir da implantação da hidrovía Tocantins;
- A Plataforma Multimodal está em fase final de construção e deverá mudar o ritmo de desenvolvimento na região, particularmente em Aguiarnópolis e Estreito;
- A educação no Município, ainda que deva ser melhorada, já apresenta níveis satisfatórios, contando com escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio com capacidade de atendimento a toda a população e com possibilidade de capacitação superior dos professores por meio de tele-sala. Apesar disto, as instalações físicas da rede municipal de ensino necessitam de ampliação e melhoria;

- O atendimento de saúde é suprido por um centro de saúde com capacidade de atendimento ambulatorial médico, odontológico, laboratorial, estando implantados no Município os programas básicos de saúde. Entretanto, numerosos pacientes exigem remoção em ambulâncias para outras cidades, uma vez que não há em Aguiarnópolis um hospital para internação ou atendimentos de maior complexidade.
- A sede municipal é servida por sistema de água tratada. Parte dela tem também rede coletora de esgotamento sanitário, existindo uma Estação de Tratamento de Esgoto – ETE - na parte nova da Cidade. Entretanto, não há rede de drenagem pluvial e apenas cerca de 20% das vias são pavimentadas;
- Constata-se a deficiência do sistema de segurança pública, tanto em relação à infraestrutura física quanto no tocante ao contingente policial, atualmente reduzido e voltado para o fisco:
- Observa-se a existência de déficit e de inadequação habitacional nas zonas periféricas da sede urbana;
- A iluminação pública e a limpeza urbana são insuficientes e a coleta e disposição final do lixo não estão devidamente equacionadas;
- O Município ainda é altamente dependente das transferências constitucionais de recursos, pois a arrecadação local é bastante baixa;
- Não está institucionalizado qualquer processo de participação popular na discussão e decisão das questões relativas ao desenvolvimento municipal e urbano.

**Q**uanto aos fatores externos, as principais **oportunidades** a serem aproveitadas para o desenvolvimento de Aguiarnópolis são:

- A construção da UHE de Estreito com possibilidade de ampliação da disponibilidade de energia para a implantação de indústrias no Município;
- A implantação da Plataforma Multimodal de Transportes e das atividades a ela correlatas que deverão atrair diferentes investimentos industriais, comerciais e de serviços para o Município e região;
- O nóculo intermodal de transportes (rodoviário / ferroviário / hidroviário) possibilitando alternativas diferentes de transporte em função da natureza e do volume das cargas a serem transportadas e o transbordo de um modal para outro, desde que conveniente;
- O incremento da plantação de soja na região, ampliando a fronteira agrícola e trazendo maior nível tecnológico ao campo;
- Os projetos de fruticultura irrigados que começam a surgir, como alternativas produtivas e inovadoras de exploração e verticalização da produção na área rural;
- A possibilidade do surgimento de um Distrito Industrial com infra-estrutura adequada, em função das facilidades de energia e transportes;
- A implantação da base de petróleo prevista para a Plataforma Multimodal, que acrescenta o combustível ao binômio energia – transporte;
- A atratividade criada pela Plataforma Multimodal e pela hidrelétrica, ampliando a possibilidade de surgimento de novos empreendimentos

Essas oportunidades decorrentes da implantação da Plataforma Multimodal de Transportes e construção da UHE de Estreito trazem junto alguns riscos em relação aos quais Aguiarnópolis deve se precaver, a fim de que o desenvolvimento esperado não seja comprometido. Os principais **riscos** identificados são:

- A atratividade do Município pode gerar um crescimento desordenado da população e causar impactos sócio-ambientais indesejáveis, como a violação do meio ambiente, o aumento da prostituição e de doenças, particularmente as sexualmente transmissíveis, a perda da tranquilidade, o vandalismo e o desrespeito ao patrimônio;
- A indefinição de políticas voltadas para as atividades relacionadas aos empreendimentos da Plataforma Multimodal pode inviabilizá-las, esvaziando a Plataforma, com conseqüentes custos sociais e instabilidade no Município;
- A redução dos recursos federais em investimentos no Município pode retardar a implantação dos empreendimentos previstos, com diminuição do interesse por parte dos investidores privados em desenvolver novos negócios na região;
- A absorção do capital circulante por Estreito, atualmente mais bem servida de infra-estrutura urbana e serviços, em uma concorrência desvantajosa para Aguiarnópolis.

A identificação desses fatores facilitadores ou limitantes ao desenvolvimento permitiu a construção de três cenários futuros distintos para o desenvolvimento municipal. Em todos eles foram consideradas as dimensões econômica, social, físico-ambiental, urbanística e institucional. São eles:

**Cenário Tendencial** – O Município mantém as atuais tendências de desenvolvimento condicionadas por fatores externos regionais e nacionais, mais ou menos favoráveis, sem que possa interferir decisivamente na mudança de rumos. Os investimentos públicos federais e estaduais continuam, mas são insuficientes para aumentar a atratividade de Aguiarnópolis, fazendo com que os investimentos privados permaneçam reduzidos. Mesmo com a Plataforma Multimodal instalada, a indefinição quanto à implantação da Hidrovia Tocantins e a demora na construção da UHE de Estreito fazem com que a velocidade esperada para novos investimentos da iniciativa privada não se concretize. A concorrência com Estreito, Porto Franco, Tocantinópolis e Araguaína continua desfavorável a Aguiarnópolis e os benefícios com a implantação dos empreendimentos programados são insuficientes para promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população. O IDH mantém-se nos níveis atuais.

**Cenário de Regressão** - Fatores externos regionais e nacionais negativos, como a redução dos investimentos públicos e a não concretização do nódulo intermodal de transportes provocam uma crise econômica, que as variáveis manipuláveis no nível do Município não conseguem equacionar. A atratividade do Município fica bastante reduzida e a expectativa de dinamização e verticalização da agropecuária com conseqüente implantação dos agronegócios não se viabiliza. A agropecuária, praticada como é atualmente, é a única atividade econômica e

o Município torna-se mais dependente das transferências constitucionais de recursos. Pode haver um agravamento da migração campo/cidade, com conseqüente inchamento da periferia. Neste caso, o IDH deve cair, pela piora das condições de via da população.

**Cenário de Desenvolvimento** – Admite a diversificação econômica do Município, decorrente da efetiva implementação da Plataforma Multimodal de Transportes e construção da UHE de Estreito, com modificação definitiva no nível de desenvolvimento municipal e, particularmente, da sua sede. Com energia disponível e a Plataforma Multimodal implantada, criam-se condições para o surgimento de novas atividades produtivas, com ampliação das oportunidades de trabalho e distribuição de renda. As relações atualmente existentes com Estreito se modernizam, reduzindo a dependência de Aguiarnópolis que, em função da condição estratégica a ela conferida pela Plataforma Multimodal, passa a centro distribuidor e receptor de produtos, em um processo de desenvolvimento regional. A capacidade de planejamento e gestão municipal pode ampliar-se e a arrecadação melhora, reduzindo a dependência das transferências constitucionais de recursos. Por este cenário, o IDH eleva-se a níveis satisfatórios.

Este terceiro cenário foi selecionado pelos atores participantes do processo de formulação do Plano Diretor como o desejável e, a partir dessa decisão, foi tomado como referência para as propostas contidas neste documento. Definiu-se, então, como objetivo central para o município de Aguiarnópolis:

**Aguiarnópolis como pólo agroindustrial e comercial do norte do Tocantins, voltado à exportação, aproveitando as vantagens de sua localização privilegiada como nóculo multimodal de transportes.**

Para o alcance do objetivo estabelecido, são propostas sete linhas estratégicas, a serem implementadas por meio de programas de ações, identificados e organizados segundo o seu inter-relacionamento seqüencial. As Linhas Estratégicas propostas são:

**LE 1 - Apoiar o desenvolvimento de uma economia forte e diversificada, voltada para a agroindústria e o comércio de exportação;**

**LE 2 - Desenvolver intercâmbio regional, estadual e nacional para a implementação de ações de desenvolvimento;**

**LE 3 - Proteger e valorizar o meio ambiente natural e construído;**

**LE 4 - Organizar um espaço urbano de qualidade;**

**LE 5 – Garantir a todos os cidadãos moradia digna, equipamentos urbanos e transporte coletivo;**

**LE 6 - Assegurar o direito à saúde e à educação de qualidade, à segurança pública e favorecer o acesso à cultura e ao lazer a toda a população;**

**LE 7 - Desenvolver uma gestão municipal e urbana participativa e eficaz.**

**P**or último, o presente documento apresenta indicações para a estruturação do Sistema de Planejamento e Gestão, comentando sua finalidade, estrutura organizativa desejável, sistema de informações para a tomada de decisão, instrumentos necessários ao monitoramento e avaliação dos resultados e para a gestão democrática do processo de desenvolvimento a ser instaurado com o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Aguiarnópolis.

## I – REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO

---

### 1. Aspectos Históricos

O Município de Aguiarnópolis surgiu como um ponto de apoio à rodovia Belém-Brasília, à margem esquerda do rio Tocantins, onde foi construída a ponte do Estreito, primeira ponte de concreto protendido do país. Foi transformado em Distrito de Tocantinópolis e, posteriormente, emancipado por meio da Lei Estadual nº 687, de 26 de maio de 1994. A implantação efetiva do Município deu-se a 01 de janeiro de 1997, com a posse do primeiro Prefeito eleito.

### 2. Inserção Regional

O município de Aguiarnópolis situa-se na Região do Bico do Papagaio, definida pelo Projeto de Gestão Ambiental Integrada – PGAI, constituída por 37 municípios, ocupando uma área territorial de 34.751,39 km<sup>2</sup>, o que equivale a 12,51% da área do Estado, onde se encontra uma população de 346.673 habitantes, correspondentes a 29,71% da população estadual. A densidade demográfica da região é de 9,9 hab/km<sup>2</sup>, bem superior à média do Estado, que é de 4,17 hab/km<sup>2</sup>.

A microrregião onde se insere o Município, para efeito de planejamento regional do Estado, é denominada Região Administrativa III - Tocantinópolis, constituída pelos municípios de Aguiarnópolis, Angico, Darcinópolis, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Santa Terezinha do Tocantins e Tocantinópolis. Esta microrregião representa 26,43% da área territorial da região do Bico do Papagaio e 3,3% do Estado.

A região do Bico do Papagaio é polarizada por Araguaína, no Tocantins, e Imperatriz, no Maranhão, os dois centros comerciais e de prestação de serviços mais ativos, e pólos de atendimento à saúde e educação das populações da região.

A região apresenta uma das estruturas fundiárias menos concentradas do Estado, com mais de 70 assentamentos rurais e acima de 5.600 famílias assentadas, além de cerca de 8.000 famílias de sem-terra, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. É a

região mais populosa do Tocantins e apresenta uma das maiores densidades demográficas da Amazônia. Registra, também, uma das mais altas taxas de analfabetismo e pobreza do Estado.

**A** sede municipal, com pouco mais de 2.000 habitantes, localiza-se no entroncamento das rodovias Belém-Brasília, BR-010, TO-126, da hidrovía Tocantins e da ferrovia Norte-Sul, além de outras rodovias regionais. Essa confluência de sistemas modais de transportes levou o governo do Estado, em parceria com a Federação das Indústrias do Tocantins – FIETO, a conceber uma Plataforma Multimodal de Transportes para Aguiarnópolis para integrar o transporte rodoviário ou hidroviário de cargas com o ferroviário, a fim de facilitar o escoamento das mesmas pelo porto de Itaquí, no Maranhão. Estão previstas, ainda, para esta Plataforma unidades agro-industriais de beneficiamento de matéria prima, infra-estrutura e serviços urbanos, comércio e serviços de apoio.

**A**guiarnópolis mantém uma relação de dependência próxima com Estreito, cidade maranhense já consolidada como referência microrregional e com dinamismo econômico próprio, na margem oposta do rio Tocantins, com 15.846 habitantes urbanos. O Município de Estreito tem ainda 7.084 habitantes rurais, perfazendo uma população total de 22.920 habitantes.

**Fig. 01 – O município de Aguiarnópolis e a região**

### 3. Aspetos Físico-ambientais

**O** Município de Aguiarnópolis ocupa uma área de 235 km<sup>2</sup>, à margem esquerda do rio Tocantins, no nordeste do Estado de mesmo nome e faz divisa com Tocantinópolis, Nazaré e Santa Terezinha do Tocantins ao norte; Palmeiras do Tocantins, a sudoeste e sul e com os municípios de Estreito e Porto Franco, no Estado do Maranhão, do qual se separa pelo rio Tocantins, a leste. Suas terras estão inseridas na bacia sedimentar do Parnaíba, entre os paralelos 6°S e 7°S, de latitude sul. A sede urbana está localizada nas coordenadas geográficas 6°56'25" S e 47°46'63" W.

**N**ão há Unidades de Conservação no Município.

**A** cidade de Aguiarnópolis fica a 27 km de Tocantinópolis, com a qual mantém estreita relação comercial, 124 km de Araguaína, principal pólo regional, e 547 km de Palmas, capital do estado do Tocantins.

**Fig. 02 – Limites do município de Aguiarnópolis**

## 3.1. Meio Ambiente Natural

### 3.1.1 Aspectos Geofísicos

#### Clima

O clima predominante em Aguiarnópolis é do tipo C2rA´a´ – clima úmido sub-úmido com pequena deficiência hídrica, evapotranspiração potencial média anual de 1.600 mm, distribuindo-se no verão em torno de 410 mm, ao longo dos três meses consecutivos com temperatura mais elevada.

A precipitação pluviométrica média anual situa-se entre 1.700 mm a 1.800 mm e a temperatura média anual gira em torno de 28°C.

Os períodos chuvoso e seco são bem definidos, com chuvas de setembro a abril, sendo dezembro o mês com mais altos índices de precipitação. O período da seca estende-se de maio a setembro.

Os ventos predominantes são fracos, de leste para oeste.

#### Hidrografia

O Município está inserido na bacia hidrográfica do rio Tocantins, que margeia a Cidade pelo lado leste, tendo como tributários os córregos Grota Seca, Pinga e Chupé, entre outros.

#### Ambientes Geológicos

O Município de Aguiarnópolis encontra-se inserido em sua totalidade no ambiente geológico conhecido como Bacia Sedimentar do Parnaíba que, do ponto de vista estadual, cobre praticamente 1/3 (um terço) do território do Estado do Tocantins. Apesar da homogeneidade do ambiente geológico, uma série de incidências distintas de fatores diferentes (etchiplanação, etc.) teve como resultado a existência de uma diversidade de solos, basicamente do tipo de areias quartzosas, latossolos e solos podzólicos (Fig. 03).

**Fig. 03 - Ambientes geológicos do município de Aguiarnópolis**

## Tipos de Solos

O território municipal é formado por areias quartzosas no trecho nordeste, por latossolos vermelho-escuros numa porção a oeste, por latossolos roxos em um pequeno trecho ao sul, justamente onde se encontra a cidade de Aguiarnópolis, e solos podzólicos vermelho-escuros em 02 trechos, um ao sul e outro a oeste (Fig. 04).

Os tipos de solos encontrados no Município podem ser descritos esquematicamente nos termos que se seguem:

a) Areias quartzosas - Solos com origem em rochas quartzosas, pouco desenvolvidos em virtude da própria natureza refratária do material quartzoso, resultante de pouca evolução pedogenética. No caso específico das areias quartzosas, verificadas no trecho nordeste do Município, elas se encontram misturadas com percentagens relativamente baixas de argilas (em torno de 7%), o que muda significativamente a sua apreciação em relação a possíveis aptidões para uso agrícola.

b) Latossolos - São solos fortes a moderadamente drenados, com pequenas variações de argila, areias e cascalhos, ausência de minerais primários (cálcio e magnésio, principalmente), presença de óxidos de alumínio (Al) e ferro (Fe), garantindo uma textura granular relativamente porosa em relação à infiltração da água e, conseqüentemente, baixa capacidade de suporte nos níveis mais rasos.

São solos espessos, portanto, com perfis de alteração de dezenas de metros, homogêneos, porosos, com aspecto maciço, porém friável quando seco. São típicos de áreas planas ou de colinas suaves e dos topos de morrotes, com declividades entre 1 e 10%. Dependendo da rocha-mãe, terão diferentes texturas e cores: argilosas e avermelhadas (latossolos vermelho-escuros), se forem basaltos; arenosas e amareladas (latossolos vermelho-amarelos), se forem arenitos.

Os principais problemas geotécnicos desses solos advêm do uso inadequado, provocando a concentração de água em grandes volumes no solo. Se atingida a saturação total, os latossolos perdem a estrutura e sofrem colapso, causando abatimentos nos terrenos. Se a concentração de água gerar sulcos na superfície do solo, rapidamente eles podem evoluir, formando grandes ravinas que, ao atingir o lençol freático, formam voçorocas de grande porte, caracterizando-se um intenso processo erosivo de difícil controle.

Os latossolos argilosos apresentam como principal problema a compactação, que diminui os poros de maneira acentuada, comprometendo a capacidade de infiltração de água e gerando processos de degradação permanente.

Os latossolos são, portanto, solos naturalmente estáveis e pouco susceptíveis aos problemas geotécnicos. No entanto, sob condições intensas de uso, desenvolvem graves processos de degradação.

c) Solos podzólicos - São solos com perfil profundo e desenvolvido. Diferenciam-se dos latossolos por apresentar uma nítida divisão em horizontes na parte superficial. O perfil clássico de um solo podzólico apresenta um horizonte superficial (A) arenoso que passa abruptamente para um horizonte sub-superficial (B) argiloso e deste para um horizonte profundo (C) argilo-silto-arenoso.

**O** que caracteriza principalmente este solo é a diferença de características entre o horizonte superficial e o sub-superficial, subjacente. A transição entre estes horizontes, denominados A e B, pode ser gradual ou abrupta. Normalmente, a diferença mais marcante entre os dois é o teor de argila, muito maior no B do que no A, o que leva a uma cor e um comportamento diferente dos horizontes.

**N**as áreas de morros onde o embasamento é de rochas, os solos podzólicos são argilosos e a diferenciação entre os horizontes existe, porém é menos nítida.

**O**s solos podzólicos são, portanto, solos heterogêneos, com clara diferenciação em camadas. Esta diferenciação pode ser tão grande que, vez por outra, é erroneamente interpretada como camadas de depósitos coluvionares, aluviões etc. Um detalhado estudo do perfil normalmente mostra que existe uma filiação entre os horizontes, com transições de um para o outro, evidenciando que a diferenciação em horizontes é também o produto da evolução pedogenética *in situ*, além da contribuição dos coluvionamentos.

**E**ste caráter de heterogeneidade e de transição dos horizontes A e B dos solos podzólicos confere a eles um comportamento geotécnico diferenciado dos latossolos. Os solos podzólicos aparecem na paisagem, em áreas de colinas médias, morrotes e morros, geralmente nas encostas. São, portanto, áreas de média a alta declividade (6 a 20%), onde os processos erosivos são mais intensos.

**O**s solos podzólicos em geral são mais frágeis que os latossolos, revelando médio a alto potencial de desenvolvimento de processos erosivos tão logo é retirada a cobertura vegetal.

**A** partir do que foi exposto, é possível tecer algumas considerações em relação à aptidão agrícola dos solos do Município. Os trechos em torno da cidade de Aguiarnópolis (trechos de latossolos roxos) apresentam boa aptidão para lavouras de ciclo curto e, nesse sentido, deveriam ser incentivadas, neles, atividades de agricultura familiar, a partir de organização de cooperativas e programas de assistência técnica. No trecho a nordeste, das areias quartzosas

misturadas com argilas, é possível o cultivo extensivo de lavouras, desde que tomadas as devidas providências para não exaurir o solo e, quiçá, incentivar a rotatividade com pastagens, a partir de um modelo de integração lavoura / pecuária. O restante do território (latossolos e solos podzólicos) tem aptidão regular e restrita para a exploração agrícola, devendo ser incentivada a sua exploração com pastagens.

**Fig. 04 - Tipos de solos no município de Aguiarnópolis**

## Geomorfologia

**A** geomorfologia de um sítio, município ou região, pode ser apreciada a partir do gradiente de sua declividade e da caracterização de seu relevo e correspondentes unidades geomorfológicas.

- **G**radiente de declividade: os gradientes de declividade são variados no Município, com a predominância de declives suaves, variando entre 5% e 10%, na parte central e nordeste (trecho das areias quartzosas), com trechos mais íngremes (entre 10 e 30%) em porções a sudeste e oeste do Município (Fig. 05)
- **R**elevo: o Município apresenta relevo variado que vai de formas de acumulação junto ao rio Tocantins, passando por formas de dissecção na porção central, norte e leste do Município, até atingir formas estruturais no entorno imediato da cidade de Aguiarnópolis (trecho a sudeste do Município) e no seu extremo oeste (Fig. 06)

**A**s formas de acumulação apresentam relevos resultantes do depósito de sedimentos, em regiões fluviais, paludais e lacustres, normalmente sujeitos à inundação. Do ponto de vista geomorfológico, configuram as chamadas planícies fluviais.

**O**s tipos de dissecção são formas de relevo entalhadas pelos agentes erosivos, havendo uma dissecção diferencial, principalmente ao longo da rede hidrográfica, quando ela existe. A paisagem apresenta-se com cristas e maciços, colinas, mesas, patamares, chapadas e vales encaixados. É a paisagem típica da maior parte do município de Aguiarnópolis. Do ponto de vista da compartimentação geoambiental, este trecho participa da chamada Depressão e Planalto do Médio Tocantins.

**A**s formas estruturais são superfícies cuja topografia é condicionada pela estrutura. Neste caso, processos morfodinâmicos geram formas de relevo em conformidade com a estrutura geológica. As camadas mais resistentes sobressaem no relevo, criando acidentes, formas aguçadas e patamares na paisagem. Este tipo de relevo ocorre ao sul e leste do Município, naqueles trechos que anunciam as chamadas Chapadas do Meio Norte.

**Fig. 05 - O gradiente de declividade no município de Aguiarnópolis**

**Fig. 06 - As formas de relevo no município de Aguiarnópolis**

## **A Erodibilidade Potencial dos Solos**

O cruzamento dos dados e informações colhidas em relação aos tipos de solos e declividades permite montar um quadro da erodibilidade potencial dos solos no Município de Aguiarnópolis. A erodibilidade dos solos municipais varia de fraca a muito forte (Fig. 07)

**A** erodibilidade fraca a ligeira ocorre em áreas formadas por solos variando entre bem e fortemente drenados. São solos profundos em relevos suavemente ondulados (declividades em torno de 5%). Os processos de escoamento superficial são muito difusos e lentos. Elas ocorrem em trechos isolados do Município.

**A** erodibilidade moderada a forte compreende áreas formadas por solos pouco profundos, com relevos bastante ondulados (declividades entre 5 e 20%) e drenagem moderada. Os processos de escoamento superficial são difusos até rápidos, concentrados, podendo ocorrer movimentos de massa do tipo rastejamento e solifluxão. Ocorrem em trechos significativos do Município, ao centro, leste e oeste.

**A** erodibilidade muito forte compreende áreas formadas por solos muito rasos, com presença de afloramentos rochosos. O relevo predominante vai de montanhoso a escarpado, com declives entre 30 e 45%. Os processos de escoamento superficial são concentrados e os movimentos de massa, quando ocorrem, são do tipo deslizamento e desmoronamento. Estas áreas ocorrem ao sul e extremo oeste do Município, correspondendo aproximadamente às unidades geomorfológicas dissecadas.

**Fig. 07 - Erodibilidade potencial dos solos no município de Aguiarnópolis**

### 3.1.2. Aspectos Bióticos

#### Vegetação

A vegetação é típica de Cerrado, com predominância de vegetação xeromorfa aberta, dominada e marcada por estrato herbáceo. São encontrados o campo, campo cerrado, o cerradão e campo parque. Encontram-se, ainda, em Aguiarnópolis, floresta ombrófila, babaçuais e pastagens naturais ou introduzidas, havendo áreas consideráveis em estado natural de ocupação.

#### Fauna

Por se situar em zona de transição ecotonal entre o cerrado do Tocantins, os babaçuais do Maranhão e a floresta amazônica, observa-se em Aguiarnópolis e na região fauna bastante semelhante à da região amazônica, com algumas espécies ameaçadas de extinção. Podem ser vistas onças, araras, lontras, jaguatiricas, jacarés, da mesma forma que espécies de cerrado tais como lobos, pacas, capivaras, catetos, e veados.

### 3.1.3. Áreas de Preservação Permanente

As áreas de preservação permanente na área urbana estão bastante deterioradas, com trechos ocupados com construções e outros desmatados e assoreados. Na área rural, a situação é bastante variada, encontrando-se desde áreas efetivamente protegidas até trechos completamente degradados.

## 3.2. Território Municipal

### 3.2.1. Estrutura Fundiária

O Município não apresenta problemas fundiários sérios. As terras rurais estão na mão dos legítimos proprietários, tituladas e regularizadas. Há 3 assentamentos rurais em Aguiarnópolis, um deles já emancipado pelo INCRA, outro em fase final de implantação e o terceiro, implantado pelo Instituto de Terras do Tocantins - INTERTINS.

**N**a sede urbana, a maioria dos terrenos é de propriedade do Município, mas todos estão sob o “direito de posse” dos antigos moradores. A Prefeitura Municipal praticamente não dispõe de áreas no perímetro urbano demarcado pelo Governo Estadual quando da emancipação. Os ocupantes dos lotes do antigo povoado, posterior distrito, podem regularizar sua posse e passar a ter a propriedade do terreno em que moram por meio da compra simbólica do mesmo, autorizada por lei municipal.

**E**xiste um loteamento particular, registrado, já parcialmente vendido e muito pouco ocupado, no qual a infra-estrutura de água e esgoto foi instalada pela Administração Municipal. O loteamento tem 100% de cobertura de abastecimento de água e 1.722 m de rede de esgoto, atendendo as duas principais ruas, o que corresponde a aproximadamente 27% da rede municipal.

**C**omeça a se observar um movimento de migração para a região em função do projeto da ferrovia Norte-Sul e da Plataforma Multimodal que está sendo construída em Aguiarnópolis. As famílias de melhor poder aquisitivo, entretanto, acabam se instalando na cidade de Estreito, que oferece melhor estrutura urbana, ficando em Aguiarnópolis a população de menor renda, já tendo surgido, como resultado deste movimento migratório, duas pequenas invasões na área urbana.

### **3.2.2. Acessibilidade e Transporte**

**O** principal acesso a Aguiarnópolis, para quem vem do sul, é feito pela rodovia conhecida como Belém-Brasília, formada pela BR 153, até Wanderlândia, prosseguindo pela BR 226 até o Município. O acesso pelo norte é feito pela BR 010, desde o Pará. Para quem vem de Teresina, o acesso se dá pela BR-226 (Fig. 8).

**N**ão há qualquer serviço convencional de transporte intermunicipal com destino a Aguiarnópolis, a não ser o alternativo, feito por vans. Os ônibus têm como destino a cidade de Estreito, onde existe um terminal rodoviário. Os serviços de táxi e moto-táxi são em sua maioria de Estreito, contando este município com 5 táxis e 15 moto-táxi.

**A**pesar da escassez de meios de transporte de passageiros, a cidade de Aguiarnópolis tem importante papel no transporte de cargas. Localiza-se aí o entroncamento das rodovias BR 226 e BR-010, TO-126, da ferrovia Norte-Sul, da Hidrovia Tocantins-Araguaia, além de outras rodovias regionais.

**A** ferrovia Norte-Sul, em construção, embora ainda não esteja operando, já permite a ligação da cidade de Aguiarnópolis a Açailândia, no Maranhão, onde se encontra com a Ferrovia dos Carajás. Quando concluída, na sua concepção atual, a Norte-Sul, interligada com a Ferrovia dos Carajás, deverá permitir a conexão de Belém, no Pará e São Luís, no Maranhão, a Senador Canedo, em Goiás, interligando a região norte ao sistema ferroviário do sudeste e sul, representado pelas ferrovias Centro Atlântica e FEPASA.

**T**ambém se pode chegar a Aguiarnópolis pelo Rio Tocantins. A hidrovia Tocantins deverá ser implantada no médio Tocantins, para permitir a ligação desde Miracema até Aguiarnópolis / Estreito, em uma extensão de 420 km, com condições satisfatórias para a navegação em quase toda a sua extensão, em todos os períodos do ano.

**E**xiste no Município uma pista de pouso asfaltada com 1.080 m, utilizada por pequenas aeronaves provenientes dos municípios vizinhos do Tocantins e Maranhão.

**Fig. 08 – Vias de acesso**

**A Belém-Brasília**, cuja construção teve início no final da década de cinquenta, no governo do presidente Juscelino Kubitschek, e foi concluída em 1974, integra a BR 153, que começa no Pará e termina no Rio Grande do Sul. Nos cerca de dois mil quilômetros em que a rodovia tem a designação "Belém-Brasília", ela atravessa os estados do Pará, Maranhão, Tocantins e Goiás. É o principal eixo de ligação rodoviária da região Norte com as demais regiões do Brasil. Em Goiás e parte do Tocantins, recebe a designação de BR 153; no Pará, de BR 153, 010 e 316, e no Maranhão, de BR 010. Ainda no Tocantins, ela também tem a designação de BR 226.

**No** Tocantins, esta rodovia passa, entre outras cidades, por Araguaína, Aguiarnópolis, Colinas, Guaraí, Miranorte, Paraíso do Tocantins e Gurupi. Somente no Tocantins, a rodovia possui 43 pontes, inclusive a localizada sobre o Rio Tocantins, na divisa com o Maranhão, com 513 m de extensão, que faz a ligação entre Aguiarnópolis e Estreito, no Maranhão.

**Mais** de 1,5 milhões de pessoas vivem nas cidades e povoados próximos à rodovia. A viagem de ônibus entre Belém e Brasília dura em média 32 horas.

**O** tráfego de caminhões, com cerca de 3.500 veículos diários, com média de 25 t de capacidade cada, movimenta em torno de 16 milhões de toneladas anuais de carga. O estado do Tocantins responde por 10% deste total. A principal carga transportada é constituída por madeira em toras e serrada, equivalendo a 37% da carga total. Os gêneros alimentícios, incluindo bebidas, insumos para a agricultura, combustíveis, equipamentos, eletrônicos e manufaturados completam os 16 milhões de toneladas transportados anualmente.

Prefeitura Municipal de Aguiarnópolis  
Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável



Fig. 09 – Rodovia 153 - Belém –Brasília



Fig.10 - Rodovia BR – 010

**A Ferrovia Norte-Sul** é um projeto âncora no eixo Araguaia-Tocantins, que atende o mercado interno e aumenta a integração com diversas regiões do país. A sua implementação contribuirá para o crescimento dos projetos agropecuários e agroindustriais nesse eixo. A região de influência da ferrovia Norte-Sul possui excelentes condições para expansão das fronteiras agrícolas, em função das propriedades físicas do solo, topografia plana e condições climáticas favoráveis, aliadas à disponibilidade de grande extensão de áreas agricultáveis. São cerca de 1,8 milhões de km<sup>2</sup> propícios à agricultura de alta produtividade, projetos de silvicultura visando a produção de celulose, bioenergia e madeira. Desse total, as áreas aptas à agricultura correspondem a 58% das terras (cujo aproveitamento pode significar dobrar o total nacional de áreas plantadas) e 32% à silvicultura ou, alternativamente, pastagens.

Com 2.066 quilômetros de extensão, a ferrovia Norte-Sul atravessa o cerrado brasileiro, interligando as regiões Norte e Nordeste ao Sul e Sudeste, através das Estradas de Ferro Carajás, Centro - Atlântica, Ferroban e Sul-Atlântica.

**A** ferrovia Norte-Sul foi projetada para:

- promover a integração regional, minimizando custos logísticos, impactos ambientais e emprego de recursos públicos;
- propiciar o desenvolvimento sustentável do Brasil Central – 1,8 milhões de km<sup>2</sup> de cerrados;
- agregar sustentabilidade às concessões ferroviárias outorgadas a concessionários privados entre 1997 e 1998.

**Q**uando totalmente implementada, estima-se que a ferrovia Norte-Sul possa transportar anualmente 12,4 milhões de toneladas de carga, com um custo médio de longo prazo equivalente a US\$ 15/1.000 t/km. Os principais produtos a serem transportados pela ferrovia são minérios, produtos agrícolas e florestais – no sentido Norte-Sul - e combustíveis, fertilizantes e carga geral – no sentido Sul-Norte.

**O** primeiro trecho da Norte-Sul já está concluído e em operação comercial. São 226 quilômetros de linha ferroviária, ligando as cidades maranhenses de Estreito e Açailândia, conectados com a Estrada de Ferro Carajás, permitindo o acesso ao Porto de Itaqui, em São Luís.

**A**s oportunidades oferecidas pelo transporte ferroviário neste trecho já resultaram na implantação do **Pátio de Integração Multimodal de Porto Franco** (MA), situado no quilômetro 190 da ferrovia Norte-Sul, que abriga instalações da Bunge, Cargil e Multigrain, empresas que investiram cerca de US\$ 6 milhões em instalações para as operações de carga, transbordo e armazenagem de grãos.

**O** Pólo Agrícola de Balsas e o funcionamento de indústria de fertilizantes na região também evidenciam o papel catalisador de oportunidades geradas pelo binômio energia – transportes onde a diretriz da ferrovia Norte-Sul já está em funcionamento, propiciando a geração de empregos e renda, bem como a atratividade de investimentos privados.

**A** travessia do Rio Tocantins já está construída e, atualmente, encontra-se em fase de conclusão a linha de chegada e o pátio de carga e descarga da Plataforma Multimodal de Aguiarnópolis. Também já teve início a construção do trecho Aguiarnópolis - Babaçulândia, com 38 quilômetros, no Estado do Tocantins, com meta de conclusão ainda em 2004.

**P**ara a total implantação da ferrovia Norte-Sul, estão previstos investimentos de US\$ 1,6 bilhão, incluindo locomotivas, vagões, estações, sistema de comunicação etc.

**B**enefícios sociais significativos deverão decorrer da implantação da ferrovia Norte-Sul. O projeto possibilitará a ocupação econômica e social da extensa região do cerrado brasileiro, viabilizando a implantação de negócios, e poderá induzir o surgimento de frentes de trabalho com absorção de mão-de-obra anual equivalente a mais de 750 mil empregos diretos e indiretos, incluindo o período de construção e um período de 20 anos de operações normais.



Fig. 11 – Ferrovia Norte-Sul



Fig. 12 – Ponte ferroviária sobre o rio Tocantins em Aguiarnópolis

Fonte - VALEC

**A Hidrovia Tocantins-Araguaia** é parte do Corredor Multimodal Centro-Norte, um grande sistema de transportes a ser implantado para atender as regiões Centro-Oeste e Norte, mais diretamente os estados do Maranhão, Pará, Mato Grosso, Tocantins e Goiás e, indiretamente, Bahia e Piauí. Envolve, além da hidrovia Tocantins-Araguaia, as Ferrovias Carajás e Norte-Sul e o modal rodoviário existente na região. O projeto da hidrovia Tocantins-Araguaia pretende garantir condições de navegação, na maior parte do ano, nas melhores condições de segurança, contando para isso, além de uma via desimpedida, com sinalização adequada, que oriente e permita ao usuário navegar com tranqüilidade. Essa navegação já ocorre atualmente, durante boa parte do ano, porém, de forma irregular, pois os rios a tornam possível somente no período das águas altas, entre novembro e maio.

**A** hidrovia tem dimensões regionais, envolvendo cinco estados da federação, com uma área de influência ocupada por mais de 18 milhões de brasileiros, incluindo as populações nativas, migrantes do Sul e Sudeste, ribeirinhos e índios. Além de oferecer aos produtores baixo custo de transporte, a fim de induzir a expansão agrícola, tem a função de integrar uma extensa área na região Centro-Norte, servindo como via estruturadora, a exemplo das ferrovias Norte-Sul e Carajás e da rodovia Belém/Brasília que, com a hidrovia, compõem o Corredor Multimodal Centro-Norte.

**E**m diversos países, os três modais de transporte - hidroviário, ferroviário e rodoviário - convivem harmonicamente, lado a lado, sendo a sua utilização definida em função do tipo de carga a ser transportado. As cargas que se constituem em grandes volumes e de baixo valor agregado, a exemplo dos grãos, agregados para construção, carvão etc. são transportados em geral através das hidrovias, em face de seu custo unitário menor. As cargas constituídas de bens de maior valor agregado, por sua vez, são transportadas, via de regra, por ferrovias ou rodovias. Portanto, existem cargas específicas para cada modal de transporte, de forma a torná-los, não concorrentes, mas complementares. Espera-se o mesmo na região em estudo. A conexão entre esses diversos modais deverá propiciar ao país o baixo custo do frete e a confiabilidade necessária para atender à demanda da região Tocantins – Araguaia.

**O**s rios Araguaia e Tocantins e alguns segmentos já implantados da ferrovia Norte-Sul, conectados à Ferrovia Carajás, possibilitam a implantação do corredor multimodal, ligando o Planalto Central ao porto de Ponta da Madeira (Itaqui), no Estado do Maranhão, o único da costa brasileira que permite a atracação de navios com capacidade acima de 300 mil toneladas. Esse corredor multimodal é fundamental para o escoamento do potencial agrícola da região. A exportação brasileira de grãos é quase toda realizada para o Hemisfério Norte, onde estão localizados os principais consumidores. A distância entre o Brasil e o Porto de Roterdã, na Holanda, e os portos do Japão (via Canal do Panamá) pode ser encurtada em 5.000 km, aumentando a competitividade dos produtos brasileiros. A distância menor a percorrer, desde o porto de Itaqui, no Maranhão, até os consumidores do Hemisfério Norte, vem somar-se o fato

de que a produção do Centro-Oeste percorre as mesmas distâncias para atingir os portos ao Norte e ao Sul.

Os trechos previstos para implantação e operação da hidrovia Tocantins-Araguaia são os seguintes:

- no rio Araguaia:

trecho Aruanã (GO) — Xambioá (TO), de 1 230 km;

- no rio das Mortes:

trecho Nova Xavantina (MT) — São Félix do Araguaia (MT), de 592 km;

- no rio Tocantins:

trecho Miracema do Tocantins (TO) — Estreito (MA), de 420 km.

O maior problema para a navegação nesse trecho eram as conhecidas corredeiras do Pedral e da Ilha dos Campos, localizadas acima da cidade de Estreito, formadas a partir de extensos afloramentos rochosos no seu leito. Entretanto, com a regularização do nível das águas do rio, em razão da construção da barragem de Serra da Mesa, esses acidentes ficaram submersos e deixaram de representar impedimento à navegação.

As cargas advindas das regiões mais altas, desde Aruanã (GO) pelo rio Araguaia e Nova Xavantina (MT), pelo rio das Mortes, serão concentradas na cidade de Xambioá (TO). Deste ponto, através das rodovias BR-153/010/226, em um percurso de 285 km, serão transportadas para a Plataforma Multimodal de Aguiarnópolis alcançando a ferrovia Norte-Sul, seguindo daí até Açailândia (MA) onde, após cerca de 210 km, encontrarão a Ferrovia Carajás. O percurso final, de aproximadamente 605 km, será efetuado através desta ferrovia até o porto, em São Luís (MA). Pelo rio Tocantins, por meio da ligação hidroviária a partir de Miracema do Tocantins, as cargas serão concentradas em Aguiarnópolis. Deste ponto devem seguir o mesmo percurso das originadas na bacia do rio Araguaia.

Com a implantação da hidrovia, deve haver uma redução do custo do frete, no curto prazo, de 45%, e, no médio prazo, de 60%, em função do reduzido custo tonelada/quilômetro do transporte hidroviário (Tabela 01).

**Tabela 01 – Custo unitário t/km dos diferentes modais de transporte**

MODAL	CUSTO (US\$/t/km*)
Hidroviário	0,009
Ferrovário	0,016
Rodoviário	0,056

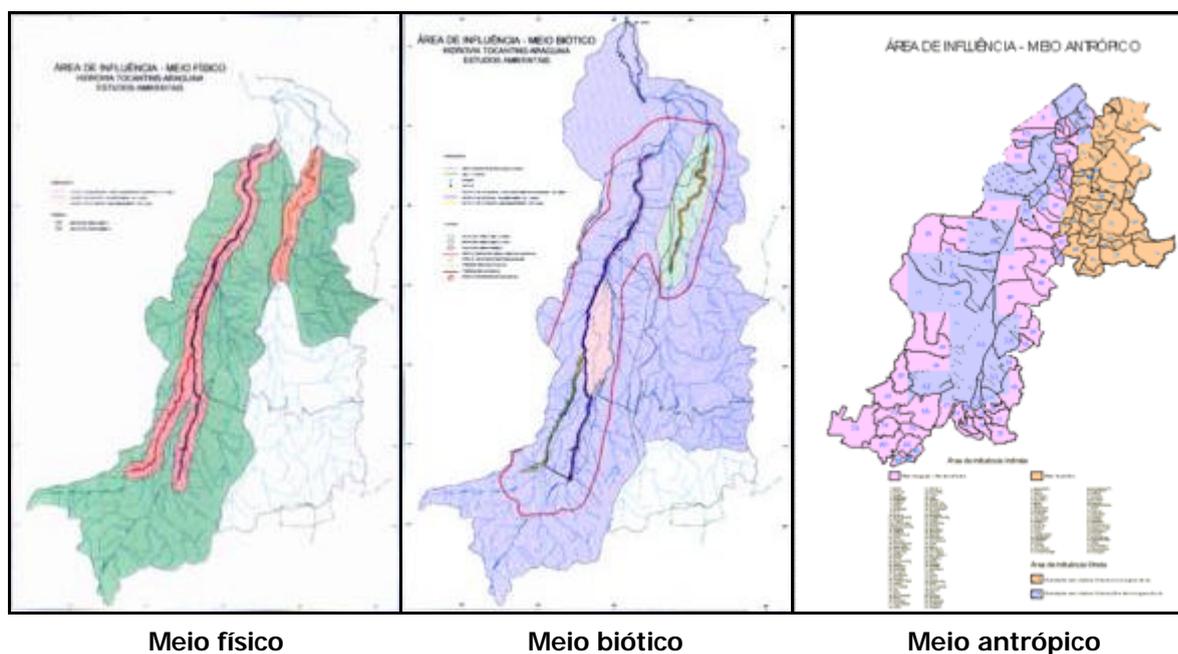
\* custo em dólares americanos de cada tonelada por km transportado

Fonte: AHITAR

**A** hidrovia Tocantins-Araguaia considerou como área de influência direta uma faixa de 20 km de cada lado desses rios, à qual foram acrescentadas as áreas dos municípios com sedes nas margens, apesar de as obras de dragagem e derrocamento serem no leito dos rios e não nas margens, por não estarem previstos desvios de curso ou outros sistemas de canal artificial.

**C**omo área indireta, considerou toda a bacia hidrográfica, ou seja, o rio desde as suas nascentes (Fig. 13).

**O**utra preocupação que orientou a definição da área de influência foi a futura implantação de portos como pontos de destino ou origem das cargas, que deverão materializar-se tão logo a hidrovia esteja implantada.



Fonte: AHITAR

Fig. 13 – Área de influência da hidrovía Tocantins – Araguaia

**N**enhuma obra foi realizada até o presente, pois ainda dependem do licenciamento ambiental, em processo de análise pelo IBAMA. Apenas alguns serviços de sinalização e balizamento foram executados, pela Companhia Docas do Pará, representada diretamente por sua superintendência AHITAR - Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia, por delegação da Marinha, no rio Araguaia, de Barra do Garça (GO) até Xambioá (TO), no rio das Mortes, em Nova Xavantina (MT), na sua foz, e no rio Tocantins, de Miracema do Tocantins (TO) até Estreito (MA). Tais trabalhos não são considerados como intervenção e não foram considerados impactantes pela FUNAI e pelo IBAMA

**D**esde 1995 até o presente, foram gastos cerca de R\$ 4,8 milhões, com implantação e manutenção de sinalização e balizamento, com o objetivo de dar mais segurança à navegação.

## **Plataforma Multimodal de Transportes**

**A** concepção da Cadeia Logística de Transportes do Estado do Tocantins, que inclui o projeto do Corredor Multimodal de Transportes Centro-Norte, completa-se com a previsão de implantação de duas Plataformas Multimodais, Industriais e Comerciais, localizadas nos extremos da hidrovia do Tocantins: Aguiarnópolis e Peixes. Tais plataformas, distantes entre si 800 km pelo rio Tocantins, com uma área de influência direta de 50 milhões de hectares, deverão permitir a integração comercial do Estado do Tocantins com o norte-nordeste, sudeste, com o centro-oeste e com o mercado externo.

**A** Plataforma Multimodal de Aguiarnópolis, defendida pela Federação das Indústrias do Estado do Tocantins – FIEETO, tem um papel estratégico para o desenvolvimento do Estado, pois desempenhará múltiplas funções: (i) entroncamento multimodal hidrorrodoferroviário; (ii) centro aglutinador, receptor e expedidor de produtos do Tocantins e de outros estados; (iii) pólo industrial e comercial; (iv) estação aduaneira interior associada ao Porto de Ponta da Madeira (Itaqui), no Maranhão.

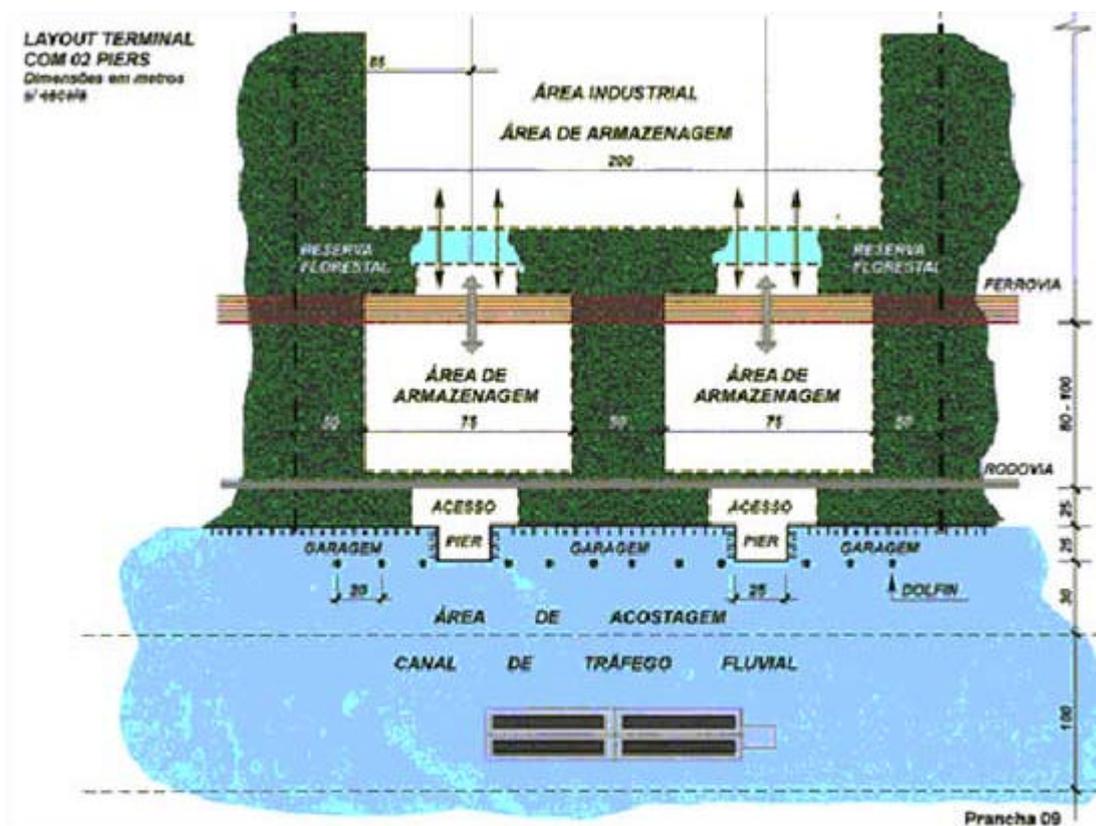
**A**s premissas básicas que levaram à localização da Plataforma Multimodal em Aguiarnópolis foram:

- maximização do trecho navegável do rio Tocantins a partir de Peixe;
- fácil acesso à rodovia Belém-Brasília e inserção no perímetro da ferrovia Norte-Sul;
- inserção em região do Tocantins com expressão empresarial e financeira, como fator fomentador de atividades empresariais no norte do Estado;
- localização na área de influência direta da Ferrovia dos Carajás e do Porto de Ponta da Madeira;
- menor acesso direto até Xambioá, extremo jusante da navegação do rio Araguaia;
- condições topográficas e batimétricas adequadas, com menores investimentos em obras de infra-estrutura para sua implantação.

**E**stão previstas para a Plataforma Multimodal quatro áreas operacionais:

- a) de transbordo hidroviário, constituída pelo talude do rio, *piers*, garagens de embarcações e acessos à estrada de serviço e aos ramais ferroviários;
- b) de armazenagem, tancagem ou silagem pulmão, no espaço entre a estrada de serviço e os ramais ferroviários;
- c) industrial, de armazenagem ou comercial, entre os ramais ferroviários e a ferrovia Norte-Sul;
- d) administrativa e de serviços, em cota mais elevada, entre a ferrovia e o barranco do afluente do córrego Grota Seca.

**E**stão projetados na área de 100 ha reservada para a Plataforma 6 terminais hidroviários, de 300 m de testada cada um, possibilitando a instalação de até 2 *piers* ou trapiches por terminal, com os equipamentos de embarque e desembarque de carga (Fig.14) e, no mínimo, 10 unidades empresariais de industrialização, armazenamento e comercialização de produtos agrícolas e extrativismo vegetal e mineral. O deslocamento dos comboios em relação aos trapiches será feito por meio de sarilhos ou rebocadores auxiliares.



Fonte: SEPLAN/FIETO

Fig 14 – Módulo da plataforma multimodal de transportes

### 3.2.3. Utilização da Terra

**A** ocupação de áreas inadequadas para a agropecuária, desenvolvida de forma convencional, com baixo nível tecnológico, tem provocado perda da biodiversidade, erosão do solo, assoreamento dos cursos de água, em alguns casos, já em estágio avançado de degradação.

**U**m dos Projetos de Assentamento do INCRA, o Palmeiras, com 64 lotes, tem 22 deles no município de Aguiarnópolis, onde o assentamento é mais conhecido por Coco. Com oito anos de implantação e lotes de 29 ha, encontra-se estabilizado, com todas as famílias em boas condições de vida. A produção de subsistência, principalmente de arroz, feijão, milho, farinha e queijo, gera um excedente que é comercializado no próprio Município e em Araguaína. Apesar de ter 22 lotes, o assentamento abriga quase o dobro de famílias, parentes próximos, todos sobrevivendo da produção local.

**T**odas as famílias fizeram financiamento para investimentos e custeio e já estão pagando a primeira parcela, sem inadimplência. O investimento foi aplicado na formação de pastagem e compra de gado leiteiro. As casas foram construídas no próprio lote e não em agrovila, já com energia elétrica instalada pela prefeitura de Aguiarnópolis, que não esperou pelo INCRA, originalmente responsável por implantá-la. As famílias do mesmo assentamento em Palmeiras do Tocantins ainda não são servidas por energia elétrica. A estrada de acesso ao assentamento também foi aberta pela Prefeitura. A única Escola Rural do Município funciona neste assentamento.

**U**m outro assentamento chamado Chupé, o mais antigo do Município, situado a 5 km da Cidade, foi implantado pelo INTERTINS, com 64 famílias em lotes de 20 ha. Hoje apenas 15 famílias moram no assentamento; as demais moram e trabalham na Cidade.

**C**omo a grande maioria dos módulos rurais não possui água, as famílias não conseguiram sobreviver com a sua produção. Apenas permanecem trabalhando no assentamento os proprietários de lotes que ficam às margens do ribeirão Chupé e do rio Tocantins; na verdade, residem em agrovila com energia elétrica, explorando o lote individual em outro local. Houve vários remembramentos até de 3 lotes.

**E**ncontra-se em processo final de implantação pelo INCRA o Projeto de Assentamento Salobra, para 26 famílias ligadas ao Movimento dos sem Terra - MST e 28 ao Sindicato Rural dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Aguiarnópolis. Inicialmente houve dificuldades quanto à localização da agrovila, mas negociações mediadas pela Prefeitura Municipal entre as famílias e o INCRA possibilitaram uma demarcação e distribuição dos lotes, benéfica a todos. O fornecimento de água e energia é feito pelo Município que oferece, ainda, assistência técnica aos assentados. O INCRA ajuda apenas na construção das casas.

**E**xiste, também, um grande acampamento com 120 famílias do MST e 54 do Sindicato, já com a área definida pelo INCRA para o assentamento.

### 3.3. Estrutura Urbana

#### 3.3.1. Configuração Urbana

**C**omo as cidades de Aguiarnópolis e de Estreito, no Maranhão, situadas cada uma em uma das margens do rio Tocantins, formam um contínuo urbano (Fig. 15), tanto do ponto de vista espacial quanto das trocas sócio-econômicas entre elas, o tráfego de pessoas e mercadorias entre elas é permanente, uma vez que os moradores de ambas se utilizam dos equipamentos e serviços oferecidos em uma ou outra margem do rio.

**A**lém disto, a proximidade permite a elas a oportunidade de usufruir do rio, tanto do ponto de vista visual (a própria superfície aquífera e a vegetação exuberante às suas margens) quanto de seu usufruto, como área de lazer, com o aproveitamento das praias existentes nas margens e ilhas do rio Tocantins próximas às cidades (Fig. 16).

**Fig. 15 – Contínuo urbano formado por Aguiarnópolis e Estreito**



Vegetação às margens do rio Tocantins



Balneário às margens do rio Tocantins



Balneário em ilha do rio Tocantins

**Fig. 16 - A presença visual e de usufruto do rio Tocantins na cidade de Aguiarnópolis**

**A**guiarnópolis é cortada pelas Rodovias Belém-Brasília e TO-126 e pela ferrovia Norte-Sul, o que resulta um espaço urbano fragmentado, com porções bastante diferenciadas quanto à implantação, sistema viário e ocupação.

**A** parte mais antiga da Cidade, quase toda à direita da Belém-Brasília, no sentido do Tocantins para o Maranhão, situa-se em terreno mais baixo e inclinado e se desenvolve ao longo da rodovia. Ao se aproximar do rio, o terreno se eleva e a cidade ultrapassa a rodovia, no mesmo nível dela.

**E**sta porção da Cidade é constituída quase integralmente de lotes de testadas estreitas, alguns bastantes profundos, ocupados por construções mais antigas, para habitações, bastante simples, com dimensões reduzidas e tecnologia construtiva baseada no pau-a-pique, adobe ou tijolo e cobertura de telha cerâmica, a maioria delas com recuos frontais e laterais (Fig. 17). Não se percebe uma hierarquia viária. Os quarteirões são bastante irregulares, assim como a sua divisão em lotes. O arruamento é resultado da ocupação original da Cidade, sem planejamento nem definição prévia de implantação. As ruas não são pavimentadas nem arborizadas, mas estão iluminadas. Não há calçadas para pedestres. Inicia-se atualmente a pavimentação, com blocrete, de algumas ruas.

**A** ferrovia Norte-Sul corta esta porção do tecido urbano aproximadamente a 2/3 de sua extensão, a partir do rio, em direção à Plataforma Multimodal, localizada a 3 km de distância (Fig. 18). A parte localizada à direita da ferrovia, no sentido Cidade – Plataforma, é menos ocupada que a porção entre a ferrovia e o rio onde, além das habitações, existem alguns estabelecimentos comerciais, pequenas oficinas de serviços, uma escola municipal, uma igreja, uma quadra coberta e um reservatório de água para abastecimento da parte antiga da Cidade.



Habitções da parte antiga, com calçamento em implantação



Construções mais precárias na área junto ao rio Tocantins, na parte mais baixa



Construções em pau-a-pique

**Fig. 17 - A parte mais antiga da cidade de Aguiarnópolis**



Vista da parte antiga da Cidade para a área da Plataforma Multimodal, em construção



Corte da ferrovia Norte-Sul, separando a trama urbana



Detalhe do túnel da ferrovia Norte-Sul, na sua passagem por baixo da Belém-Brasília

**Fig. 18 - A presença da ferrovia Norte-Sul fragmentando a malha urbana da Cidade**

**A** porção urbana à esquerda da Belém-Brasília, no sentido Aguiarnópolis – Estreito, é mais nova (Fig. 19) e apresenta um traçado mais regular, com quarteirões homogêneos e sistema viário ortogonal. Situada em terreno bastante plano e mais alto que o resto da Cidade, desenvolve-se, quase toda, à esquerda da TO-126, no sentido de Tocantinópolis, tendo do lado direito desta rodovia apenas alguns quarteirões junto à Belém-Brasília e equipamentos públicos como o campo de futebol, uma estação de tratamento de esgotos e o cemitério local.

**A**s construções apresentam-se com um padrão menos tosco, em alvenaria e cobertura de telha cerâmica. Os recuos frontais são tratados como jardins e verificam-se, também, recuos laterais. Surgem grades ou muros baixos para delimitar a testada dos lotes.

**O** loteamento inicial desta porção urbana já se encontra praticamente todo ocupado. Adjacente a ele, ao longo da margem esquerda do TO-126, surgiu outro parcelamento que se estende até próximo a uma pequena elevação a cerca de 1.300 m do entroncamento da TO-126 com a Belém-Brasília. Este loteamento ainda apresenta elevado número de lotes vagos, tendo quarteirões inteiros desocupados (Fig. 20).

**E**ncontram-se no lado esquerdo da rodovia Belém-Brasília, na saída da Cidade para Estreito, alguns poucos lotes ocupados por equipamentos de fiscalização do transporte rodoviário e de serviços de apoio à rodovia. Próximas ao rio estão localizadas algumas pequenas oficinas e lojas comerciais.

**N**a margem esquerda da TO-126 estão localizados a Prefeitura Municipal, onde funcionam também as Secretarias Municipais e a Câmara Municipal.

**A**lgumas ruas já estão pavimentadas e em frente à Prefeitura Municipal existe uma pequena praça, calçada, ajardinada, com bancos e iluminada (Fig. 21).

**A** maioria dos equipamentos públicos está localizada nesta porção da Cidade, podendo ser mencionados a Escola Estadual, o Posto Médico, estabelecimentos de comércio, restaurantes, lanchonetes, as instalações do Portal da Alvorada, atualmente utilizadas como tele-salas do Programa de Educação Continuada - EDUCON, uma creche (em fase final de construção), posto de gasolina etc.



TO 126 - A parte nova da Cidade desenvolve-se à sua esquerda



Rua típica da parte mais nova da Cidade



Campo de futebol e outros equipamentos

**Fig. 19 – A parte nova da Cidade**

Construções existentes na parte  
mais nova da Cidade



Habitações do novo loteamento



Habitações mais toscas nas ruas periféricas  
da parte mais nova da Cidade

Fig. 20 - A parte nova da Cidade



Espaço à frente da Prefeitura,  
ponto de encontros informais



Construções da parte  
nova da Cidade



Rua pavimentada e calçada na parte nova da Cidade

**Fig. 21 - A parte nova da Cidade**

### **3.3.2. Usos e Ocupação do Solo**

**N**ão se observa uma diferenciação de usos na malha urbana, que é quase integralmente utilizada com fins residenciais. Apenas pode ser registrada a vocação natural das vias ao longo das rodovias ou as áreas mais próximas às praças existentes nas duas porções da Cidade para a instalação dos pequenos estabelecimentos de comércio ou serviços, estes mais concentrados ao longo das vias lindeiras à Belém-Brasília (Fig. 22).

**Fig. 22 - Planta de usos da cidade de Aguiarnópolis**

### 3.3.3. Habitação

Segundo o Censo Demográfico de 2000, o Município contava com 697 domicílios, sendo 524 urbanos e 173 rurais, com uma média de 4,47 habitantes por domicílio (Tabela 2). Do total de domicílios, 531 eram próprios, dos quais 529 quitados, 54 alugados e 100 cedidos pelo empregador ou por outra forma de cessão (Tabela 3).

**Tabela 2 – Domicílios particulares permanentes, moradores e média de moradores por domicílio**

Domicílios			Moradores			Média de Moradores por Domicílio		
Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
697	524	173	3.116	2.275	841	4,47	4,34	4,86

Fonte: IBGE Censo 2000

**Tabela 3 - Domicílios por condição de ocupação**

Total	Próprio		Alugado	Cedido		Outra
	Quitado	Não quitado		p/empregador	Outra forma	
697	529	2	54	60	40	12

Fonte: IBGE Censo 2000

O número de domicílios registrados pelos últimos levantamentos do IBGE é de 775, dos quais 591 na área urbana, quase todos particulares (588). O número de domicílios não ocupados na área urbana era de 58, ou seja, um pouco menos de 10% (Tabela 4)

**Tabela 4 – Domicílios segundo a ocupação por área**

Domicílios	Total	Área urbana	Área rural
Particulares	772	588	184
Particulares ocupados	703	530	173
Particulares não ocupados	69	58	11
Particulares não ocupados - de uso ocasional	16	05	11
Particulares não ocupados - vagos	53		
<b>Total</b>	<b>775</b>	<b>591</b>	<b>184</b>

Fonte: IBGE

A Cidade conta com 162 habitações em situação precária, 18 com vedação de tábuas e cobertura de palha, 11 com vedação e cobertura de palha e 133 de vedação de taipa e cobertura de palha (contagem da equipe do PDDS).

Por meio do Programa Morar Melhor, da Caixa Econômica Federal – CEF - foram construídas 15 casas populares, tendo sido cadastradas as famílias a serem beneficiadas.

Como não existe Código de Edificações no Município, a Prefeitura apenas faz a locação das edificações no terreno, não havendo aprovação de projetos.

**C**onsiderando as residências em condições precárias e aquelas alugadas, pode-se considerar que o Município conta com um déficit habitacional de 216 unidades, equivalente a 31% do total de domicílios registrados pelo Censo Demográfico de 2000.

### **3.3.4. Comunicações**

**H**á na Cidade uma agência postal da Empresa de Correios e Telégrafos - ECT.

**O** serviço de telefonia atende a área residencial e a Cidade conta com 14 telefones públicos. A telefonia celular é da cidade de Estreito, no Maranhão. Assim, os seus usuários, moradores em Aguiarnópolis, pagam interurbano nas ligações locais e quando ligam para Estreito.

**F**uncionam duas bancas de revista na Cidade, que não tem rádio nem jornal. As principais redes de TV do país são acessadas por meio de antenas parabólicas.

### **3.3.5. Energia Elétrica e Iluminação Pública**

**A** energia elétrica é fornecida pela Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS, atendendo a área urbana e rural, particularmente o Assentamento Coco, com 26 domicílios. Todas as ruas da Cidade possuem iluminação pública, com maior deficiência na parte baixa, mais antiga. A ampliação e manutenção da rede de iluminação pública ficam a cargo da Prefeitura Municipal que, entretanto, não conta com eletricitas para este serviço, fazendo-o por meio da prestação de serviços.

**E**stá prevista, para os próximos anos, a construção da Usina Hidroelétrica de Estreito, tendo seu ponto de barragem nas imediações de Aguiarnópolis, o que deverá garantir o fornecimento de energia elétrica e iluminação pública para todas as cidades da região.

### **3.3.6. Saneamento Ambiental**

#### **a) Abastecimento de Água**

**O** abastecimento de água é de responsabilidade do Município, sem a participação da concessionária do Estado, a Companhia de Saneamento do Estado do Tocantins - SANEATINS. O sistema é composto por dois poços profundos, um com capacidade de 40.000 litros por hora,

que atende a parte maior e mais alta da Cidade e área de expansão, situada entre a Belém-Brasília e a Transamazônica, por meio de um reservatório enterrado de 300.000 litros e outro elevado, de 50.000 litros. O outro poço abastece a parte mais antiga e mais baixa da Cidade, entre a Belém-Brasília, a ferrovia Norte Sul e o rio Tocantins.

**E**xiste a intenção de interligar os dois sistemas para aumentar a eficiência do abastecimento.

**E**ncontra-se em fase final de implantação, através de Convênio com a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, um sistema de desinfecção e cloração do poço maior, bem como de ampliação do sistema de abastecimento de água, dimensionado para uma população de 5.000 habitantes, que é a unidade mínima financiada pela FUNASA. O controle da qualidade da água do outro poço é feito em Araguaína e tem revelado boa qualidade do líquido.

**A**s ligações existentes atendem praticamente a 100% da população urbana, sendo 190 ligações hidrometradas e 640 sem o hidrômetro. Apenas cerca de 20 ranchos não têm ligação de água. Apesar da existência da rede de abastecimento, ainda existem numerosas residências que se abastecem por outras formas e captação (Tabela 5).

**Tabela 5 - Domicílios e formas de abastecimento de água**

Domicílios Particulares Permanentes											
Total	Rede Geral			Poço ou Nascente				Outra			
	Total	Canal. pelo menos em 1 cômodo	Canal. só no terreno	Total	Canal. pelo menos em 1 cômodo	Canal. só no terreno	Não canal.	Total	Canal. pelo menos em 1 cômodo	Canal. só no terreno	Não Canal.
697	507	215	292	155	22	17	116	35	-	1	34

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

**O** Poder Executivo encaminhou Projeto ao Legislativo Municipal para tarifar o fornecimento de água, mas o mesmo não foi aprovado. Criou-se um impasse político que terá desdobramentos nos curto e médio prazos, porque cláusulas conveniadas com a FUNASA comprometem o Executivo com a cobrança do fornecimento de água e, por outro lado, o Município precisa gerar recursos para a manutenção e ampliação futura do sistema.

**S**egundo informações dos técnicos que operam o sistema, a cobrança da água teria também um objetivo educativo, considerando o alto índice de desperdício existente, principalmente entre as populações de baixa renda que, em sua maioria, não contam com caixa de água.

## b) Esgotamento Sanitário e Drenagem Pluvial

A cobertura da rede de coleta de esgoto sanitário ainda é apenas parcial (Tabela 6). Encontra-se em fase final de implantação o Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto, em convênio com a FUNASA, que deverá cobrir 287 residências, cerca de 80% da Cidade, sendo que a contrapartida da Prefeitura Municipal fará mais 37 ligações, ficando de fora do projeto a parte mais antiga, situada entre a rodovia Belém-Brasília, o leito da Ferrovia Norte Sul e o rio Tocantins, devido às dificuldades de transposição destes obstáculos, o que elevaria os custos do projeto além do conveniado. Nas residências que não serão ligadas à rede de esgoto foram construídos módulos sanitários. Com recursos do Programa de Melhoria Sanitária, foram feitas 200 unidades nas habitações que não dispunham de banheiros ou instalações sanitárias, com esgotamento por meio de fossas sépticas e sumidouros. A rede de esgoto é feita antes da pavimentação das vias urbanas.

**Tabela 6 - Domicílios existentes, banheiro/sanitário, tipo de esgotamento sanitário**

Total	Banheiro ou sanitário							Não tinham
	Total	Tipo de esgotamento						
		Rede	F.S.	F.Rust.	Vala	Rio/Lago	Outro	
697	405	-	137	177	88	-	3	292

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

A Prefeitura Municipal iniciou o processo de desapropriação uma área de 100 m x 108 m de um loteamento particular para a implantação de uma Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, já construída. Entretanto, a desapropriação ainda não foi oficializada, tendo sido, apenas, demarcado o terreno pela Prefeitura. A ETE está com o pedido de Licença de Operação – LO – no Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, órgão ambiental do Estado.

A gestão dos sistemas de água e esgoto do Município deverá ficar a cargo de uma autarquia – Sistema Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, cujo projeto de criação ainda não foi apreciado pela Câmara dos Vereadores.

A drenagem pluvial é superficial, mesmo nas ruas pavimentadas.

## c) Resíduos Sólidos

A coleta do lixo é feita por um caminhão e caçamba, diariamente. O lixo coletado é transportado para um depósito a céu aberto (lixão) fora da área urbana.

A varrição é realizada conforme a necessidade e a disponibilidade dos garis (sete), que também são responsáveis pela coleta do lixo. A capina das áreas públicas é feita de acordo com a necessidade, utilizando mão-de-obra contratada na modalidade de diaristas. A limpeza dos

lotes vagos fica por conta dos proprietários, mas se dá de forma bastante irregular. Apesar de haver um Código de Posturas no Município que obriga os proprietários a manter os lotes limpos, a escassez de fiscais impede um controle mais rigoroso do seu cumprimento.

**E**ncontra-se em implantação o aterro sanitário, através de convênio com a FUNASA, com sistema de drenagem e tratamento do chorume. O “lixão” deverá ser removido para lá e a área atualmente utilizada com este fim, remediada.

**S**egundo o Censo de 2000, o lixo urbano era coletado em 319 dos 697 domicílios, ou seja, com uma cobertura de atendimento de 45,8% da área urbana. Em outro número significativo, 247 domicílios, o lixo era queimado no quintal e em 51 deles era jogado em terreno baldio, provavelmente na área urbana, enquanto 76 domicílios davam outra destinação ao lixo (Tabela 7).

**Tabela 7 - Domicílios por destino do lixo**

Domicílios	Destino do Lixo							
	Coletado			Queimado no quintal	Enterrado no quintal	Jogado em terreno baldio	Jogado no lago ou rio	Outro Destino
Total	Por Serviço de Limpeza	Em caçamba do S.L.						
697	319	300	19	247	3	51	1	76

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

### 3.3.7. Sistema Viário e Transporte Urbano

**O** sistema viário da cidade de Aguiarnópolis é caracterizado visceralmente pelo sistema rodoviário, hidroviário e ferroviário em meio aos quais a mesma encontra-se localizada. Como já mencionado, Aguiarnópolis é cortada pelas Rodovias Belém-Brasília e TO-126 e pela ferrovia Norte-Sul, o que resulta um espaço urbano fragmentado, com porções bastante diferenciadas quanto à implantação, sistema viário e ocupação. O sistema viário local resume-se a uma série de vias um pouco menos ortogonais na parte velha da Cidade, um pouco mais ortogonais na parte mais nova da Cidade, algumas pavimentadas, em parte em processo de pavimentação com blocrete (apenas 20 % das vias urbanas são pavimentadas). Nesse sentido, a hierarquização local, que não existe, é francamente induzida pelo contexto no qual os diferentes trechos se inserem. A Fig. 23, mostrada a seguir, representa uma interpretação do papel hierárquico que as diferentes rodovias, estradas e vias exercem na circulação na cidade de Aguiarnópolis.

**N**ão há qualquer tipo de transporte coletivo urbano na Cidade. Operam na Cidade 5 táxis e 15 moto-táxis, de Estreito. As pessoas se locomovem de bicicleta ou a pé, o que é facilitado por a Cidade ser bastante plana.

**Fig. 23 - O sistema viário na cidade de Aguiarnópolis**

## 4. Aspectos Sociais

### 4.1. Demografia

A Região Administrativa de Tocantinópolis, onde se encontra o município de Aguiarnópolis, possui uma densidade demográfica de 8,65 hab/km<sup>2</sup>, maior que a do Estado, de 4,16 hab/km<sup>2</sup>. A região responde por 3,3% do território estadual e por 6,9% de sua população (Tabela 8).

Tabela 8 – Área, população e densidade demográfica

Área geográfica	Área (km <sup>2</sup> )	População (2000)	Densidade Demográfica (hab./km <sup>2</sup> ).
<b>Aguiarnópolis</b>	<b>235,391</b>	<b>3.145</b>	<b>13,36</b>
Angico	438,703	2.889	6,59
Darcinópolis	1.548,890	4.273	2,76
Itaquatins	739,846	6.386	8,63
Luzinópolis	279,562	2.021	7,23
Maurilândia do Tocantins	738,101	2.854	3,87
Nazaré	395,903	5.150	13,01
Palmeiras do Tocantins	747,895	4.622	6,18
Santa Terezinha do Tocantins	269,676	2.455	9,10
Tocantinópolis	1.077,066	22.777	21,15
<b>Total Região</b>	<b>9.187.033</b>	<b>79.502</b>	<b>8,65</b>
<b>Tocantins</b>	<b>277.620,914</b>	<b>1.155.913</b>	<b>4,16</b>

Fonte: SEPLAN/DPI

Apenas 6 municípios, dos 139 do Estado, possuem área territorial menor que a de Aguiarnópolis e 47 outros, população inferior à registrada neste Município.

Na década de 70, segundo os dados do IBGE, enquanto a população do Estado crescia a 3,55%, a região registrava taxas médias de 1,65%, passando a perder população na década seguinte (80/91), quando experimentou taxa de -2,64% e o Estado, 2,01%. Parte desta perda de população pode ser explicada pelo desmembramento do município de Itaquatins, que teve taxa de crescimento de -7,63%, perdendo território para novos municípios, que passaram a constituir outra região administrativa. Mesmo assim, houve uma perda severa de população rural em todos os municípios, resultando no crescimento negativo da região (-5,86%) e perda total de 12.386 habitantes (Tabela 9).

**N**a última década, 1991/2000, a região urbanizou-se em ritmo mais intenso do que o Estado, registrando taxas de crescimento da população urbana de 8,37%, enquanto a média estadual foi de 4,97% (Tabela 9).

**O** Município de Aguiarnópolis, instalado em 1997, como desmembramento do território de Tocantinópolis, só foi recenseado em 2000, não possuindo série histórica de dados populacionais. O Município detém 2,55% do território regional e 3,95% de sua população. Com 235 km<sup>2</sup>, registrou no Censo Demográfico de 2000 uma população de 3.145 habitantes, dos quais 2.304 na área urbana e 841, na rural (Tabela 10).

Prefeitura Municipal de Aguiarnópolis  
Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável

Tabela 9 - Taxas de crescimento populacional

Municípios	1970/80			1980/91			1991/96			1996/2000			1991/2000		
	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural
<b>Aguiarnópolis *</b>															
Angico							3,93	12,07	-2,75	1,19	1,68	0,56	2,70	0,74	0,25
Darcinópolis							3,48	6,08	1,44	2,27	6,52	-2,02	2,94	6,28	-0,11
Itaguatins	2,44	0,30	2,62	-7,63	4,18	-9,64	1,94	4,86	0,79	-0,41	13,05	-8,72	0,89	8,42	-3,55
Luzinópolis															
Maurilândia do Tocantins							6,90	28,81	-4,76	1,20	2,04	0,20	4,32	16,13	0,08
Nazaré	0,37	-0,1	0,44	-2,16	0,45	-2,72	1,32	4,00	0,58	-7,89	4,63	-2,96	-2,88	4,28	-5,68
Palmeiras do Tocantins															
Santa Terezinha do Tocantins															
Tocantinópolis	1,69	5,50	-0,27	-2,64	3,63	-8,29	1,82	2,32	0,86	-0,03	5,50	-5,30	0,99	3,72	-6,67
<b>Total Região</b>	<b>1,65</b>	<b>4,16</b>	<b>1,03</b>	<b>-2,51</b>	<b>4,25</b>	<b>-5,86</b>	<b>2,23</b>	<b>4,80</b>	<b>-0,30</b>	<b>7,28</b>	<b>13,01</b>	<b>-0,71</b>	<b>4,44</b>	<b>8,37</b>	<b>-0,48</b>
<b>Tocantins</b>	<b>3,55</b>	<b>8,57</b>	<b>1,28</b>	<b>2,01</b>	<b>5,97</b>	<b>-1,81</b>	<b>2,65</b>	<b>5,92</b>	<b>-3,93</b>	<b>2,49</b>	<b>3,79</b>	<b>-086</b>	<b>2,58</b>	<b>4,97</b>	<b>-2,24</b>

\* Não possui série histórica que permita o cálculo da taxa

Fonte: DPI/SEPLAN.

Prefeitura Municipal de Aguiarnópolis  
Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável

Tabela 10 – Distribuição da população segundo situação do domicílio

Municípios	1970			1980			1991			2000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
<b>Aguiarnópolis</b>										<b>3.145</b>	<b>2.304</b>	<b>841</b>
Angico							2.272	867	1.405	<b>2.889</b>	1.639	1.250
Darcinópolis							3.291	1.371	1.920	<b>4.273</b>	2.372	1.901
Itaguatins	11.097	924	10.173	14.126	952	13.174	5.896	1.579	4.317	<b>6.386</b>	3.270	3.116
Luzinópolis										<b>2.021</b>	1.327	694
Maurilândia do Tocantins							1.949	411	1.538	<b>2.854</b>	1.579	1275
Nazaré	8.217	1.308	6.909	8.525	1.306	7.219	6.700	1.373	5.327	<b>5.150</b>	2.003	3.147
Palmeiras do Tocantins							2.853	1.114	1.739	<b>4.622</b>	2.497	2.125
Santa Terezinha do Tocantins										<b>2.455</b>	1.387	1.068
Tocantinópolis	23.659	5.365	18.294	27.974	9.169	18.805	20.841	13.584	7.257	<b>22.777</b>	18.878	3.899
<b>Total Região</b>	<b>42.973</b>	<b>7.597</b>	<b>35.376</b>	<b>50.625</b>	<b>11.427</b>	<b>39.198</b>	<b>38.239</b>	<b>18.061</b>	<b>20.178</b>	<b>56.572</b>	<b>37.256</b>	<b>19.316</b>
<b>Tocantins</b>	<b>521.211</b>	<b>128.860</b>	<b>392.351</b>	<b>738.884</b>	<b>293.442</b>	<b>445.442</b>	<b>920.116</b>	<b>555.662</b>	<b>364.454</b>	<b>1.157.098</b>	<b>859.961</b>	<b>297.137</b>

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970/80/91/2000, Contagem Populacional 1996.

A distribuição da população por gênero evidencia o mesmo padrão tocantinense, de maior peso relativo dos homens, ao contrário do perfil nacional, onde predominam as mulheres. A relação de gênero no Município é de 1,07; no Estado, de 1,05 e no Brasil, de 0,97, ou seja 107, 105 e 97 homens para 100 mulheres, respectivamente (Tabela 11). A distribuição por gênero na população total (Tabela 12) indica que há uma ligeira predominância de homens (51,48%); na área rural, esta relação cai para 50,69%, enquanto a observada na área urbana é de 53,63%.

**Tabela 11 – Relação de gênero da população**

Municípios	2000		
	Total	Urbana	Rural
<b>Aguiarnópolis</b>	<b>1,07</b>	<b>1,04</b>	<b>1,18</b>
Região	1,05	1,08	1,09
Estado	1,05	0,99	1,23
Brasil	0,97	0,94	1,10

Fonte: IBGE. - Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

**Tabela 12 – Distribuição da população por gênero segundo situação do domicílio**

População			
	Total	Urbana	Rural
Total	3.145	2.304	841
Homens	1.619	1.168	451
Mulheres	1.526	1.136	390

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

A distribuição etária dos habitantes de Aguiarnópolis (Tabela 13) revela uma população bastante jovem, como ocorre em todo o estado do Tocantins, com uma participação relativa das faixas que vão de 0 a 14 anos um pouco acima da média do Estado e muito superior à do Brasil (37,18%, 35,2% e 26,6%, respectivamente). Uma das prováveis razões para essa diferença pode ter sido a manutenção, no Município, nos anos anteriores, de padrões de fecundidade de suas mulheres um pouco superiores à média do Estado e bastante acima da média brasileira.

Em termos absolutos, o Município contava em 2000, com 393 crianças de 0 a 4 anos, 378 de 5 a 9 anos, 398 de 10 a 14, o que perfaz um total de 1.169 habitantes a serem atendidos por programas educacionais, e com 147 pessoas acima de 65 anos. A faixa de habitantes entre 15 e 17 anos registrou 232 habitantes e o intervalo compreendido entre 18 e 64 anos, representante da população jovem e adulta, apresentou 1.597 pessoas, correspondendo a 50,78% da população total recenseada em 2000 (Tabela 13).

**Tabela 13 - População residente por domicílio e grupos de idade**

Faixa etária	Total	Urbana	Rural	Total (%)	Urbana (%)	Rural (%)
0 a 4	393	293	100	12,50	12,72	11,89
5 a 9	378	259	119	12,02	11,24	14,15
10 a 14	398	283	115	12,66	12,28	13,67
15 a 17	232	173	59	7,38	7,51	7,02
18 a 24	494	377	117	15,71	16,36	13,91
25 a 29	215	170	45	6,84	7,38	5,35
30 a 39	342	260	82	10,87	11,28	9,75
40 a 49	272	197	75	8,65	8,55	8,92
50 a 59	196	122	74	6,23	5,30	8,80
60 a 64	78	55	23	2,48	2,39	2,72
65 e mais	147	115	32	1,09	0,50	0,38
<b>TOTAL</b>	<b>3.145</b>	<b>2.304</b>	<b>841</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

**A** razão de dependência demográfica é de 72, ou seja, 72 pessoas dependentes (de 0 a 14 anos e acima de 65 anos) para 100 potencialmente produtivas (de 15 a 64 anos). Na população urbana, esta razão é de 70 e, na rural, de 77. A razão de dependência média do Estado é de 66 para a população total (64 na população urbana e 73 na rural), enquanto a média nacional, para o total da população, é de 55. A diferença observada evidencia o peso da população dependente do Município (Tabelas 14 e 15).

**Tabela 14 - Razão de dependência demográfica 2000**

Área geográfica	Total	Urbana	Rural
<b>Aguiarnópolis</b>	<b>72</b>	<b>70</b>	<b>77</b>
Região	75	73	83
Tocantins	66	64	73
Brasil	55	52	68

Fonte: DPI/SEPLAN.

Prefeitura Municipal de Aguiarnópolis  
Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável

Tabela 15 - Percentual de população por domicílio e por grupos de idade - município, região e estado - 2000

Área geográfica	População Total				População Urbana				População Rural			
	0 a 4	5 a 14	15 a 64	65 e mais	0 a 4	5 a 14	15 a 64	65 e mais	0 a 4	5 a 14	15 a 64	65 e mais
<b>Aguiarnópolis</b>	<b>12,50</b>	<b>24,68</b>	<b>58,15</b>	<b>4,67</b>	<b>12,72</b>	<b>23,52</b>	<b>59,96</b>	<b>4,99</b>	<b>11,89</b>	<b>27,82</b>	<b>56,49</b>	<b>3,8</b>
Região	12,03	25,51	56,95	5,50	11,53	25,09	57,86	5,51	20,60	26,32	47,57	5,49
Tocantins	11,60	23,60	60,26	4,53	11,18	25,70	61,15	4,40	12,82	23,26	57,67	4,90
Brasil	9,64	19,96	64,83	5,85	9,25	19,10	63,07	5,88	11,35	23,67	59,25	5,72

Fonte: DPI-SEPLAN

## 4.2. Cultura

**E**xistem duas bibliotecas na Cidade. Uma delas, municipal, funciona em uma pequena sala, com poucas condições de bom atendimento; a outra faz parte das dependências da Escola Estadual, tem bom acervo e espaços para consultas e leituras, com ar condicionado.

**D**entre os festejos, destacam-se as festas juninas, organizadas pela Administração Municipal e pelas escolas, entre os dias 15 e 24 de junho, a festa do Divino Espírito Santo e a festa de Reis. Há três anos vem sendo realizado, durante 5 dias de setembro, um rodeio que desperta o interesse das populações moradoras da região. Também já começa a virar tradição local a pamonhada oferecida à população local e das redondezas, no final de março, pelo Sr. José Rubens Cabral.

**A**nualmente são realizados dois festivais musicais. O Festival Municipal da Canção, organizado pelo Colégio Estadual, e um outro, organizado pela Escola Municipal, com muita competição entre eles.

**R**esidem na Cidade dois artesãos que trabalham com a taboca, confeccionando jacás, balaios, peneiras, quibanos, etc.

**E**xiste um Grupo de Dança local que, com frequência, faz apresentações nas cidades da região.

**C**omo comidas típicas podem ser destacados o arroz com pequi, a galinha caipira, o chambari e a panelada.

## 4.3. Educação

**O** Município conta com uma escola estadual, na área urbana, com o Ensino Fundamental e o Ensino Médio; duas escolas municipais, sendo uma no Assentamento Coko, onde funciona o Jardim, Pré-escola e a 1ª série do Ensino Fundamental e o Ensino de Jovens e Adultos – EJA, à noite; a outra, na área urbana, atende da 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental, com 11 salas de aula funcionando em três turnos.

**O** Município adotou como política educacional a não construção de escolas rurais, transportando as crianças das fazendas e assentamentos para as escolas na Cidade, em três

ônibus adquiridos com recursos próprios e um micro-ônibus em convênio com o Ministério da Educação - MEC. Atualmente 221 crianças da área rural estudam nas escolas da Cidade.

**A** escola municipal, além de mal localizada em relação à maior parte da Cidade, na área mais antiga, hoje separada do restante da Cidade pela ferrovia Norte Sul e pela rodovia Belém-Brasília, encontra-se em condições físicas bastante precárias. Com sua capacidade de atendimento já saturada, passou a se utilizar de salas em outro edifício para o funcionamento da pré-escola.

**O** prédio da escola é bastante antigo. Além do desgaste natural do tempo, não atende às exigências atuais de uma escola, o que inviabiliza uma simples reforma. Os alunos reclamam da não existência de espaço para atividades culturais, esporte, educação física e outras práticas extra-classe. A existência de uma quadra de futebol próxima à escola permite a prática desse esporte por parte dos alunos. Tanto a localização quanto a saturação de sua capacidade de atendimento estão a exigir soluções efetivas.

**O** Município conta com 41 professores, dos quais 10 encontram-se fora das salas de aula, desenvolvendo atividades burocráticas. Nove professores possuem o 3º grau completo, enquanto os outros o estão cursando na Universidade Federal, em Tocantinópolis, ou na Universidade Estadual do Maranhão, em Estreito.

**O** edifício do Colégio Estadual, onde funciona o Ensino Fundamental de 1ª a 8ª série e o Ensino Médio, está em boas condições de conservação, contando com 7 salas e uma biblioteca. Entretanto, necessita de ampliação de mais duas salas de aula para atender a demanda atual. As salas de aula funcionam com 26 até 40 alunos.

**O** Colégio Estadual conta com 37 professores, sendo que 9 desempenham funções administrativas. Destes, 23 já concluíram o 3º Grau (5 em Pedagogia, 8 em Letras, 5 em Geografia, 1 em História e 4 em Matemática); 4 estão cursando o 3º Grau e há um normalista no quadro de professores.

**O** Município desenvolve a capacitação continuada dos professores, através do programa dos Parâmetros Curriculares Nacionais, do Ministério da Educação (PCN/MEC).

**S**egundo os professores da Escola Municipal e do Colégio Estadual, os principais problemas enfrentados pela educação no Município, referem-se ao desinteresse dos pais no acompanhamento de seus filhos. De maneira geral, eles consideram que suas obrigações e responsabilidades esgotam-se ao matricularem os filhos na escola; não participam de reuniões

de pais e mestres e se esquivam quando são chamados para resolver problemas relacionados à indisciplina e rendimento escolar. O Conselho Tutelar é parceiro na identificação de crianças fora da escola, alunos evasores e outros problemas.

Os professores do Estado são concursados, concluíram o 3º Grau, mas continuam recebendo como de nível médio, o que causa desmotivação.

Em 2002, as matrículas finais de 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental somaram 611. As de Ensino Médio foram 134 e as referentes ao EJA, 72.

Dados da Secretaria Municipal de Educação indicam uma melhoria de 2001 para 2002 nos indicadores referentes ao rendimento escolar, tendo caído de 26,6% para 14,1% o número de alunos repetentes. Na 1ª série, a queda da repetência foi de 30%, em 2001, para 14,8%, em 2002. Por outro lado, houve um aumento significativo da evasão escolar no período, de 6,1% para 14,15%. Na única escola rural do Município, no Assentamento do Coco, apesar de ter havido uma redução de 33,33% para 21,4%, de 2001 para 2002, a repetência ainda é muito alta, demonstrando as dificuldades enfrentadas na área rural. Na mesma escola, a evasão cresceu de 11,1% para 14,2%, nesse intervalo (Tabela 16).

**Tabela 16 – Matrícula inicial e final, repetência e evasão no ensino básico - escola municipal**

Série	2001						2002					
	M. I.	M. F.	Repetência		Evasão		M. I.	M. F.	Repetência		Evasão	
			Nº	%	Nº	%			Nº	%	Nº	%
1ª	74	57	22	30	13	17,5	74	57	11	14,8	12	16,2
2ª	82	71	14	17	2	2,4	84	76	11	13	11	13
3ª	71	64	20	28,1	3	4,2	99	88	3	3	9	9
4ª	93	85	17	18,2	5	5,3	73	55	3	4,1	12	16,4
5ª	49	45	14	28,5	3	6,1	85	71	2	2,3	13	15,2
6ª	54	49	4	7,4	1		42	26	4	9,5	9	21,4
7ª	24	21	1		1		45	37	3	7,1	5	11,9
8ª							18	13	1	5,5	3	16,6
1ª (no Coco)	9	8	3	33,3	1	11,1	14	12	3	21,4	2	14,2
<b>Total</b>	<b>456</b>	<b>400</b>	<b>94</b>	<b>26,6</b>	<b>28</b>	<b>6,1</b>	<b>534</b>	<b>435</b>	<b>41</b>	<b>7,68</b>	<b>76</b>	<b>14,5</b>

M.I. = Matrícula Inicial M.F. = Matrícula Final

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

O EJA, ministrado à noite na escola do Coco e na Cidade, apresentou baixos índices de repetência: 1,7% no 2º semestre de 2002 e 8,2% no 1º semestre de 2003. Entretanto, a evasão registrou altos índices: 47,1% no 1º semestre de 2002, 41,38% no 2º semestre de 2002 e 34% no 1º semestre de 2003 (Tabela 17).

Percebe-se, também, uma melhoria dos indicadores de rendimento escolar dos alunos da escola estadual entre os anos de 2000, 2001 e 2002. No Ensino Fundamental, de 1ª a 4ª série,

houve uma queda de 17% de repetência, em 2000, para 12,3%, em 2002, enquanto a evasão caiu de 14,5% para 7,8% no mesmo período. Da 5ª a 8ª série, a repetência passou de 12,6% para 1%, enquanto a evasão caiu de 22,7% para 7,8% (Tabela 18).

**Q**uanto à distorção idade/série, os dados da escola estadual indicam que 20% dos alunos das 1ª e 2ª séries e 25% dos alunos das 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental encontram-se em idade superior àquela compatível com a série. Apesar de não apresentar levantamento sobre a distorção idade/série, a Secretaria da escola municipal afirma ser ela representativa em todas as séries.

**O** Ensino Médio, apesar de apresentar baixos índices de repetência, piorou sua situação entre os anos de 2000 e 2002, passando de 1% em 2000 para 7,6% em 2002, enquanto a evasão passou de 15,4% para 13,9%.

**O** SESI de Araguaína mantém 3 salas de aula em Aguiarnópolis, onde ministra o Ensino Médio. O primeiro grupo deve terminar esse curso neste ano. Além disto, tem oferecido cursos de informática para a população de Aguiarnópolis.

**N**ão há escolas de curso superior em Aguiarnópolis. Para fazê-lo, é preciso deslocar-se a Tocantinópolis ou Araguaína, preferencialmente, em função da proximidade, ou a Imperatriz, Colinas ou Palmas.

Prefeitura Municipal de Aguiarnópolis  
Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável

Tabela 17 - Matrícula inicial e final, repetência e evasão no ensino de jovens e adultos - EJA - escola municipal

Série	2002/ 1º Semestre				2002 /2º Semestre				2003 /2º Semestre			
	M. I.	M. F.	Repetência	Evasão	M. I.	M. F.	Repetência	Evasão	M. I.	M. F.	Repetência	Evasão
1ª	28	14	0	14								
2ª					18	10	1	8				
3ª	46	23	0	23					23	12	3	11
4ª					38	20	0	18				
5ª	42	20	0	22					40	24	3	16
6ª					36	21	1	15				
7ª									31	21	2	10
1ª (no Côco)									15	15	1	0
3ª (no Côco)	24	17	0	7								
4ª (no Côco)					24	17	0	7				
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>74</b>	<b>0</b>	<b>66 (47,1%)</b>	<b>116</b>	<b>68</b>	<b>2 (1,7%)</b>	<b>48 (41,4%)</b>	<b>109</b>	<b>72</b>	<b>9</b>	<b>37 (35,57%)</b>

M.I. = Matrícula Inicial M.F. = Matrícula Final

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Prefeitura Municipal de Aguiarnópolis  
Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável

Tabela 18 - Matrícula inicial, final, repetência e evasão no ensino fundamental e no ensino médio - escola estadual

Série	2000				2001				2002			
	M. I.	M. F.	Repetência	Evasão	M. I.	M. F.	Repetência	Evasão	M. I.	M. F.	Repetência	Evasão
1ª	46	36	14	09	54	48	12	07	60	51	12	09
2ª	57	54	11	06	36	38	10	02	41	34	05	03
3ª	54	51	09	04	53	54	08	06	27	26	03	01
4ª	49	34	01	11	50	44	08	09	51	45	02	01
<b>TOTAL</b>	<b>206</b>	<b>175</b>	<b>35</b>	<b>30</b>	<b>193</b>	<b>184</b>	<b>38</b>	<b>24</b>	<b>179</b>	<b>156</b>	<b>22</b>	<b>14</b>
5ª	58	46	12	12	57	51	06	08	54	49	-	03
6ª	59	55	12	14	56	44	14	13	55	51	01	05
7ª	75	64	04	13	63	46	05	12	31	32	-	01
8ª	46	33	02	15	87	72	01	14	53	44	01	06
<b>TOTAL</b>	<b>238</b>	<b>198</b>	<b>30</b>	<b>54</b>	<b>263</b>	<b>213</b>	<b>26</b>	<b>47</b>	<b>193</b>	<b>176</b>	<b>02</b>	<b>15</b>
<b>ENSINO MÉDIO</b>												
1ª	46	37	01	08	34	30	04	10	94	79	10	13
2ª	58	42	-	08	28	30	-	03	34	28	01	05
3ª	-	-	-	-	40	40	-	01	30	27	-	04
<b>TOTAL</b>	<b>104</b>	<b>79</b>	<b>01</b>	<b>16</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>04</b>	<b>14</b>	<b>158</b>	<b>134</b>	<b>12</b>	<b>22</b>

M.I. = Matrícula Inicial M.F. = Matrícula Final

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

A taxa de alfabetização do Município, segundo dados do Censo Demográfico, era de 77,25 em 2000 (Tabela 19), tendo sido registradas 1.834 pessoas residentes, com 10 anos ou mais de idade, alfabetizadas, de um total nessas faixas etárias de 1.934 habitantes.

**Tabela 19 - Taxa de alfabetização da população residente maior de 10 anos por domicílio, município, região e estado**

Faixa etária	Município			Região			Estado		
	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural
10 e mais	77,25	82,47	53,17	76,47	80,82	67,84	82,80	86,4	72,01

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

Considerando a população maior de 10 anos, percebe-se que a taxa de analfabetismo no Município é um pouco superior à do Estado e semelhante à da região (22,75%, 17,2% e 23,53%, respectivamente). O analfabetismo na área rural de Aguiarnópolis é bastante superior ao da região e do Estado (46,83%, 32,16 e 28%, respectivamente).

Apesar de não existirem dados sobre crianças fora da escola, sabe-se que elas existem, tanto na área rural como na urbana, por desinteresse dos pais e delas próprias ou por falta de condições financeiras.

De acordo com o Censo Demográfico de 2000, havia em Aguiarnópolis 178 crianças analfabetas de 6 a 15 anos, ou 121 de 7 a 15 anos.

Em todas as faixas etárias, as taxas de analfabetismo na área rural do Município são muito superiores às daquelas da área urbana. Chamam a atenção as faixas etárias correspondentes ao início do processo de alfabetização, dos 5 aos 9 anos de idade. Na área urbana, 19,35% das crianças de 5 anos estavam alfabetizadas em 2000, contra 4,55% na área rural; 25,53% contra 8,33% das crianças de 6 anos; e 72,67% contra 43,84% na faixa de 7 a 9 anos. Tais dados demonstram as diferenças de qualidade de ensino ofertado aos alunos da área urbana e rural (Tabela 20)

Tabela 20 - População residente maior de 5 anos alfabetizada

Faixa etária	Total			Urbana			Rural		
	Total	Alfab.	%	Total	Alfab.	%	Total	Alfab.	%
5 anos	84	13	15,48	62	12	19,35	22	1	4,55
6 anos	71	14	19,72	47	12	25,53	24	2	8,33
7 a 9	223	141	63,23	150	109	72,67	73	32	43,84
10 a 14	398	359	90,20	283	267	94,35	115	92	80,00
15 anos	74	72	97,30	54	53	98,15	20	19	95,00
16 e 17	158	150	94,94	119	115	96,64	39	35	89,74
18 e 19	156	149	95,51	120	117	97,50	36	32	88,89
20 a 24	338	305	90,24	257	239	93,00	81	66	81,48
25 a 29	215	185	86,05	170	155	91,18	45	30	66,67
30 a 34	179	139	77,65	133	116	87,22	46	23	50,00
35 a 39	163	120	73,62	127	106	83,46	36	14	38,89
40 a 49	272	186	68,38	197	148	75,13	75	38	50,67
50 a 59	196	103	52,55	122	69	56,56	74	34	45,95
60 e mais	225	66	29,33	170	60	35,29	55	6	10,91
<b>TOTAL</b>	<b>2.752</b>	<b>2002</b>	<b>72,75</b>	<b>2.011</b>	<b>1.578</b>	<b>78,47</b>	<b>741</b>	<b>429</b>	<b>57,89</b>

Fonte: IBGE - Censo 2000

#### 4.4. Esporte e Lazer

**E**m termos de equipamentos para esporte, a Cidade conta com três quadras polivalentes, uma no Colégio Estadual e duas na Escola Municipal, um campo de futebol oficial gramado e outro menor, também gramado.

**S**ão promovidos anualmente os campeonatos municipal e intermunicipal de futebol, praticado apenas pelos homens, os jogos escolares e o tradicional Enduro de Bicicleta, com 40 km e média de 300 participantes, já em sua 7ª edição.

**A** Cidade conta somente com a praça da Prefeitura como ponto de encontro da população. Durante a temporada de férias, existem as praias do rio Tocantins, tradição em todas as cidades ribeirinhas do Estado do Tocantins. Nesta época, que se estende de maio a julho ou agosto, a principal praia é a da ilha do Cabral, na qual a Prefeitura Municipal monta a infraestrutura e não cobra qualquer taxa dos barraqueiros que ali se instalam para fornecer alimentação e bebidas aos veranistas.

**H**á uma Associação dos Barraqueiros e outra dos Barqueiros, que transportam as pessoas até a ilha.

## 4.5. Justiça e Segurança Pública

**A**guiarnópolis está vinculado à jurisdição da Comarca de Tocantinópolis. Conta com um destacamento militar, composto somente por 2 agentes, lotado no Posto Fiscal da divisa com o Maranhão, dispondo de apenas uma viatura. Dispõe também de uma Delegada da Polícia Civil, 1 agente de polícia e uma viatura.

## 4.6. Promoção Social

**E**stão em funcionamento no Município os principais Programas estaduais e federais de promoção social, como Pioneiros Mirins, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Bolsa Cidadã, Bolsa-Escola, Programa do Leite e Força Jovem.

**A** Bolsa Cidadã atende a 70 pessoas, sendo 23 agentes acima de 30 anos e 47 da Força Jovem, ocupados na prestação de serviços aos diferentes órgãos do governo municipal, por 4 horas diárias.

**O** Programa Pioneiros Mirins atende a 100 crianças, desenvolvendo atividades como artesanato, reciclagem de pety, bordados, pinturas de tecido, esportes, reforço escolar, palestras sobre saúde e outras, passeios e excursões. O Município mantém a distribuição de leite para as crianças de 1 a 6 anos de idade, num total de 100 crianças.

**O** Programa do Idoso, com recursos do Município, mantém o Clube da Melhor Idade, com 130 idosos matriculados. O clube promove uma reunião em todos os últimos sábados do mês, festeja datas comemorativas e desenvolve ações congregadoras, passeios, atenção à saúde e serviços odontológicos, vacinação etc. O programa convive com sérias dificuldades devido à inexistência de espaço físico e equipamentos de apoio às suas atividades, além de transporte para Araguaína, onde são feitos os atendimentos hospitalares de rotina e emergenciais.

**F**uncionam ainda no Município a Pastoral da Criança e o Conselho Tutelar.

## 4.7. Saúde

**O** Município conta com dois Postos de Saúde, que oferecem atendimento ambulatorial realizado por dois médicos. Os casos mais graves são encaminhados a Tocantinópolis ou Araguaína, através de 2 ambulâncias municipais. A área de saúde conta com 36 funcionários,

dentre os quais 3 médicos, 1 dentista, 1 farmacêutico, 1 bioquímico, 1 auxiliar de laboratório, 7 técnicos de enfermagem, 2 auxiliares de enfermagem, 1 fiscal sanitário, 8 Agentes Comunitários de Saúde - ACS e 1 Agente de Serviços Gerais - ASG.

**N**o ano de 2002, foram realizadas 6.332 consultas e imunizadas 873 crianças. No período de 2001 a 2003, as principais doenças notificadas, conforme estabelecem os programas do Serviço Único de Saúde – SUS, foram: 58 casos de diarreia, 16 de hipertensão, 7 de tricomonas vaginal, 4 de uretrite gonocócica, 4 de sífilis e 2 de hanseníase.

**O** trabalho desenvolvido na área odontológica é significativo. Uma odontóloga presta serviços na sede municipal há 6 anos. As instalações físicas e os equipamentos utilizados são de alta qualidade, segundo seu próprio depoimento. O posto conta ainda com uma auxiliar de consultório dentário e uma auxiliar de serviços gerais.

**A** prioridade é dada às crianças e adolescentes de 0 a 14 anos e às gestantes. É mantido um programa permanente de atenção às escolas, com palestras sobre a saúde bucal, levantamento de cáries e trabalhos preventivos. O atendimento à comunidade concentra-se nos idosos, adolescentes, alunos do EJA, Pioneiros Mirins e crianças do PETI. Os principais problemas enfrentados referem-se aos recursos financeiros, devido ao alto custo dos materiais utilizados e às condições orçamentárias do Município.

**H**á uma Farmácia Básica para distribuição de medicamentos essenciais às populações carentes. O Município tem implantados os programas do SUS

## 5. Dinâmica Econômica

### 5.1. Pecuária

**A** região do Bico do Papagaio, ao norte do Estado do Tocantins, representa uma área de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica. A quase totalidade de seu solo é quimicamente pobre, o que restringe a prática agrícola em escala economicamente viável. Assim, a principal atividade econômica desenvolvida na região é a pecuária de corte, exercida de maneira extensiva em cerca de 1/3 da região, com baixos níveis de produtividade.

**S**egundo a ADAPEC, o Município conta com 138 propriedades cadastradas pelo órgão, sendo que 125 possuem rebanho bovino. O rebanho do município é de 13.082 cabeças. Os dados

sobre a produção pecuária em Aguiarnópolis nos últimos anos estão apresentados nas tabelas 21 e 22.

**Tabela 21 - Rebanhos 1999, 2000, 2001 e 2002**

Rebanhos	1999	2000	2001	2002
Suínos	475	470	402	-
Aves	3.750	3.800	3.480	-
Bovinos	8.950	8.900	12.500	13.082

Fonte: SEPLAN

**Tabela 22 – Produção de origem animal**

Produto	Quantidade	Animais	Valor da produção
Leite	418 000 litros	580 vacas	R\$ 104.400,00
Ovos de galinha	4.000 dúzias	1.450 galinhas	R\$ 3.555,00

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal - Malha municipal digital do Brasil: situação em 1997.

**R**ecentemente, começou a ser implantado um grande projeto de avicultura e abate de aves, sob a responsabilidade do Grupo Asa Alimentos, que comprou uma fazenda no Município para construir um grande abatedouro. Já se encontram em implantação inúmeras granjas de terminação de frangos na região, algumas produzindo para o Grupo que está abatendo as aves em outro município do Estado.

**O** projeto está dimensionado para um abate diário de 150.000 aves/dia, além de caprinos e suínos. Para sua implantação, o Município doou 4 alqueires de terra para a instalação da incubadora e fábrica de ração, com prazo determinado para sua construção. Este prazo já se esgotou e terá de ser renegociado. Além dessa gleba, o Estado desapropriou mais 40 alqueires e iniciou a terraplenagem para a instalação do projeto. Este serviço, com investimentos da ordem de 22 milhões de dólares, não foi concluído.

## 5.2. Agricultura

**A** produção agrícola do Município não é grande e parte considerável dela é resultado do trabalho realizado nos assentamentos rurais, alguns deles com lavoura comunitária.

**A** Prefeitura, que conta com quatro tratores e implementos agrícolas, presta assistência técnica aos pequenos produtores rurais e assentados do Município, com a preparação de terra, mediante o pagamento do óleo e parte da produção para semente do ano seguinte. No ano de 2002, foram preparados 1.162 ha e plantados 135,5 ha de lavoura comunitária.

Os principais produtos são o arroz, milho, feijão e mandioca (Tabela 23). A produção é de subsistência, com quase nenhum excedente para comercialização.

**Tabela 23 - Produção agrícola - 1999, 2000 e 2002**

Produto	Área Colhida (ha)			Produção (t)			Rendimento (kg/ha)		
	1999	2000	2002	1999	2000	2002	1999	2000	2002
Arroz	500	400	600	660	600	900	1.320	1.500	1.500
Feijão	30	50	60	12	20	36	400	400	600
Milho	150	150	300	180	180	378	1.200	1.200	1.260
Mandioca	27	35	36	405	525	504	15.000	15.000	15.000
Banana	-	3	35	-	14	525		4.666,6	15.000

Fonte: SEPLAN

Além dos grãos, o Município registra uma produção razoável da extração mineral e silvicultura, principalmente resultante do aproveitamento do babaçu, nativo na região, e da extração da madeira (Tabela 24)

**Tabela 24 - Produção da extração vegetal e silvicultura**

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Produtos oleaginosos - babaçu (amêndoa)	7 toneladas	2.000,00
Madeiras - extração vegetal - carvão vegetal	5 toneladas	1.000,00
Madeiras - extração vegetal - lenha	700 m <sup>3</sup>	2.000,00
Madeiras - extração vegetal - madeira em tora	11 m <sup>3</sup>	

Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 1999

Um grande empreendimento rural, em processo de implantação, deverá modificar a economia agrícola do Município de forma significativa, nos curto e médio prazos. Trata-se do projeto Brasnica, fazenda de plantação de banana irrigada, já com 70 ha plantados e em produção. O projeto, que emprega 30 trabalhadores, deverá atingir 140 ha nos próximos anos, inclusive com a industrialização da banana descartada para o consumo de mesa.

### 5.3. Indústria, Comércio e Serviços

A Prefeitura Municipal de Aguiarnópolis tem cadastrados 37 estabelecimentos no Município, de diversos setores de atividade econômica, gerando oportunidade de trabalho para 97 pessoas, além dos trabalhadores familiares existentes na maioria deles (Tabela 25).

**Tabela 25 - Estabelecimentos e pessoal ocupado**

Ramo de Atividade	Estabelecimentos	Pessoas Ocupadas
Extração de Minerais Areia e Seixo	03	17
Beneficiadora de Arroz	03	02 mão-de-obra familiar
Secos e Molhados	05	05 e mão-de-obra familiar
Restaurantes, Bares e Lanchonetes	04	20 e mão-de-obra familiar
Açougues	06	6 mão-de-obra familiar
Material de Construção	01	2 mão-de-obra familiar
Depósito de Gás	02	06
Borracharias	02	06
Concerto de Bicycletas	01	2 mão-de-obra familiar
Imobiliária	01	01
Auto Escola	01	03
Funerária	01	01
Posto de Abastecimento Combustível	01	20
Cabeleireiros	03	03
Escritório Consórcio Estreito Energia	01	01
Padaria	01	02
Sorveteria	01	02 mão-de-obra familiar
<b>TOTAL</b>	<b>37</b>	<b>97</b>

Fonte: Cadastro da Prefeitura, 2003

Segundo dados do IBGE, a média de pessoas ocupadas nas empresas atuantes em Aguiarnópolis, em 1997, era de 3,14 pessoas por estabelecimento, sendo 2,14 delas assalariadas. O salário médio mensal dos assalariados, atualmente, é de R\$ 193,32 e a média anual de salários pagos por estabelecimento é de R\$ 5.385,43.

## 6. Aspectos Político-institucionais

### 6.1. Estrutura da Gestão Municipal

A estrutura administrativa da Prefeitura Municipal é composta pelo Gabinete do Prefeito e 4 Secretarias, além de 2 Departamentos. As Secretarias são as seguintes: de Educação; de Saúde; de Finanças e de Ação Social. Os Departamentos são de Agricultura e de Arrecadação Fiscal. Funciona, ainda, uma Coletoria Municipal, para recolhimentos dos impostos.

As questões relacionadas com as obras municipais estão ligadas à Secretaria de Finanças e são coordenadas por um Engenheiro Civil.

**A** Lei nº 100/01, aprovada em 22/09/01, dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais.

**O** quadro de cargos da Prefeitura Municipal é composto de 199 vagas, das quais 136 estão ocupadas. Recentemente, a Prefeitura Municipal realizou 2 concursos públicos para preenchimento dos cargos vagos, não tendo conseguido suprir todos eles.

## 6.2. Finanças Municipais

**O** Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual são feitos na própria Prefeitura Municipal, pela Secretaria de Finanças.

**O** Fundo de Participação dos Municípios – FPM contribui com cerca de 90% da receita total do Município.

**O** IPTU é cobrado por meio de carnê, mas apenas cerca de 20% dos proprietários o pagam. A base de cálculo desse imposto é uma planta de valores preparada a partir de levantamento de campo realizado por funcionários da Prefeitura Municipal. Apesar de os programas para a implantação do serviço da dívida ativa terem sido adquiridos pela Prefeitura, ainda não estão em operação, pois há resistência da Câmara de Vereadores em autorizar a sua implantação. Desta forma, a Administração Municipal fica sem mecanismos de sanção aos inadimplentes.

**A**s despesas com pessoal correspondem a aproximadamente 50% do orçamento anual.

## 6.3. Instrumentos de Planejamento e Gestão

**A** Lei Orgânica de Aguiarnópolis estabelece como objetivos fundamentais do Município:

- garantir no âmbito de sua competência a efetividade dos direitos fundamentais da pessoa humana;
- colaborar com os governos federal e estadual na constituição de uma sociedade livre, justa e solidária;
- promover o bem estar e o desenvolvimento da comunidade local;

- promover ordenamento territorial, de modo a assegurar a qualidade de vida de sua população e a integração urbano-rural.

**E**stabelece ainda a Lei Orgânica, como diretrizes relativas ao desenvolvimento urbano, que o Município deverá atender:

- a) ao uso equânime do solo urbano, dos equipamentos infra-estruturais, dos bens e serviços produzidos pela economia urbana e sua justa administração pelo Poder Público;
- b) ao estímulo ao surgimento de atividades econômicas com ênfase nos seguimentos mais absorventes da mão de obra e distribuidores de renda.
- c) à preservação e o estímulo às atividades agrícolas e pecuárias situadas no entorno urbano;
- d) à urbanização, a regularização fundiária das ocupadas pela população de baixa renda, garantindo o direito de uso, aos seus moradores, salvo onde as condições importem em risco de vida;
- e) às instituições de programas habitacionais para a população de baixa renda;
- f) à preservação, proteção e recuperação do meio ambiente e do patrimônio cultural urbano;
- g) à utilização racional do território e dos recursos naturais, mediante controle da implantação e do funcionamento de atividades industriais, comerciais, residenciais e viárias;
- h) à participação da comunidade na definição de prioridades, conteúdo e implantação de planos, projetos e programas que lhes sejam concernentes, mediante as modalidades que a lei definir.

**P**ara garantir o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade, determina a Lei Orgânica, conforme estabelece a Constituição e o Estatuto da Cidade, que o Poder Público Municipal fará uso dos seguintes instrumentos:

- tributários e financeiros;
  - a) Imposto Territorial Urbano progressivo e diferenciado por zonas ou outros critérios de ocupação e uso do solo;
  - b) taxas e tarifas diferenciadas por zona, segundo os serviços públicos oferecidos.
  - c) contribuição de melhorias;
  - d) incentivos e benefícios fiscais e financeiros
- institutos jurídicos, tais como:
  - a) discriminação de terras públicas;
  - b) desapropriação;
  - c) parcelamento ou edificação compulsória;
  - d) tombamento de imóveis;
  - e) declaração de área como de preservação ou proteção ambiental;
  - f) cessão e concessão de uso;
  - g) servidão administrativa.

**N**o que se refere à preservação do meio ambiente, merece destaque como exigência da Lei Orgânica:

- a) definir, em lei complementar, os espaços territoriais do Município e seus componentes a serem especialmente protegidos e a forma da permissão para a alteração e supressão, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção.
- b) exigir, na forma da Lei para instalação de obra, atividade ou parcelamento do solo, potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prático de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
- c) nenhuma obra ou serviço de calçamento ou asfaltamento no perímetro urbano poderá ser executado sem a infra-estrutura prévia, concernente à rede de esgoto e meio-fio.

**F**icam criados, por determinação da Lei Orgânica, os seguintes Conselhos:

- a) Conselho Municipal de Saúde;
- b) Conselho Municipal de Educação;
- c) Conselho Municipal de Assistência Social.

**O** Município conta ainda com um Conselho Municipal de Desenvolvimento do Turismo e um Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente

**C**abe destacar como imposição da Lei Orgânica que o Município promoverá e incentivará o turismo como atividade econômica, buscando o desenvolvimento social e cultural.

**O** Município dispõe de Código Tributário, com as normas disciplinadoras das posturas municipais relativas ao poder de polícia administrativa a cargo do Município, a fim de assegurar a convivência urbana. Contém, ainda, matéria relativa às infrações, penas e ao processo de execução das mesmas.

**A**lém da Lei Orgânica, o Município conta com uma Lei do Perímetro Urbano e com um Código de Posturas que, todavia, é pouco conhecido e, portanto, não é respeitado. A reduzida capacidade de fiscalização por parte da Administração Municipal não possibilita um melhor controle da aplicação deste instrumento legal.

**N**ão há leis de parcelamento nem de uso e ocupação do solo urbano. Apesar disto, os loteamentos existentes estão devidamente regularizados. Também não existe Código de Edificações. Quando alguém pretende iniciar uma construção, solicita à Prefeitura a locação da edificação no terreno, não havendo qualquer outra exigência, nem análise ou aprovação do projeto.

## 6.4. Participação Social

A participação popular na gestão municipal é quase inexistente. Não há mecanismos regulares de consulta à população quanto aos investimentos e prioridades do Município. Apenas quando da elaboração do Orçamento Anual, são feitas algumas discussões focais com representantes da sociedade para levantamento das suas reivindicações.

Nas últimas eleições municipais, o número de eleitores era de 2.106, sendo 992 mulheres e 1.114 homens.

Estão organizadas em Aguiarnópolis a Associação dos Barqueiros e a Associação dos Barraqueiros, ambas relacionadas com as atividades de veraneio nas praias, particularmente na ilha do Cabral. As associações dos assentamentos rurais do Chupé, Coco, Santa Vitória e Salobra, as duas últimas no assentamento Salobra, a primeira formada pelos assentados ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a segunda, ao MST. Há, ainda, uma Associação dos Pequenos Produtores Rurais que, na realidade, não é composta por produtores e, sim, por pessoas que se candidatam a receber um módulo rural através do Banco da Terra.

Começa a atuar no Município a Comunidade Ativa, com vistas a promover um maior envolvimento da população local nas discussões e decisões quanto ao desenvolvimento municipal e está sendo organizada a primeira Associação de Bairro, no Beira-Rio.

## 7. Potencialidade Turística

A Cidade não conta com equipamentos turísticos importantes. Como meios de hospedagem, existem apenas um hotel, à beira da rodovia, com 10 leitos para casal e 12 para solteiros e 2 pousadas, com 10 e 8 leitos, respectivamente. Todos eles têm instalações muito simples. Normalmente, as pessoas que se dirigem a Aguiarnópolis hospedam-se nos hotéis de Estreito, na margem oposta do rio Tocantins.

Os estabelecimentos de alimentação restringem-se a uma peixaria, 2 restaurantes, 1 sorveteria e duas lanchonetes.

O Município conta com um Conselho Municipal de Turismo e um Fundo Municipal de Turismo, ambos criados por Lei municipal.

O fluxo de pessoas de outros lugares a Aguiarnópolis está relacionado, principalmente, com negócios, tendo como principais emissores os estados de Minas Gerais, Goiás, Pará e Maranhão, além do próprio Tocantins. São trabalhadores da construção civil, telefonia, eletrificação, agricultura e funcionários públicos que permanecem de 3 a 10 meses na região.

Como turismo, apenas se observa o de lazer, na temporada de praia, principalmente nos meses de maio a julho. A origem dos visitantes é predominantemente do próprio Estado (50%), seguido do sul do Maranhão (30%). Os demais se distribuem igualmente entre originários do sul do Pará (10%) e de outras regiões (10%). Este contingente de turistas permanece não mais que 15 dias e é formado por famílias ou por jovens, estudantes, fazendeiros, empresários e funcionários públicos.

O surgimento do lago artificial a ser formado com a construção da UHE de Serra Quebrada deverá ampliar as possibilidades turísticas, pela exploração das potencialidades náuticas da lâmina de água a ser formada junto à cidade de Aguiarnópolis.

Não há na estrutura da Administração Municipal um organismo encarregado das questões específicas do turismo. A população, por sua vez, está muito pouco envolvida com o desenvolvimento turístico, apesar das oficinas realizadas pelo PNMT.

## **8. Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Riscos**

A análise da realidade atual de Aguiarnópolis foi feita a partir dos dados e informações levantados, das entrevistas realizadas e da observação direta das condições locais. Foi também objeto de discussão em oficina de planejamento participativo, representativa dos diferentes segmentos da sociedade, tendo registrado a presença de 31 pessoas, o que equivale a 3,7% da população urbana.

As principais conclusões referentes às vantagens e limitações intra-municipais para o desenvolvimento de Aguiarnópolis são:

### **Pontos Fortes do Município e da Cidade - Vantagens Atuais**

1. Posição geográfica bem definida nos cruzamentos da rodovia Belém-Brasília, ferrovia Norte-Sul, rodovia Transamazônica, hidrovía Tocantins e rodovia TO-126;
2. Rio Tocantins (pesca, irrigação, transporte fluvial);

3. Disponibilidade de terras férteis (agricultura e lavouras comunitárias);
4. Disponibilidade de energia elétrica nas áreas urbana e rural;
5. Escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio com capacidade de atendimento a toda a população e de possibilidade de capacitação superior dos professores por meio de tele-sala;
6. Existência de centro de saúde com capacidade de atendimento ambulatorial médico, odontológico, laboratorial, programas básicos de saúde implantados e ambulâncias para remoção nos casos de maior complexidade;
7. Facilidade de aquisição de imóveis urbanos;
8. Sistemas de água tratada e de esgotamento sanitário, pavimentação e calçadas implantados em parte da Cidade;
9. Melhoria sanitária das casas populares na área urbana;
10. Prática de lavouras comunitárias;
11. Cidade calma, com tranquilidade e liberdade;
12. Facilidade de comunicação entre a população e o Prefeito.

### **Pontos Fracos do Município e da Cidade – Problemas Atuais**

1. Ausência de infra-estrutura para os setores industriais (energia, espaço, política industrial);
2. Deficiência física / funcional e de recursos humanos para a segurança pública (cadeia, viaturas e contingente policial, pois os policiais atualmente estão voltados para o fisco);
3. Ausência de estrutura hospitalar;
4. Déficit habitacional;
5. Estrutura física municipal de educação insuficiente;
6. Falta de planejamento e assistência à agricultura para explorar a potencialidade do Município;
7. Limpeza pública insuficiente;
8. Iluminação pública insuficiente;
9. Rodovias e ferrovias cortando a Cidade;
10. Infra-estrutura turística precária;
11. Poucos telefones públicos na Cidade;
12. Recursos públicos escassos;
13. Falta de política social de valorização da família;
14. Pouca conscientização quanto à responsabilidade social e a importância da participação no processo de desenvolvimento do Município;
15. Pouca harmonia entre os poderes executivo e legislativo municipais.

Quando aos fatores externos, podem ser considerados como **oportunidades** a serem aproveitadas por Aguiarnópolis para promover o seu desenvolvimento:

1. A construção da Usina Hidrelétrica de Estreito com a possibilidade de ampliação do sistema elétrico para indústrias de porte médio;

2. A implantação da Plataforma Multimodal de Transportes;
3. A ferrovia Norte-Sul;
4. A hidrovia Tocantins;
5. A rodovia Belém-Brasília;
6. A conclusão e acesso à Transamazônica;
7. A implantação da base de petróleo prevista para a Plataforma Multimodal;
8. O incremento da plantação de soja na região;
9. Os projetos de fruticultura irrigados que começam a surgir;
10. A possibilidade do surgimento de um Distrito Industrial com infra-estrutura adequada, em função das facilidades de energia e transportes;
11. A atratividade criada pela Plataforma Multimodal e pela hidrelétrica, ampliando a possibilidade de surgimento de novos empreendimentos industriais, comerciais e de serviços.

**A**s oportunidades que se vislumbram com a implantação da Plataforma Multimodal de Transportes, na convergência das rodovias Belém-Brasília, BR-010 e BR-226, da ferrovia Norte-Sul e da hidrovia Tocantins, além das rodovias estaduais, e construção da UHE de Estreito, que ampliará sobremaneira o potencial energético para a instalação de novos empreendimentos na região e no Município não estão isentas de riscos. É necessário que Aguiarnópolis esteja atento a eles, a fim de os evitar, sem o que o seu desenvolvimento pode ficar comprometido. Os principais **riscos** identificados são:

1. Crescimento desordenado da população;
2. Violação ao meio ambiente;
3. Parecer desfavorável do IBAMA para a construção da UHE Estreito;
4. Descontinuidade do programa de investimentos (ferrovia, plataforma etc.);
5. Falta de política voltada para as atividades correlatas aos empreendimentos da ferrovia Norte-Sul e Plataforma Multimodal inviabilizando os mesmos, com custos sociais e instabilidade no Município;
6. Impactos sócio-ambientais, tais como crescimento da violência, surgimento do tráfico de drogas, aumento da criminalidade, aumento da prostituição e de doenças, particularmente as sexualmente transmissíveis, perda da tranquilidade, vandalismo e desrespeito ao patrimônio;
7. Redução dos recursos federais em investimentos no Município;
8. Diminuição do repasse do Fundo de Participação dos Municípios;
9. Desinteresse dos investidores privados;
10. Falta de incentivo ao pequeno produtor, tanto de recursos como de conscientização;
11. Ausência de linhas de crédito rural;
12. Absorção do capital circulante por Estreito.

## II – CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

---

### 1. Cenários Prospectivos

**O** cenário é a descrição de um futuro possível, imaginável ou desejável para um determinado município ou cidade e da trajetória a ser percorrida a partir da situação atual verificada em direção a este futuro.

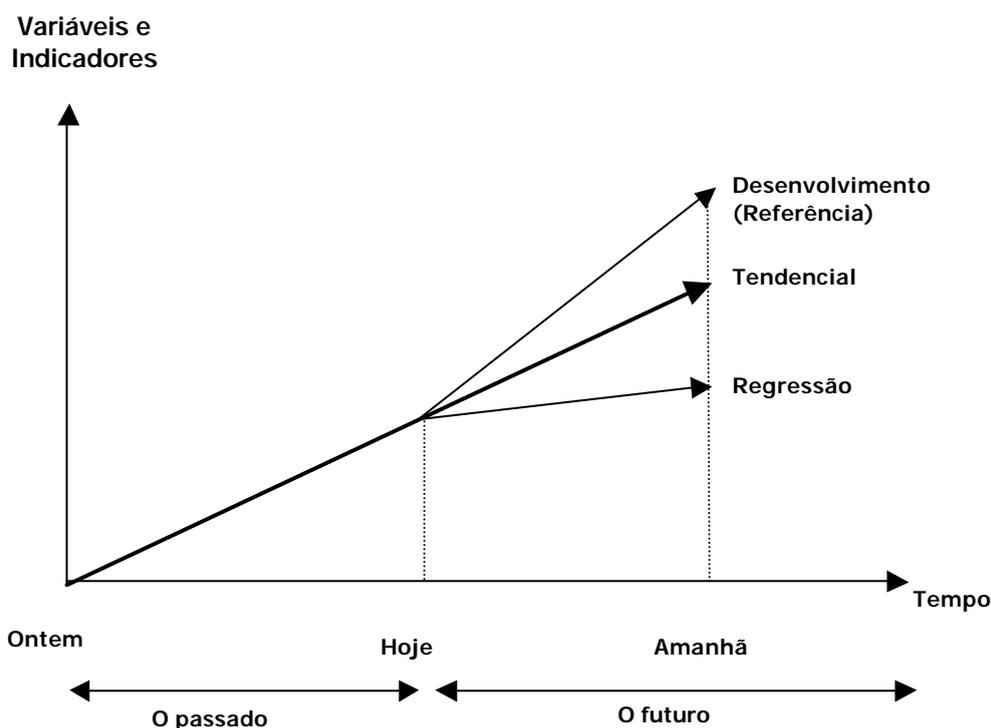
**O** cenário não prediz o futuro. Apenas organiza, sistematiza e delimita as incertezas, explorando os pontos de mudança ou de manutenção de rumos para uma determinada evolução de situações, com base no aproveitamento das oportunidades e vantagens observadas, tentando evitar os riscos e neutralizar as fragilidades atuais.

**N**ão é uma realidade futura, mas um meio de orientar a ação presente em direção a alternativas possíveis e desejáveis de futuro. Um cenário bem construído explicita claramente uma situação possível e provável e identifica alternativas para o desenvolvimento, com vistas a se alcançar a situação futura pretendida.

**A** construção de cenários alternativos de desenvolvimento ocorre a partir da combinação das diversas tendências das variáveis levantadas (dados e informações do cenário atual, pontos fortes e fracos, oportunidades e riscos etc.).

**O**s cenários devem ter a capacidade de construir visões globais que contemplem os aspectos econômicos, sociais, físico-ambientais, urbanísticos e político-institucionais.

**E**m esquema, a construção de cenários pode ser representada da seguinte forma:



## 2. Construção e Seleção do Cenário Desejável

No caso de Aguiarnópolis, foram examinadas 3 alternativas possíveis. Um cenário tendencial, que assume a continuidade das tendências existentes atualmente; um cenário de regressão, segundo o qual a situação atual tende a se deteriorar e um cenário de desenvolvimento, que admite melhoria e dinamismo na evolução das tendências atuais.

A análise dos cenários mencionados possibilitou a seleção do cenário futuro, discutido e assumido pelos atores locais como o cenário desejável e plausível. Com base no consenso estabelecido em relação a este cenário, passou ele a ser considerado como **cenário de referência** para a proposta do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Aguiarnópolis, possibilitando a definição do objetivo central para o Município, das linhas estratégicas e programas de ações necessários à instauração do processo de desenvolvimento sustentável para o Município.

### 3. Cenários Alternativos de Desenvolvimento

Como resultado das análises e diagnóstico anteriores, das entrevistas e reuniões focais realizadas, das discussões da 1ª Oficina de Planejamento Participativo relativas à situação atual do Município e sua inserção regional e à visão prospectiva dos atores envolvidos em relação ao desenvolvimento municipal, foram construídos 3 cenários alternativos para Aguiarnópolis.

Para a construção desses cenários, foram desenvolvidos estudos de projeções populacionais, ano a ano, para o horizonte temporal de 2020. Tais projeções tomaram por base dados censitários produzidos pelo IBGE para o Município, em 2000.

Devido à indisponibilidade de dados sobre migração e fecundidade, principalmente, além da grande dificuldade de se prever o comportamento futuro das variáveis econômicas regionais, é enorme a dificuldade de se trabalhar, com segurança, com métodos de projeção populacional para pequenas áreas e, no caso de Aguiarnópolis, de ocupação muito recente. Desta forma, adotou-se o método matemático para o cálculo das projeções, alertando tratar-se de um esforço bastante precário de previsão do comportamento demográfico do Município nos próximos 20 anos, considerando 2001 o seu início.

A região de influência de Aguiarnópolis representa 6,9% da população total do Estado e o Município, 0,27%, sem expressão, em termos populacionais, no nível estadual. A região, nos últimos 30 anos, caracterizou-se por pouco dinamismo demográfico, crescendo à taxa média anual de 0,9%, abaixo dos níveis de reposição populacional. Na última década, 1991 a 2000, cresceu com taxa de 2,58%, semelhante ao ritmo de crescimento estadual.

O Município de Aguiarnópolis, criado em 1994, como parte do território de Tocantinópolis, mas efetivamente implantado apenas a partir de janeiro de 1997, só foi recenseado em 2000, não possuindo série histórica de dados populacionais. O Município detém 2,55% do território regional e 3,95% de sua população.

O dinamismo econômico experimentado atualmente pelos municípios de Estreito e Porto Franco no Maranhão, vizinhos de Aguiarnópolis, está relacionado com o pólo de sojicultura de Balsas, também no Maranhão, e com o entreposto de transbordo rodovia/ferrovia recém implantado em Porto Franco. Espera-se que, devido à proximidade das áreas urbanas dos três municípios, o dinamismo experimentado por qualquer um deles vá refletir de alguma forma nos demais, podendo ocorrer alguma divisão de funções e competição entre eles.

**A** tendência é que o crescimento demográfico mais significativo a se verificar na área esteja relacionado à construção da UHE de Estreito, que deverá gerar, no pico das obras, 5.800 empregos diretos. O cenário estudado para a implantação da UHE indica para cada emprego direto gerado, o surgimento de outros dois, indiretos.

**N**este tipo de empreendimento prioriza-se a contratação de mão-de-obra local. Mesmo assim, será significativa a imigração temporária que, tradicionalmente, em sua maioria, emigra logo após a conclusão das obras e início de operação. Algum contingente, entretanto, fixar-se-á no local, principalmente devido ao seu dinamismo econômico, independentemente das obras da hidroelétrica.

**O** cenário de dinamismo econômico microrregional torna legítimo esperar um rebatimento na dinâmica demográfica microrregional, cabendo uma parte significativa para Aguiarnópolis, devido às condições de saneamento básico superiores às das cidades vizinhas e à farta disponibilidade de área para expansão. Além disso, os projetos econômicos em implantação no Município, na área urbana e rural, e a presença do Estado do Tocantins na ocupação econômica estratégica da região tornam a Cidade atrativa. Como a população atual de Aguiarnópolis é bastante reduzida, em termos proporcionais, é de se supor que o crescimento verificado seja significativo.

**P**ara efeito de cálculo das projeções populacionais, foram adotadas as taxas de crescimento de 3,0% até 2005, acima da média regional; de 4,0%, de 2005 a 2010, considerando o período de pico na construção da UHE e implementação dos projetos privados na região; e de 2%, de 2010 a 2020.

**T**rata-se de um cenário otimista, tendo em vista a importância estratégica da região para o Estado do Tocantins, para o qual foram considerados os impactos da implantação da Plataforma Multimodal de Transportes e da UHE de Estreito na dinâmica econômica e no crescimento demográfico de Aguiarnópolis.

**F**oi considerada também a presença da vizinha Estreito, cidade do outro lado do rio Tocantins, no Maranhão, com 15.846 habitantes urbanos e 7.084 rurais, já consolidada como referência microrregional e com dinamismo econômico próprio, com a qual Aguiarnópolis mantém relações de dependência.

**A** tabela a seguir apresenta os valores calculados.

Prefeitura Municipal de Aguiarnópolis  
Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável

**Tabela 26 - Projeção da População de Aguiarnópolis 2001/2020.**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Estimativa PD	3.239	3.336	3.436	3.540	3.647	3.793	3.944	4.063	4.324	4.497	4.587	4.678	4.772	4.867	4.965	5.064	5.165	5.266	5.371	5.477
Estimativa IBGE	3.230	3.289	3.355																	

Foi também levantado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) correspondente ao ano de 2000, único dado disponível uma vez que o Município foi instalado em 1997. Aguiarnópolis ocupa o 103º lugar no *ranking* de municípios do Tocantins. Em relação à classificação nacional, o Município situa-se no 4.148º lugar entre os municípios brasileiros.

**Tabela 27 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) - Aguiarnópolis - 2000**

Ano	Esperança de vida ao nascer (anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de frequência escolar (%)	Renda per capita (R\$ de 2000)	Índice de longevidade (IDHM-L)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de renda (IDHM-R)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)
2000	60,409	74,6	83,0	89,29	0,59	0,774	0,523	0,629

Fonte: IPEA/PNUD

O IDH-M poderá ser um indicador eficiente para o monitoramento dos resultados da implementação das estratégias e ações do Plano Diretor, definidas a partir do cenário selecionado. Por ser um índice construído a partir da observação de diferentes fatores de natureza econômica e social, permite uma avaliação satisfatória dos avanços obtidos com a implementação do Plano Diretor. Para essa verificação, será necessária a estruturação de um Sistema Municipal de Informações, a fim de se obter, a intervalos menores de tempo, com método e critérios similares aos adotados decenalmente para o cálculo do IDH-M, indicadores semelhantes para os diferentes componentes deste índice. Com eles, será possível definir eventuais correções de rumos e a adoção de ajustes no processo de planejamento e gestão do desenvolvimento municipal.

Os cenários construídos, a partir de todas as informações obtidas foram:

### 3.1. Cenário Tendencial

Neste cenário, o Município continua sob influência das atuais condicionantes dos fatores externos regionais e nacionais. Os investimentos públicos federais e estaduais continuam, mas seu volume e ritmo são insuficientes para aumentar a atratividade de Aguiarnópolis para os investimentos privados, que permanecem reduzidos.

A Plataforma Multimodal é instalada, mas os investimentos privados não ocorrem na velocidade esperada. A indefinição quanto à implantação da hidrovia Tocantins se arrasta e a UHE de Estreito não se viabiliza no curto prazo. A concorrência com Estreito, Porto Franco, Tocantinópolis e Araguaína continua desfavorável a Aguiarnópolis e os benefícios esperados

com a implantação dos empreendimentos programados não são suficientes para promover o desenvolvimento sustentável e melhorar significativamente a qualidade de vida da população.

**A** produtividade na agricultura e pecuária continua baixa. Não se implanta um modelo de integração lavoura / pecuária de forma consistente e a assistência técnica e financeira aos pequenos agricultores e microempresas é pequena. O comércio permanece sem dinamismo. As oportunidades de trabalho são insuficientes para a demanda existente.

**A**s atividades nas áreas de educação e saúde são insuficientes, a capacitação profissional insatisfatória em função da inexistência de incentivos para a qualificação dos recursos humanos. O déficit habitacional permanece inalterado em função da inexistência de políticas adequadas, as vias urbanas continuam sem hierarquia, com arborização insuficiente. Ainda são poucos os equipamentos de esporte e lazer e persiste a precariedade do transporte intermunicipal e a inexistência do transporte urbano.

**A** capacidade de planejamento e gestão da Administração Municipal apresenta alguma melhoria, insuficiente, contudo, para promover a integração desejável entre as suas diversas áreas. As parcerias com o setor privado não se estabelecem e as reduzidas possibilidades de intervenção da sociedade organizada, ainda que minoradas, continuam existindo. Os mecanismos de arrecadação municipal são incompletos e a fiscalização, deficiente.

**A** população continua dependente da Administração Pública para a solução de quase todos os seus problemas. Poder público e iniciativa privada não acertam uma política comum de desenvolvimento. O Plano Diretor se reduz a organizar as ações do Poder Público Municipal. Os Sistemas de Planejamento e Gestão e Municipal de Informações não têm perspectiva de implementação.

Neste caso, o IDH deverá manter-se sem alterações.

### **3.2. Cenário de Regressão**

**P**or este cenário, o Município sofre a injunção de uma série de fatores externos regionais e nacionais negativos. Os investimentos públicos são reduzidos e a perspectiva de implementação de um nóculo intermodal de transportes não se concretiza. Instala-se uma crise econômica, que as variáveis manipuláveis no nível do município não conseguem equacionar.

**A** hidrovía Tocantins não se implanta e a UHE de Estreito se atrasa. Conseqüentemente, a atratividade e competitividade do Município ficam bastante reduzidas, com afastamento dos investidores privados. A expectativa de crescimento da exploração e verticalização da agropecuária e conseqüente implantação e dinamização do agronegócios não se viabiliza.

**D**o ponto de vista econômico, o Município continua amplamente dependente das transferências constitucionais de recursos, a agropecuária permanece como única atividade econômica, praticada da mesma forma que o é atualmente, sem diversificação nem melhoria de produtividade. Em decorrência disto, pode haver um agravamento da migração campo/cidade com conseqüente inchamento da periferia.

**O**s serviços públicos de saúde, educação, transporte, comunicações e segurança não serão suficientes para o atendimento de qualidade a toda a população, que se torna mais dependente da Administração Municipal para a solução de seus problemas, uma vez que deverá ocorrer redução das oportunidades de trabalho e queda da renda *per capita*. As alternativas de lazer continuam bastante reduzidas.

**O**bserva-se a deterioração dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e de coleta e disposição dos resíduos sólidos, pela maior pressão demográfica resultante da periferação da Cidade. A drenagem pluvial continua superficial, produzindo voçorocas em alguns trechos da Cidade.

**O** espaço urbano é pouco valorizado e o sistema viário urbano continua sem melhoria, persistindo o conflito entre o tráfego urbano e o rodoviário, uma vez que a Cidade é cortada por duas rodovias. A nomenclatura e sinalização das vias urbanas continuam insuficientes, assim como a iluminação, a pavimentação e as calçadas. Não se implantam praças e jardins públicos e a arborização segue insuficiente.

**O** Poder Público Municipal mantém a mesma capacidade de planejamento e gestão, com integração fraca entre as diversas áreas da Administração Municipal, baixa capacidade de arrecadação local, de fiscalização e de capacitação profissional e persistem as reduzidas possibilidades de intervenção da sociedade organizada. O Plano Diretor não consegue equacionar minimamente um conjunto de ações, nem engajar a sociedade no processo de planejamento e gestão.

**O** IDH deve tenderá a cair, refletindo a piora das condições de vida da população.

### 3.3. Cenário de Desenvolvimento (de referência para o Plano Diretor)

**E**ste cenário assume como viável a diversificação da matriz econômica do Município, decorrente da implantação da Plataforma Multimodal de Transportes, da ferrovia Norte-Sul e da construção da UHE de Estreito, que sugerem modificações permanentes para o Município e, em especial, para sua sede. São empreendimentos cuja natureza necessita de um ampla força de trabalho local para sua implantação e operação.

**P**revista para ser implantada num período de cinco anos, a UHE de Estreito certamente gerará impactos econômicos e sociais significativos para Aguiarnópolis. A oferta de emprego associada a esse empreendimento foi estimada em cerca de 8.000 vagas, a serem preenchidas nos três primeiros anos de implantação das obras.

**H**averá geração de empregos temporários diretos, beneficiando, principalmente, as populações de Aguiarnópolis e de Estreito, devido à localização das frentes das obras nesses municípios. Ainda que toda a oferta de postos de trabalho gerada com a construção da usina não venha a ser ocupada integralmente por populações locais, a massa salarial a ser percebida pelos trabalhadores que conseguirem preenche-los tende a ser gasta no mercado local. Trata-se, portanto, de uma injeção mensal de poupança externa para a economia dos dois municípios durante, pelo menos, cinco anos. Conseqüentemente, abre-se espaço para a expansão da produção interna e ampliação das atividades de comércio e serviços.

**A** construção da usina deve desencadear, também, uma corrente de migração de trabalhadores de municípios circunvizinhos e, até mesmo, de regiões mais distantes, dada a atual crise de oferta de emprego na economia nacional. Mesmo que parte desse contingente se instale em Estreito, atualmente com melhores condições de acolhê-lo, para Aguiarnópolis, tal situação pode representar, num primeiro momento, uma grande preocupação, pela pressão que tais imigrantes representarão em demanda por infra-estrutura urbana, principalmente no que se refere aos equipamentos de saúde, educação, lazer etc. Por outro lado, para um Município com baixa densidade populacional, como é o caso de Aguiarnópolis, vivendo uma perspectiva de criação de novas oportunidades de trabalho resultantes do crescimento da economia pela implantação dos empreendimentos previstos, a imigração pode ser um fator positivo para o desenvolvimento da economia local.

**A** conclusão da usina dinamizará a oferta de energia no Município e, certamente, se constituirá em fator indutor do estabelecimento de unidades industriais em Aguiarnópolis e adjacências.

**O** impacto da implantação da ferrovia Norte-Sul sobre a economia do Município, na fase de implantação das obras, mediante a geração de empregos temporários com conseqüente aquecimento da atividade comercial local, deverá ocorrer de forma marginal, porque a cidade

de Aguiarnópolis ainda não dispõe de centro comercial desenvolvido e sofre forte concorrência do município de Estreito, onde as atividades comercial e de prestação de serviços estão melhor estruturadas.

**I**mpactos permanentes e de maior amplitude são esperados nos médio e longo prazos, pela viabilização da exploração de atividades de armazenagem e comercialização, como reflexo da expansão econômica que se espera para a região norte do estado, cuja consolidação deverá ocorrer quando estiver em plena operação a Plataforma Multimodal, em fase de implantação.

**O**s centros regionais mais importantes da região, Araguaína e Imperatriz, que atualmente exercem as funções de mercado distribuidor e fornecedor, localizam-se a mais de 100 quilômetros de distância de Aguiarnópolis e Estreito e não terão condições de neutralizar o crescimento local.

**C**om energia disponível e a Plataforma Multimodal implantada, criam-se condições para o surgimento de novas estruturas econômicas no Município, em função da demanda a ser gerada pela exploração da Plataforma, sobretudo em relação a atividades de indústria, comércio, armazenagem e distribuição de grãos e produtos industrializados e de serviços, podendo transformá-lo em um pólo econômico no norte do Estado.

**A**tividades produtivas, tais como esmagadoras de grãos, unidades de refino e produção de farelo, óleo e subprodutos, processadoras de alimentos, abatedouros de aves, produção de ferro gusa e carvão vegetal, serrarias e indústrias de aglomerados, laminados e compensados, processadoras e distribuidoras de fertilizantes, distribuidoras de calcário e gesso, pelo aproveitamento racional e sustentável da produção agrícola e extrativista da região; empresas de agronegócios; unidade base de combustíveis e atividades mercantis relacionadas com a exportação dos produtos deverão instalar-se em Aguiarnópolis e nos municípios vizinhos.

**A**s relações atualmente existentes com Estreito devem modernizar-se, reduzindo a dependência de Aguiarnópolis. As funções de centro comercial e de prestação de serviços, atualmente exercidas pela sede do município de Estreito, certamente se estenderão ou, até mesmo, se transferirão para os limites territoriais de Aguiarnópolis. As atividades comerciais e de prestação de serviços são as com maiores possibilidades de se desenvolver, dada à condição estratégica para a qual a Plataforma Multimodal eleva a cidade de Aguiarnópolis, que passa a centro distribuidor e receptor de produtos e pode tornar-se, no médio e longo prazos, um centro comercial, empresarial e financeiro de destaque no norte do Estado, inclusive voltado à exportação.

**E**m função da peculiaridade do contínuo urbano formado por Aguiarnópolis e Estreito, não apenas municípios distintos, mas pertencentes a diferentes Unidades da Federação, é recomendável a criação de uma Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE, composta, minimamente, pelos dois municípios, Tocantinópolis e Porto Franco, estes dois últimos muito

próximos e com inter-relações fortes com os primeiros. Para tanto, serão necessários estudos de viabilidade, no nível regional, promovidos pelos dois estados – Tocantins e Maranhão, a fim de fundamentar um projeto de lei a ser aprovado pelo Congresso Nacional. Poderão ser incorporados à RIDE alguns outros municípios vizinhos, dos dois estados, dentro da área de influência do nó multimodal de transportes, em função da viabilidade e conveniência verificada por tais estudos.

**T**ambém é tido como certo o impacto positivo sobre as finanças municipais. O município de Aguiarnópolis, pelo fato de sediar parcialmente a usina, será beneficiado com o incremento das transferências estaduais relativas à Cota Parte Municipal do ICMS, através do incremento do Valor Agregado gerado localmente, ao se considerar o custo de produção de energia elétrica gerada, como uma agregação de valor realizada no nível local. A participação do município de Aguiarnópolis é estimada em 16,7% sobre o incremento gerado (CNEC, 2001).

**D**eve ser, ainda, relevante o impacto permanente, resultante da compensação financeira (pagamento de *royalties*) a ser repassado ao Município, durante toda a fase de operação da usina, na proporção de sua participação como unidade sede da usina. Pela legislação vigente, a compensação financeira a ser distribuída corresponde a 6% do valor da energia produzida, cabendo aos municípios, 45% desse valor.

**D**urante a fase de implantação das obras, as operações de compra e venda de imóveis deverão intensificar-se e, com isso, aumentar a arrecadação de Imposto sobre Transmissão Intermédios de Bens Imóveis – ITBI. A realização de obras necessárias à adequação da infraestrutura local, bem como de construção de imóveis e prestação de serviços como decorrência da expansão econômica urbana possibilitará o aumento da arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN. A ampliação do número de imóveis residenciais e comerciais e a valorização dos imóveis, pelo aumento da procura, trarão reforço significativo aos cofres do Município por meio da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, bem como pela possibilidade de cobrança de contribuição de melhoria nas áreas valorizadas em decorrência das obras públicas. Há também o impacto no FPM, na hipótese de confirmação do aumento de população.

**D**everá ocorrer, também, impacto sobre os gastos públicos do Município, pois a existência de uma perspectiva de crescimento sustentável da economia municipal pressupõe a oferta de equipamentos urbanos adequados e suficientes, tanto para o atendimento às demandas da população civil, como na forma de instrumento de promoção da atividade produtiva. Nesse sentido, investimentos em saúde, educação, saneamento ambiental, iluminação pública, pavimentação e manutenção de vias, transporte, comunicação, segurança pública etc. são essenciais para a fixação da população, e fortes atrativos para o estabelecimento de novas unidades produtivas.

**E**mbora representem dispêndio para o tesouro municipal, ações estruturantes são, no longo prazo, economicamente vantajosas, podendo caracterizar-se como um impacto positivo e

necessário. Muitas dessas ações podem ser desenvolvidas mediante parcerias com a iniciativa privada como, por exemplo, os serviços de saneamento, transporte, educação etc..

**P**or este cenário, as diferentes partes da Cidade se fortalecem e interligam, com definição clara de usos e ocupação e surgimento de novos centros de bairros. As oportunidades de trabalho ampliam-se e se diversificam.

**O** espaço urbano se qualifica e a Cidade se aproxima do lago a ser formado pela barragem da UHE de Serra Quebrada, criando uma nova opção de lazer para a população e visitantes. Os conflitos atuais de cruzamento das vias de transporte rodoviário e ferroviário se resolvem e se cria um sistema de áreas verdes de proteção das áreas lindeiras a elas.

**A** gestão urbana ganha eficiência e a participação popular se fortalece. A regularização fundiária avança satisfatoriamente e as questões ambientais ganham importância crescente. A recuperação ambiental das áreas degradadas se valoriza. Estabelece-se um processo permanente de planejamento e gestão compartilhada, com efetiva participação da iniciativa privada e da sociedade local. O Plano Diretor é implementado e o Sistema Municipal de Informações, de suporte a ele, estrutura-se e é permanentemente atualizado.

**E**ste cenário admite que o crescimento populacional de Aguiarnópolis será, no mínimo, igual ao das projeções apresentadas anteriormente, em razão da melhor capacidade de gestão e controle dos fluxos migratórios. Para o horizonte temporal de 10 anos, as projeções estimam uma população em torno de 4.500 habitantes, harmonicamente distribuída no território. Em 20 anos, prevêem uma população de 5.500 habitantes. O IDH se eleva e a qualidade de vida tende a melhorar progressivamente.

**O** quadro a seguir relaciona as dimensões e atributos do **Cenário de Desenvolvimento**.

**Quadro 01 – Cenário de Desenvolvimento**

CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	
DIMENSÃO	ATRIBUTO
1. ECONÔMICA	1.1. Plataforma Multimodal de Transportes implementada
	1.2. UHE de Estreito construída
	1.3. Economia dinamizada e diversificada
	1.4. Investimentos financeiros aumentados pelo ganho de atratividade
	1.5. Produtividade agrícola melhorada
	1.6. Formas associativas de produção e comercialização estruturadas
	1.7. Agroindústrias implantadas
	1.8. Base de combustíveis implantada
	1.9. Atividades relacionadas com a Plataforma implementadas
	1.10. Construção civil dinamizada
	1.11. Rede hoteleira qualificada

continua

CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	
DIMENSÃO	ATRIBUTO
1. ECONÔMICA	1.12 Comércio dinamizado
	1.13. Setor de Serviços diversificado e com qualidade
	1.14. Oportunidades de trabalho ampliadas pela diversificação das atividades econômicas
	1.15 Renda <i>per capita</i> ampliada satisfatoriamente
	1.16. Arrecadação municipal incrementada
	1.17. Compensação financeira (pagamento de <i>royalties</i> da UHE a ser repassado ao município) recebida
	1.18. Dependência das transferências constitucionais de recursos reduzidas
2. SOCIAL	2.1. Fluxos migratórios aumentados
	2.2. Demanda por infra-estrutura básica e serviços públicos ampliada
	2.3. Habitações subnormais substituídas por moradias adequadas
	2.4. Assentamentos rurais emancipados e produtivos
	2.5. Atendimento de saúde ampliado, com melhoria da qualidade
	2.6. Risco de impactos sócio-ambientais aumentado
	2.7. Qualidade na educação melhorada em todos os níveis
	2.8. Escolas profissionalizantes de nível médio criadas
	2.9. Capacitação profissional melhorada
	2.10. Centros de estudos e pesquisa de nível superior criados
	2.11 Novas oportunidades de esporte e lazer desenvolvidas com a implantação de novos equipamentos
	2.12. Oportunidades de acesso à cultura criadas
	2.13. Condições de segurança melhoradas
	2.14. Tradições locais e manifestações culturais valorizadas
	2.15. Índice de Desenvolvimento Humano melhorado
3. FÍSICO-AMBIENTAL	3.1. Regularização fundiária dos terrenos e dos parcelamentos efetivada
	3.2. Parcelamentos irregulares coibidos
	3.3. Áreas de preservação permanente não ocupadas
	3.4. Áreas degradadas, em especial as áreas de preservação permanente, ambientalmente recuperadas
	3.5. Mananciais hídricos protegidos
	3.6. Praias limpas e preservadas
	3.7. Reservas legais das terras rurais regularizadas
	3.8. Limpeza adequada das vias e logradouros públicos
	3.9. Disposição final de lixo resolvida com aterro sanitário e, posteriormente, com usina de reciclagem de lixo
4. URBANÍSTICA	4.1. Integração espacial entre as diferentes partes da Cidade efetivada
	4.2. Sistema viário urbano hierarquizado
	4.3. Ciclovias e vias para a circulação dos pedestres e dos portadores de necessidades especiais criadas
	4.4. Vias laterais às rodovias e ferrovia com melhores condições de circulação e tratamento paisagístico

<b>CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO</b>	
<b>DIMENSÃO</b>	<b>ATRIBUTO</b>
<b>4. URBANÍSTICA</b>	4.5. Rede de praças, jardins públicos e espaços verdes implantada
	4.6. Nomenclatura e sinalização das vias urbanas implantada
	4.7. Iluminação pública instalada em todas as vias
	4.8. Vias urbanas e espaços públicos com tratamento adequado de piso, calçadas e arborização
	4.9. Mobiliário urbano de qualidade implantado e bem cuidado
	4.10. Sítios históricos valorizados e protegidos
	4.11. Transporte coletivo implantado
	4.12. Novas áreas para residências unifamiliares e coletivas urbanizadas
	4.13. Áreas para implantação de novos empreendimentos e de atividades de apoio à Plataforma Multimodal de Transportes urbanizadas
	4.14. Terminal rodoviário implantado
	4.15. Aeródromo em condições adequadas de operação
<b>5. INSTITUCIONAL</b>	5.1. Capacidade de planejamento e gestão adequada
	5.2. Promoção do desenvolvimento local, integrado e sustentável, por localidades / bairros efetivada
	5.3. Integração entre as diferentes áreas da Administração efetivada
	5.4. Articulação com outras esferas de governo ampliada
	5.5. Sistema de informações municipais implantado
	5.6. Capacidade de fiscalização efetiva estabelecida
	5.7. Equipes capacitadas para as funções públicas
	5.8. Capacidade de arrecadação local melhorada
	5.9. Despesas públicas controladas
	5.10. Serviços de Defesa Civil e de Bombeiros implantados
	5.11. Interação entre o Poder Público e a sociedade dinamizada
	5.12. Integração com os municípios vizinhos, em especial Estreito, ampliada
	5.13. Parcerias com o setor privado para a implementação de ações de desenvolvimento estabelecidas
	5.14. Participação popular no processo de desenvolvimento eficaz
	5.15. Região Integrada de Desenvolvimento implantada

### 3.4. Aspectos Urbanísticos do Cenário de Desenvolvimento

O cenário de desenvolvimento pressupõe um embasamento espacial para poder concretizar-se. Nesse sentido, a cidade de Aguiarnópolis deve assumir uma configuração urbanística que promova as diretrizes sociais, econômicas e de gestão desse cenário, ao mesmo tempo em que materializa as suas próprias diretrizes nos âmbitos funcionais, bioclimáticos, expressivos, paisagísticos etc..

A cidade de Aguiarnópolis caracteriza-se por inserção microrregional, seja em função dos equipamentos de porte em seu entorno imediato (a Plataforma Multimodal, a UHE de Estreito, a ferrovia Norte-Sul, a hidrovía Tocantins), seja por sua conexão com o sistema rodoviário, basicamente em torno da rodovia Belém-Brasília e da TO 126 ou Transamazônica.

Esta inserção é forte condicionante do desenvolvimento da Cidade que deverá passar por um processo de crescimento e expansão bastante rápidos, sustentado economicamente pelos recursos provenientes da construção de grandes obras dentro do perímetro urbano e de seu posterior funcionamento.

Como a Belém-Brasília e a ferrovia Norte-Sul definem uma clara separação entre as áreas atualmente ocupadas e os terrenos reservados para a implantação da Plataforma Multimodal e das edificações a abrigarem as atividades econômicas relacionadas a ela, propõe-se que a cidade restrinja o seu crescimento na faixa entre a BR 226 e a Plataforma, definindo como vetor principal de expansão o sentido nordeste / noroeste da parte nova, do lado oposto da rodovia BR 226, parte mais alta, de topografia mais favorável.

Neste sentido, deve-se prever a criação, do lado direito da rodovia, no sentido Aguiarnópolis – Estreito, de algumas poucas áreas para a instalação de atividades de serviço e de apoio à Plataforma, além da manutenção das atuais ocupações residenciais com ampliação em pequena escala, com vistas a oferecer alternativas de habitação próximas a esses locais de trabalho.

As faixas marginais das rodovias e da ferrovia, bem como as próximas à Plataforma, deverão ser arborizadas, constituindo um sistema de parques, jardins e bosques a servirem de tamponamento e filtragem dos impactos desses modais de transportes e das atividades econômicas instaladas em torno da Plataforma.

Na parte nova, onde deve ocorrer a maior expansão da Cidade, devem ocorrer ocupações, com maior densidade populacional à esquerda da TO-126, em direção a Tocantinópolis, e com

menor densidade à direita desta rodovia, onde poderão ser criadas áreas para condomínios horizontais e chácaras de recreio, aproximando a Cidade do rio Tocantins.

**A**s margens do rio, respeitada a Área de Preservação Permanente, deverão ser aproveitadas para a implantação de equipamentos de entretenimento e lazer e de áreas verdes para embelezamento e favorecimento de melhores condições climáticas para o usufruto desses equipamentos.

## III – PROPOSTA

---

### 1. Desenvolvimento Municipal

#### 1.1. O Plano Diretor como Instrumento da Política de Desenvolvimento Sustentável e de Expansão Urbana

O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Aguiarnópolis deve ser entendido como o instrumento básico da política de desenvolvimento sustentável e de expansão urbana, capaz de instaurar um processo permanente de planejamento e gestão que garanta o desenvolvimento sustentável da Cidade e do Município.

Como instrumento básico, mas não único, desse processo, o Plano Diretor define os rumos do desenvolvimento municipal e estabelece, em nível macro, as estratégias e programas de ações para o desenvolvimento municipal e urbano. Deve ser desdobrado em outros instrumentos que detalhem as ações a serem implementadas, de acordo com os diferentes setores da dinâmica socioeconômica, bem como na estruturação de um sistema de planejamento e gestão que assegure a sua continuidade. Este sistema, por sua vez, deve apoiar-se em informações sistematicamente estruturadas e permanentemente atualizadas, para favorecer o monitoramento das ações e a avaliação dos resultados, possibilitando eventuais ajustes e realimentação do processo.

O planejamento de uma cidade ou município não é atribuição de uma pessoa ou grupo. Deve envolver o maior número de parceiros possível, representativos dos segmentos componentes da população. No caso de Aguiarnópolis, em particular, deve extrapolar o território municipal, pela contigüidade com Estreito e pela inserção do Município em um contexto maior de rede urbana e de economia regional, recebendo e exercendo influências sobre as cidades que a compõem.

O Estatuto da Cidade, ao regulamentar a Constituição no referente à política urbana, estabelece diretrizes para que se cumpra o objetivo da cidade sustentável; adota novos instrumentos jurídicos para possibilitar uma intervenção mais efetiva do Poder Público no meio urbano e reafirma o Plano Diretor como "o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana". Estabelece, ainda, que as determinações do Plano Diretor definirão e configurarão a função social da propriedade urbana.

**A**lém disso, amplia a obrigatoriedade do Plano Diretor, originalmente restrita aos municípios com mais de 20 000 habitantes, para:

- (i) municípios integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- (ii) onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;
- (iii) municípios integrantes de área de especial interesse turístico;
- (iv) municípios inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

**A**guiarnópolis enquadra-se neste último critério.

**P**ara o Plano Diretor ser, de fato, o instrumento previsto na legislação e produzir os efeitos esperados do sistema de planejamento e gestão municipal, é necessário que respeite algumas condicionantes. Assim, ele deve:

- a) contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos moradores no Município. Para isto, deve ter claras as diretrizes a serem observadas para se chegar ao projeto da Cidade (e do Município) que se deseja construir e os resultados pretendidos em uma dimensão temporal determinada, com explicitação tal que permita a sua mensuração posterior;
- b) estabelecer um justo equilíbrio entre as dimensões técnicas e políticas do planejamento, tanto em relação aos problemas locais, quanto às trocas regionais e aos planos nacionais, dentro de uma visão prospectiva;
- c) ser entendido com uma etapa de um processo contínuo e permanente de planejamento e gestão compartilhada, contribuindo como um instrumento que define diretrizes, traça rumos e indica prioridades de intervenção, consideradas as dimensões econômica, sócio-cultural, físico-ambiental, urbanística, institucional e de comunicação entre os diversos segmentos;
- d) basear-se na interpretação correta do desenvolvimento socioeconômico do Município e da região na qual ele se insere, para que, fundamentado na realidade, ganhe contornos e complexidade adequados a ela;
- e) possibilitar o desenvolvimento ordenado da Cidade e do Município, mediante o uso e ocupação adequados do solo urbano, preservação da qualidade do meio ambiente, sistema viário bem equacionado, equipamentos e serviços urbanos públicos e comunitários ajustados às necessidades da população, assim como promover uma sólida base econômica à integração social e à proteção ao meio ambiente;
- f) ter o claro entendimento e completa aceitação por parte da população, como forma de conseguir a adesão que dá legitimidade e exequibilidade ao Plano, em atendimento aos pressupostos do Estatuto da Cidade que recomenda a **gestão democrática da cidade**.

## 1.2. Objetivo Central

A política de desenvolvimento sustentável e de expansão urbana do Município de Aguiarnópolis deve concretizar-se e ser implementada com vistas a se alcançar o cenário futuro definido por seus habitantes. Para tanto o Plano Diretor, como o instrumento básico desta política, explicita como Objetivo Central para o Município:

**Aguiarnópolis como pólo agroindustrial e comercial do norte do Tocantins, voltado à exportação, aproveitando as vantagens de sua localização privilegiada como nóculo multimodal de transportes.**

## 1.3. Linhas Estratégicas para o Desenvolvimento Municipal

Para se alcançar o objetivo estabelecido neste Plano Diretor, são definidas 7 Linhas Estratégicas, como eixos prioritários de ação. São elas:

### **LE 1 - Apoiar o desenvolvimento de uma economia forte e diversificada, voltada para a agroindústria e o comércio de exportação, mediante o:**

- apoio à implantação da Plataforma Multimodal de Transportes;
- favorecimento da diversificação da base econômica;
- acolhimento de novas empresas;
- criação de espaços e de infra-estrutura para a implantação de novos empreendimentos;
- gestões para facilitar o acesso a linhas de crédito para os diferentes empreendimentos;
- modernização, diversificação e verticalização da agropecuária;
- orientação técnica aos produtores rurais, segundo a capacidade de suas propriedades;
- estímulo à implantação de projetos de manejo e processamento de frutos nativos, assegurando o registro das respectivas patentes;
- desenvolvimento do empreendedorismo, com vistas ao estabelecimento de formas associativas de produção e comercialização dos produtos.

### **LE 2 - Desenvolver intercâmbio regional, estadual e nacional para a implementação de ações de desenvolvimento, por meio de:**

- estímulo à criação de um pólo regional de agronegócios;
- promoção da integração e intercâmbio com os municípios da Região;
- estabelecimento de parcerias intermunicipais e de consórcios para a solução de problemas comuns, com a otimização dos recursos humanos e financeiros;

- gestões para a criação e implantação de uma Região Integrada de Desenvolvimento na área de influência direta da Plataforma Multimodal, envolvendo municípios dos Estados do Tocantins e do Maranhão, em especial, os municípios de Aguiarnópolis, Estreito, Porto Franco e Tocantinópolis;
- melhoria das condições de trafegabilidade das estradas vicinais e realização de gestões, junto às autoridades competentes, para a melhoria das estradas intermunicipais e interestaduais;
- gestões para a melhoria do transporte intermunicipal e interestadual;
- implantação de Terminal Rodoviário;
- implantação de transporte ferroviário de passageiros;
- gestões para a implantação de aeródromo homologado pelo Departamento de Aviação Civil - DAC.

### **LE 3 - Proteger e valorizar o meio ambiente natural e construído, mediante a:**

- integração da natureza à Cidade e aproximação da Cidade ao rio Tocantins, articulando as Áreas de Preservação Permanente e os espaços naturais para a criação de um sistema de áreas verdes que garanta a qualidade da paisagem natural e construída;
- garantia da perenidade dos recursos naturais e ambientais, inclusive na área rural;
- proteção dos recursos hídricos;
- valorização do tratamento dos resíduos sólidos;
- promoção da qualidade das edificações e dos espaços públicos;
- promoção da educação ambiental em todos os níveis.

### **LE 4 - Organizar um espaço urbano de qualidade, por meio de:**

- controle do crescimento urbano para que se processe de forma ordenada;
- promoção da regularização fundiária das edificações, dos terrenos e dos parcelamentos em situação irregular ou ilegal;
- valorização dos espaços já consolidados da Cidade;
- fiscalização adequada de forma a coibir a ocorrência de parcelamentos e ocupações irregulares do solo urbano;
- hierarquização do sistema viário urbano;
- oferecimento de uma rede de ciclovias e de vias de pedestres que possibilite a circulação intra e inter bairros;
- implantação de sinalização e nomenclatura das vias e logradouros públicos urbanos;
- solução das transposições da ferrovia e rodovias na área urbana;
- criação de eixos de interligação entre os bairros;
- implantação de pavimentação, calçadas, iluminação e arborização nas vias e logradouros públicos urbanos;
- planejamento adequado dos logradouros públicos com vistas a facilitar a circulação e acesso pelos portadores de necessidades especiais;
- instalação de mobiliário urbano de qualidade;

- instituição de áreas de estacionamento, inclusive para biclos;
- criação de praças, parques infantis e jardins para entretenimento e lazer.

**LE 5 – Garantir a todos os cidadãos moradia digna, equipamentos urbanos e transporte coletivo, mediante:**

- implementação de política habitacional eficiente;
- atendimento à demanda habitacional, em particular da população de baixa renda;
- orientação técnica e apoio aos proprietários na construção e melhoria de suas residências;
- fiscalização da aplicação das normas urbanísticas e edilícias;
- obtenção de recursos de programas federais e estaduais já existentes para a construção e melhoria das habitações;
- melhoria da qualidade do tratamento de água;
- ampliação da rede de esgotamento sanitário a toda a Cidade;
- implantação de sistema de drenagem pluvial em toda a Cidade;
- melhoria da coleta dos resíduos sólidos e varrição urbana;
- implantação de aterro sanitário e, posteriormente, de usina de lixo, para melhorar a disposição final dos resíduos sólidos;
- implantação de sistema de telefonia celular;
- oferecimento de transporte coletivo urbano de qualidade;
- melhoria do acesso aos transportes públicos pelos portadores de necessidades especiais.

**LE 6 - Assegurar o direito à saúde e à educação de qualidade, à segurança pública e favorecer o acesso à cultura e ao lazer a toda a população, por meio de:**

- oferta de atendimento de saúde, com qualidade;
- qualificação dos profissionais de saúde;
- implantação de unidade de saúde compatível com as necessidades da população;
- aprimoramento da qualidade da educação, em todos os níveis;
- criação de escolas profissionalizantes;
- ampliação das escolas para atender às crianças até quatro anos e à educação infantil;
- qualificação dos recursos humanos da área de educação;
- ampliação dos espaços culturais, esportivos e de lazer;
- promoção de eventos culturais e esportivos;
- valorização das tradições locais;
- estímulo às manifestações culturais e folclóricas;
- melhoria da infra-estrutura de segurança.

**LE 7 - Desenvolver uma gestão municipal e urbana participativa e eficaz, por meio de:**

- fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão democrática do Município e da Cidade;
- favorecimento da efetiva participação da sociedade;

- implantação do Sistema de Planejamento e Gestão;
- implantação do Sistema Municipal de Informações;
- modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal;
- adequação e capacitação dos servidores das diferentes áreas da Administração Municipal;
- melhoria da articulação entre as diferentes áreas da Administração Municipal;
- promoção de parcerias com as outras esferas de governo e com a iniciativa privada;
- melhoria da estrutura e dos mecanismos de arrecadação fiscal;
- oferecimento de serviços de segurança de qualidade;
- implantação da prática do planejamento participativo;
- promoção da estruturação e efetiva atuação das associações e cooperativas;
- estruturação e funcionamento efetivo do Conselho Municipal de Desenvolvimento;
- melhoria da fiscalização municipal;
- articulação intermunicipal para a realização de ações de interesse comum.

## 2. Ordenamento Territorial

### 2.1. Macrozoneamento

O macrozoneamento representa a divisão do Município em áreas integradas, denominadas macrozonas, para favorecer o ordenamento territorial, assim como o planejamento e implementação adequada do objetivo central e das linhas estratégicas para o desenvolvimento municipal, definidos neste Plano Diretor.

São propostas duas macrozonas, conforme indicado na figura que apresenta o perímetro urbano da cidade de Aguiarnópolis (Fig. 24):

- **Macrozona Urbana --MZU**

Constituída das áreas efetivamente utilizadas para fins urbanos, nas quais os componentes ambientais, em função da urbanização, foram modificados ou suprimidos. Compreende os terrenos loteados e os ainda não loteados destinados ao crescimento normal dos assentamentos urbanos.

A organização da Macrozona Urbana dar-se-á em função de elementos estruturadores do espaço urbano, permitindo maior aderência ao sítio natural, integração dos diversos espaços urbanos, maior equilíbrio entre os espaços construídos e os abertos.

**O**s elementos estruturadores são constituídos pelo sistema viário, pela relação da Cidade com os eixos modais de transportes e por um sistema de áreas verdes integrando os bairros e aproximando a Cidade do rio Tocantins.

**O** sistema de áreas verdes será formado por corredores de interligação dos espaços verdes que permeiam a Cidade, compostos por faixas ao longo das rodovias, da ferrovia e próximas à Plataforma Multimodal, pelas Áreas de Preservação Permanente, com destaque para a margem do rio Tocantins, pelo Parque Urbano proposto na saída para o aeroporto, pelas praças e pelos espaços arborizados e ajardinados de propriedade pública e privada.

**T**al sistema deverá ter como meta atingir um índice igual ou maior que 20,0m<sup>2</sup> de área verde por habitante.

**N**a Macrozona Urbana serão permitidas edificações com até quatro pavimentos, com as seguintes categorias de uso do solo:

- a) residencial, tanto do tipo unifamiliar quanto multifamiliar;
- b) cultural, compreendendo usos educacionais, cinemas, teatros, auditórios, culturais em geral, inclusive religiosos;
- c) recreativo, compreendendo clubes sociais, recreativos e noturnos, estádios e balneários;
- d) assistencial, incluindo hospitais, casas de saúde, ambulatórios e asilos;
- e) institucional, compreendendo administração pública, segurança pública e entidades públicas em geral;
- f) comercial, compreendendo estabelecimentos varejistas e atacadistas;
- g) de prestação de serviços, compreendendo:
  - as que são extensão natural das residências ou com estas compatíveis, como profissionais liberais, higiene pessoal, reparação de artigos de uso pessoal, de aparelhos, de utensílios domésticos, estabelecimentos de hospedagem e de alimentação, agências de turismo, rádio e televisão, postos de abastecimento, estabelecimentos bancários;
  - as que não são compatíveis com residências, como transportadoras de carga, armazéns, silos, oficinas de reparação de máquinas e veículos;
- h) industrial, tais como esmagadoras de grãos, agroindústrias, base de combustíveis, indústrias de ferro gusa e de carvão vegetal etc.;
- i) de armazenagem e abastecimento, como armazéns e depósitos;
- j) instalações aduaneiras e outras atividades decorrentes da comercialização de produtos transportados pelos diferentes modais de transportes.

- **Macrozona Rural – MZR**

**A** Macrozona Rural, constituída pelas demais terras do Município, é destinada às atividades agrícolas e pastoris, em especial de agricultura familiar e de pequenas propriedades,

compreendendo as áreas onde os ecossistemas originais foram praticamente alterados em sua diversidade e organização funcional por atividades agrícolas e extrativas.

## 2.2. Cidade Desejada

**P**ara atender às diretrizes urbanísticas do Cenário de Desenvolvimento, o perímetro urbano a ser demarcado (Fig. 24) deverá respeitar as indicações da representação da Cidade Desejada (Fig. 25).

**O** perímetro urbano será objeto de projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo, após levantamento topográfico definindo sua poligonal.

Fig. 24 – Perímetro urbano

Fig. 25 – A cidade desejada

**A** Cidade deve ter como principal eixo de expansão urbana as faixas marginais à rodovia TO 126, em direção a Tocantinópolis, com maior densidade populacional no seu lado esquerdo e ocupação mais rarefeita no lado direito, aproximando a Cidade do rio Tocantins.

**A** faixa entre a rodovia BR 226 e a Plataforma Multimodal constitui a parte mais antiga da Cidade e sofre de uma marginalização acentuada com relação ao resto da Cidade, em função da existência da BR 226 - rodovia Belém-Brasília, que se interpõe como verdadeira barreira. Soma-se a isto o fato de se encontrar em trechos mais baixos do sítio (assumindo o papel de cidade baixa), de suas construções serem mais precárias e em franco processo de deterioração e em função de não representarem, quantitativamente, contingentes significativos de famílias ou unidades domiciliares. Enquanto na parte mais nova existem em torno de 300 casas construídas, para uma população em torno de 1.300 moradores e previsão para mais 600 edificações, na parte mais antiga o número não passa de 240 unidades, para uma população em torno de 900 moradores.

**P**ara revitalizar esta área e integrá-la à Cidade, prevê-se uma pequena expansão com quadras de lotes tradicionais, algumas áreas institucionais de reserva e a oferta de áreas residenciais com outro tipo de edificação, qual seja, a de pequenos apartamentos em blocos de 3 ou 4 pavimentos no meio de um bosque. Apesar de não se enquadrar nas tradições culturais das populações da região, tais apartamentos podem ser oferecidos para os migrantes de outras regiões do país atraídos pelos novos empreendimentos, que não demandam “casa em lote com quintal”, mas apartamentos funcionais, inclusive a partir da dúvida em se fixar na região ou em voltar aos seus lugares de origem.

**E**sses prédios devem atender a diretrizes e requisitos no sentido de, por um lado, não isolar a Plataforma Multimodal do resto da Cidade (afinal, ela representa uma parte da Cidade economicamente das mais importantes) e, por outro, estabelecer zonas de “tamponamento e filtragem” de possíveis poluições sonoras e outras, a partir, em princípio, da existência de áreas mais verdes, mais arborizadas e menos densamente ocupadas.

**A** preocupação em criar zonas de “tamponamento e filtragem” é geral para a proposta apresentada. Assim, os trilhos da ferrovia Norte-Sul e as rodovias são isoladas das áreas habitacionais por cinturões arborizados. No caso particular da Plataforma Multimodal, um bosque com densidade arbórea maior ocorre entre a mesma e o resto da Cidade sem, no entanto, divorciar este trecho do restante do tecido urbano.

**N**o lado oposto da BR 226, a proposta urbanística confirma o atual parcelamento, tanto da parte mais nova da Cidade quanto dos novos loteamentos em fase de implantação (Bairro

Parque Transamazônico e loteamento Jardim Hidro-Ferrovário). Define como área central o espaço em torno da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores, e o amplia, consolidando-o no cruzamento da Avenida Transamazônica e rua Manoel Amâncio, com a construção de uma “praça cívica”, onde a Prefeitura, novas Secretarias, a Câmara de Vereadores, o Fórum etc. possam instalar-se em prédios mais novos e representativos, integrando a praça anterior, a ser preservada como testemunho da época inicial da Cidade.

**N**este cruzamento poderão ser construídos prédios com até 04 pavimentos, suficientemente altos para marcar a silhueta da Cidade, hoje muito horizontalizada.

**A** rua Manoel Amâncio já apresenta características de destaque no sistema viário, não só por sua largura como pelo fato de representar a saída para o aeroporto. Deverá ter essa função consolidada pela proposta urbanística, no sentido de assumir, concomitantemente, o papel de ligação da área habitacional e central com a área de lazer e entretenimento, a ser implantada próxima ao rio Tocantins, e de centralidade urbana, com as edificações institucionais.

**O** crescimento e expansão das áreas residenciais poderão ocorrer de diversas formas, ao longo dos diferentes eixos de expansão. Deverão ser estimuladas políticas de ocupação dos loteamentos mais recentes, bem como a criação de novos parcelamentos, no lado direito da rodovia, que possibilitem a aproximação da Cidade ao rio Tocantins.

**A** possibilidade de construção de áreas residenciais no entorno da área central e em trechos da parte mais antiga da Cidade, como já mencionado, consolida esta proposta.

**A**s áreas de expansão residencial são propostas ao longo da Avenida Transamazônica, pois ela, de certa forma, se apresenta como eixo “natural” de acessibilidade; continuidade da rua Manoel Amâncio, ligando a Cidade à área de lazer e entretenimento proposta junto ao rio Tocantins, no trecho imediatamente ao norte das pontes rodoviária e ferroviária e na parte antiga da Cidade, em meio a um bosque, para estruturar melhor o espaço urbano da Cidade.

**S**em necessariamente desestimular o crescimento ao longo da Avenida Transamazônica, devem ser desenvolvidas políticas de incentivo à ocupação dessa nova trama urbana, em direção ao rio Tocantins, por dois motivos principais:

- O primeiro responde à necessidade por áreas de lazer e entretenimento, hoje inexistentes, mas que sofrerão uma grande demanda no curto prazo, a partir dos contingentes populacionais atraídos pelas grandes construções, dentre eles, executivos ou profissionais qualificados, correspondentes às faixas de rendas mais altas. Diante desta situação, é

perfeitamente razoável a previsão de áreas habitacionais um pouco mais sofisticadas, com ofertas de condomínios horizontais e chácaras de recreio, fora dos padrões habituais dos loteamentos existentes. As áreas existentes entre a parte mais nova da Cidade e o rio Tocantins apresentam-se como extremamente adequadas para esta finalidade, em função da topografia relativamente ondulada destes trechos do sítio, assim como de possíveis vistas de interesse paisagístico, desde que devidamente aproveitadas. Para o aproveitamento dessas áreas será necessário resolver a questão fundiária, pois estas terras fazem parte de propriedades particulares e de uma suposta “área de expansão” urbana.

- O segundo motivo é integrar a uma malha urbana mais abrangente e consistente trechos da cidade de Aguiarnópolis hoje desgarrados da mesma, como as áreas residenciais acessadas pela rua Leopoldo Rodrigues. Com a proposta de ocupação apresentada, pode-se criar uma malha urbana bem estruturada, adequada ao sítio, permeável e garantidora da acessibilidade às mais diversas partes, por diferentes caminhos, consolidando o seu centro em função da equidistância aos diferentes setores ou partes da Cidade. Com isto, atende-se a uma das diretrizes destacadas na dimensão urbanística do cenário de desenvolvimento.

**U**ma série de lotes maiores, junto às rodovias, deverá abrigar os usos comerciais de apoio a elas, que englobam não só os postos de abastecimento, mas também armazéns, oficinas mecânicas, hotéis e motéis, churrascarias, lojas de implementos agrícolas, concessionárias de veículos etc..

**P**róximo à Plataforma Multimodal deverão ser previstas áreas para uso industrial, comércio de grande porte e de serviços correlatos que, naturalmente, deverão ter forte inter-relacionamento com a Plataforma.

**A**o longo do rio Tocantins, propõe-se a organização de uma área de lazer e entretenimento, ligada e acessada por uma via panorâmica na cota 140, portanto 06 metros acima da cota 134, prevista como cota de inundação da UHE Serra Quebrada. Ao longo desta via estão propostos espaços para bares e restaurantes, assim como gramados e praias, visando concentrar as atividades bucólicas neste trecho. Esta via deve ter um traçado de modo a passar por baixo da BR 226 - rodovia Belém-Brasília e por baixo da ferrovia Norte-Sul, em trechos vazados hoje existentes, para constituir uma unidade a oferecer vistas espetaculares não só da beleza natural do sítio, mas também das obras construídas, na forma de pontes rodoviária e ferroviária. De um dos pontos deste complexo, deve sair uma ligação fluvial com a ilha que existe em frente, partindo do pressuposto, obviamente, de que pelo menos parte dela não seja atingida pelo enchimento da barragem.

Propõe-se, ainda, a criação de um Parque Urbano, localizado à esquerda da saída para o aeroporto, em área ainda com mata preservada.

### 2.3. Sistema Viário

O sistema viário municipal é formado pelas estradas municipais da Macrozona Rural e pelas vias urbanas.

O sistema rodoviário municipal deve ser planejado e implantado como malha viária, adequadamente interligada ao sistema viário urbano e aos sistemas rodoviários estadual e federal.

As rodovias municipais deverão possibilitar o livre trânsito na Macrozona Rural, promover a acessibilidade às propriedades rurais e facilitar o escoamento da produção agropecuária.

O sistema viário urbano, um dos elementos estruturadores do espaço da cidade de Aguiarnópolis, tem por objetivo:

- garantir a circulação de pessoas e veículos em todo o espaço urbano, de forma confortável e segura;
- facilitar a integração intra e inter bairros;
- permitir fluidez adequada do tráfego, para se alcançarem padrões de velocidade média compatíveis com as diferentes categorias das vias;
- favorecer a oferta de transporte coletivo em condições adequadas de conforto;
- atender as demandas de uso e ocupação do solo;
- permitir a adequada instalação das redes aéreas e subterrâneas dos serviços públicos.

O sistema viário urbano, formado pelas vias existentes e pelas resultantes dos parcelamentos futuros, deverá ser hierarquizado, por meio de vias arteriais, coletoras e locais, ciclovias e vias de pedestres (Fig. 26).

As vias deverão ter continuidade espacial e de tráfego, exceto as locais que poderão terminar em estacionamento ou ponto de retorno, dimensionados de forma a permitir a manobra de veículos de utilidade pública.

- a) **Vias Arteriais** - destinadas a atender o tráfego direto em percurso contínuo, interligar rodovias, vias coletoras e atender as linhas de transporte coletivo, deverão ser estruturadas de ambos os lados das rodovias BR 226 e TO 126, para dissociar o tráfego urbano do intermunicipal ou interestadual. Seu dimensionamento deverá considerar os usos do solo

lindeiro, bem como a necessidade de espaços exclusivos para estacionamentos, ciclovias e para a faixa arborizada a servir de cortina de tamponamento em relação à rodovia.

- b) **Vias Coletoras** - destinadas a coletar e distribuir o tráfego entre as vias arteriais e locais. Dentre elas, cabe destacar a Rua Manoel Amâncio que deverá ser a principal via de ligação entre a Cidade e a área de entretenimento e lazer a ser criada junto ao rio Tocantins.
- c) **Vias Locais** - devem permitir ao tráfego atingir áreas restritas e sair destas. Devem ser dimensionadas para uso dos moradores, desencorajando-se o tráfego de passagem, a ser feito pelas vias coletoras. Sempre que possível, as pistas de rolamento devem ter largura reduzida com o aproveitamento das áreas remanescentes para recreação, instalação de redes de serviços e ampliação do sistema de áreas verdes.
- d) **Ciclovias** - destinadas ao uso exclusivo de ciclistas, são recomendadas em função da topografia favorável, das curtas distâncias, da quantidade de bicicletas existentes na Cidade, o que favorece a locomoção e diminui a demanda por transporte coletivo. Além disso, caracterizam-se pelo pequeno consumo de espaço, baixa perturbação ambiental e facilidade de manejo.
- e) **Vias de Pedestres** - são vias públicas destinadas ao uso exclusivo de pedestres e devem formar um sistema contínuo e orientador do espaço urbano, oferecendo conforto, segurança e liberdade de movimento às pessoas, inclusive aos portadores de necessidades especiais.

Fig. 26 – Hierarquização do sistema viário

## 2.4. Diretrizes para o Parcelamento do Solo Urbano

Qualquer parcelamento do solo urbano deverá respeitar a legislação federal e estadual existente, as diretrizes quanto à Cidade Desejada, registradas no item 2.2. deste Plano Diretor e as determinações das Leis de Uso e Ocupação do Solo na Macrozona Urbana e de Parcelamento do Solo Urbano e terá que ser aprovado pela Prefeitura Municipal.

Deverão ser estimulados novos parcelamentos estrategicamente importantes para aproximar a Cidade do rio Tocantins, com usos residencial, comercial ou misto, para a implantação das atividades correlatas à Plataforma Multimodal, além de ser possível o parcelamento para urbanização específica para atender a Programas de Interesse Social, desde que previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.

Ao longo das rodovias BR 226 e TO 126, fora da Macrozona Urbana, poderá ser necessário o desmembramento de glebas para a implantação de equipamentos comunitários, indústria, comércio de grande porte ou serviços de apoio rodoviário. Neste caso, apenas a porção do terreno destinada a esses usos passará a fazer parte integrante da Macrozona Urbana, inclusive para efeitos tributários, permanecendo a área remanescente como imóvel rural.

## 2.5. Diretrizes para o Uso e Ocupação do Solo na Zona Urbana

O uso e ocupação do solo dentro do perímetro urbano da cidade de Aguiarnópolis deverão ser organizados, de forma a permitir o estabelecimento de zonas homogêneas de uso, de acordo com as diretrizes constantes do item 2.2. Cidade Desejada em relação às diferentes porções do tecido urbano.

A Macrozona Urbana deverá ser dividida em zonas homogêneas para os usos especificados para ela no macrozoneamento. Estas zonas serão definidas com base na análise da configuração urbana e da reorganização dos usos atuais, de acordo com as demandas de proteção ambiental e paisagística, os interesses de ocupação dos espaços vazios, a intenção de aproximar a Cidade do rio e a necessidade de criação e oferta de moradia e de áreas para atividades produtivas e de entretenimento e lazer.

Para a delimitação das zonas de uso, deve-se ter em conta, também, o respeito a índices urbanísticos de ocupação e aproveitamento dos terrenos urbanos, a serem estabelecidos em lei específica regulamentando o uso e ocupação do solo urbano, de modo a favorecer a

consolidação da configuração urbana, a distribuição dos níveis de adensamento e de funções da Cidade pelas diferentes zonas e as condições do sistema de circulação de pessoas, veículos e mercadorias, segundo as diretrizes urbanísticas estabelecidas neste Plano Diretor.

**A**s variações dos índices urbanísticos, a distribuição dos usos e funções da Cidade, a diferenciação dos adensamentos devem possibilitar a criação de condições favoráveis do ponto de vista funcional, estético, bioclimático, co-presencial, paisagístico etc..

### **3. Ações para o Desenvolvimento**

#### **3.1. Conceituação das Linhas Estratégicas e Ações para o Desenvolvimento**

**A**s Linhas Estratégicas representam os caminhos a serem percorridos para se alcançar o Objetivo Central para o Município na busca do desenvolvimento sustentável. Elas se viabilizarão por meio da implementação de Programas de Ações – PA, correlatos e interdependentes que, a seu turno, desdobrar-se-ão em vários projetos e atividades. São eles:

**LE 1 - Apoiar o desenvolvimento de uma economia forte e diversificada, voltada para a agroindústria e o comércio de exportação.**

##### **PA 1.1. Apoiar a implantação da Plataforma Multimodal de Transportes**

**Objetivo** – Criar condições para a efetiva instalação e operação da Plataforma Multimodal de Transportes, como forma de estruturar um pólo de agronegócios e de comércio exportador no Município.

##### **PA 1.2. Favorecer a diversificação da base econômica**

**Objetivo** – Criar condições favoráveis para o acolhimento de novas empresas para estruturar, diversificar e verticalizar a base produtiva municipal, agregando valor à produção local e ampliando a sua competitividade.

##### **PA 1.3. Criar espaços e infra-estrutura para a implantação de novos empreendimentos**

**Objetivo** – Identificar e localizar áreas e prover a infra-estrutura básica necessária para a implantação de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços de qualidade,

especialmente aqueles vocacionados à Plataforma Multimodal de Transportes, para reforçar o papel de pólo agroindustrial e de comércio exportador do Município.

#### **PA 1.4. Facilitar o acesso a linhas de crédito para os diferentes empreendimentos**

**Objetivo** – Promover gestões junto aos diferentes organismos financiadores, com vistas a facilitar e ampliar as linhas de acesso a diferentes modalidades de financiamento para os diversos setores da economia, incluídas as micro e pequenas empresas.

#### **PA 1.5. Promover a modernização, diversificação e verticalização da agropecuária**

**Objetivo** – Promover gestões junto aos organismos responsáveis pelo oferecimento de orientação técnica e extensão rural para o assessoramento aos produtores rurais, de modo a ampliar as possibilidades de exploração agro-pastoril nas pequenas propriedades, com o melhor aproveitamento de suas potencialidades, melhoria tecnológica, incremento da produtividade e competitividade e aumento das oportunidades de trabalho e geração de renda.

#### **PA 1.6. Estimular a implantação de projetos de manejo e processamento de frutos nativos, com o registro das respectivas patentes**

**Objetivo** - Orientar e apoiar os produtores locais a buscarem orientação técnica para o desenvolvimento de novas técnicas de manejo e processamento dos frutos nativos, com o registro de patente desses processos, com vistas a aumentar as possibilidades de aproveitamento dos mesmos e a garantir a sua exploração racional e sustentável.

#### **PA 1.7. Estimular o desenvolvimento do empreendedorismo, com vistas ao estabelecimento de formas associativas de produção e comercialização dos produtos**

**Objetivo** – Valorizar e apoiar as iniciativas de organização social para o fomento do empreendedorismo por meio da capacitação, do crédito e do apoio para a criação e desenvolvimento de novos negócios sustentáveis e da prática de formas associativas de produção e comercialização dos produtos, visando o desenvolvimento dos bairros e localidades, com base nas potencialidades locais de cada um deles.

#### **PA 1.8 Promover a implantação da Unidade Base de Derivados de Petróleo e Álcool junto à Plataforma Multimodal**

**Objetivo** - Fazer gestões junto aos organismos responsáveis para viabilizar a implantação de uma base distribuidora de derivados do petróleo e álcool para a região.

### **PA 1.9. Estimular a indústria da construção civil**

**Objetivo** - Estimular a construção civil a desenvolver projetos nas áreas ainda não urbanizadas atendendo, em especial, a recuperação e construção de moradias adequadas para superar o déficit habitacional e a implantação dos empreendimentos institucionais, industriais, comerciais e de serviços previstos em função do nódulo intermodal de transportes.

### **PA 1.10 – Estimular a diversificação dos setores de comércio e serviços**

**Objetivo** - Promover o desenvolvimento de projetos e atividades visando diversificar e dinamizar os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços para atendimento de qualidade a toda a população local e às pessoas atraídas à Cidade pelos novos empreendimentos.

### **PA 1.11 - Atrair novos estabelecimentos de hospedagem e alimentação de qualidade**

**Objetivo** – Oferecer uma rede de hotéis, restaurantes, lanchonetes, cafeterias, bares etc. de qualidade, para atendimento à população e às pessoas atraídas à Cidade pelos novos empreendimentos.

### **PA 1.12 – Disponibilizar informações e orientação sobre as possibilidades econômicas do Município**

**Objetivo** – Produzir informações a serem fornecidas a investidores interessados, objetivando atraí-los para Aguiarnópolis

## **LE 2 - Desenvolver intercâmbio regional, estadual e nacional para a implementação de ações de desenvolvimento.**

### **PA 2.1. Estimular a criação de um pólo regional de agronegócios**

**Objetivo** – Articular-se com os municípios da região com vistas a identificar e potencializar a vocação de cada um deles para os agronegócios, definindo papéis e formando uma rede regional desse tipo de atividade.

**PA 2.2. – Promover gestões para a implantação de uma Região Integrada de Desenvolvimento na área de influência direta da Plataforma Multimodal, composta por municípios dos Estados do Tocantins e do Maranhão.**

**Objetivo** – Interagir com os municípios da Região para conseguir dos governos estaduais do Tocantins e Maranhão a realização dos estudos necessários para a criação de uma Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE, a ser aprovada pelo Congresso Nacional, visando a potencialização do desenvolvimento regional.

**PA 2.3. - Estabelecer parcerias intermunicipais e de consórcios para a solução de problemas comuns com a otimização dos recursos humanos e financeiros**

**Objetivo** – Interagir com os municípios vizinhos visando o estabelecimento de parcerias ou outras formas de trabalho conjunto que levem à racionalização e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis para a superação de problemas comuns, principalmente nas áreas de saúde, educação, transportes, gestão de resíduos sólidos, implantação de matadouro regional, difusão de informação tecnológica, cultura e turismo.

**PA 2.4. - Melhorar as condições de trafegabilidade das estradas vicinais, intermunicipais e interestaduais**

**Objetivo** – Garantir permanentemente a boa conservação das estradas vicinais e promover gestões junto ao DERTINS para que faça a manutenção das intermunicipais e interestaduais.

**PA 2.5. – Melhorar o transporte intermunicipal e interestadual**

**Objetivo** - Promover gestões junto aos organismos concedentes e às empresas concessionárias das linhas de transporte intermunicipal e interestadual para a melhoria dos equipamentos, diversificação das linhas de ônibus e oferecimento de horários confortáveis e convenientes para a população.

**PA 2.6. – Implantar Terminal Rodoviário**

**Objetivo** – Definir áreas, elaborar projeto e construir Terminal Rodoviário, articulado à hierarquização do sistema viário urbano e sua interligação com as rodovias de acesso à Cidade.

**PA 2.7. Implantar transporte ferroviário de passageiros**

**Objetivo** – Promover gestões junto aos organismos responsáveis pela ferrovia Norte-Sul a fim de permitir a operação de trens mistos de passageiros e carga e favorecer o deslocamento da população.

### **PA 2.8. Obter a homologação do aeródromo**

**Objetivo** - Promover gestões junto ao DAC para que sejam criadas as instalações e condições de operação que possibilitem a homologação do aeródromo a fim de que possa receber aeronaves de pequeno e médio porte

## **LE 3 - Proteger e valorizar o meio ambiente natural e construído.**

### **PA 3.1. Garantir a perenidade dos recursos naturais e ambientais, inclusive na área rural**

**Objetivo** – Elaborar um plano de proteção dos recursos naturais e ambientais, articulando-se com os organismos ambientais nos níveis estadual e federal, com empresas responsáveis e com organizações não governamentais, com o fim de promover a recuperação e conservação desses recursos de forma sustentável.

### **PA 3.2. Promover a recuperação de áreas degradadas**

**Objetivo** – Estabelecer um programa de recuperação e revegetação das áreas degradadas do Município, em especial as Áreas de Preservação Permanente – APP, inclusive por meio de parcerias.

### **PA 3.3. Promover a regularização fundiária dos terrenos e dos parcelamentos**

**Objetivo** – Oferecer apoio técnico e jurídico aos moradores em terrenos não regularizados para fins de regularização fundiária e para prevenir parcelamentos e ocupação irregulares no território municipal.

### **PA 3.4. Promover a elaboração do Plano Ambiental de Conservação, Gestão e Usos Múltiplos do Reservatório Artificial da UHE Serra Quebrada e seu entorno**

**Objetivo** – Fazer gestões junto aos órgãos responsáveis pela construção da UHE para a elaboração deste Plano, nos termos da Resolução 001/03, de 09/10/03, do Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA, com vistas a possibilitar a utilização da APP à volta do reservatório como embarcadouros praias artificiais, acessos para pedestres e embarcações e outros equipamentos (barracas, mesas, cadeiras) *playgrounds* e áreas cobertas a serem implantadas na área de lazer e entretenimento proposta pelo Plano Diretor.

### **PA 3.5. Dar tratamento adequado à disposição final dos resíduos sólidos**

**Objetivo** – Equacionar a gestão dos resíduos sólidos por meio da melhoria da coleta e varrição urbana, implantação de coleta seletiva, construção de aterro sanitário e, posteriormente, de usina de lixo, inclusive em articulação com os municípios vizinhos.

### **PA 3.6. Promover a regularização das reservas legais dos terrenos rurais**

**Objetivo** – Fazer gestões junto ao RURALTINS para o oferecimento de apoio técnico e jurídico aos proprietários rurais a fim de favorecer a regularização das reservas legais de suas propriedades.

### **PA 3.7. Evitar as queimadas**

**Objetivo** – Promover ações destinadas a substituir as queimadas por formas mais racionais de manejo do solo, com menores danos ao meio ambiente.

### **PA 3.8. Promover a educação ambiental em todos os níveis**

**Objetivo** – Institucionalizar, de forma continuada, no Município, atividades diversas de educação ambiental a serem desenvolvidas nas escolas, associações, assentamentos e outras organizações representativas dos diferentes segmentos da sociedade.

## **LE 4 - Organizar um espaço urbano de qualidade**

### **PA 4.1. Delimitar o perímetro urbano**

**Objetivo** – Realizar levantamento topográfico que fundamente a elaboração de projeto de lei a ser encaminhado à aprovação por parte do Poder Legislativo definindo os limites da Macrozona Urbana.

### **PA 4.2. Promover o zoneamento da Cidade**

**Objetivo** – Delimitar, com base na Lei do Perímetro Urbano a ser criada, no levantamento topográfico, na configuração urbana e reorganização dos usos e funções da Cidade de acordo com as diretrizes urbanísticas do Plano Diretor, as zonas homogêneas de uso estabelecidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo na Macrozona Urbana.

#### **PA 4.3. Estruturar o sistema viário urbano para possibilitar a integração das diferentes partes da Cidade**

**Objetivo** – Hierarquizar as vias urbanas com vistas a estabelecer a distribuição dos fluxos de tráfego, integrar espacialmente as diferentes partes da Cidade, criar eixos de ligação entre os bairros, criar vias laterais às rodovias e ferrovia com melhores condições de circulação e tratamento paisagístico para melhor articular o sistema viário urbano às rodovias que cruzam a Cidade e solucionar as transposições da ferrovia e rodovias no perímetro urbano.

#### **PA 4.4. Implantar ciclovias e vias para a circulação de pedestres**

**Objetivo** – Aproveitar a topografia favorável e as pequenas distâncias entre os bairros para a implantação de uma malha cicloviária, para uso exclusivo de ciclistas, possibilitando a circulação segura de bicicletas, separada da dos veículos motorizados, inclusive com áreas para estacionamento dos bicis. Visa também a criação de vias para a circulação de pessoas a pé, com pavimentação, sinalização e arborização que ofereçam conforto aos usuários, com atenção particular aos portadores de necessidades especiais.

#### **PA 4.5. – Criar um sistema de áreas verdes na Cidade**

**Objetivo** – Criar parques urbanos, bosques e áreas arborizadas e ajardinadas para a integração da natureza à Cidade e aproximação da Cidade ao rio Tocantins, articulando as Áreas de Preservação Permanente e os espaços naturais, de forma a garantir a qualidade da paisagem natural e construída.

#### **PA 4.6. Criar Parque Urbano**

**Objetivo** – Delimitar área e elaborar projeto de lei para a criação de um Parque Urbano na saída para o aeródromo, com vistas a proteger porção de mata ainda preservada no perímetro urbano e oferecer mais uma área de lazer e entretenimento à população.

#### **PA 4.7. Dar tratamento adequado às fachadas das edificações**

**Objetivo** – Orientar tecnicamente e apoiar os moradores a manter as fachadas de suas edificações sempre bem tratadas, criando um espaço harmônico e esteticamente agradável.

#### **PA 4.8. Dar tratamento adequado às vias urbanas e logradouros públicos**

**Objetivo** – Valorizar as vias urbanas, praças, jardins e demais logradouros públicos, por meio da implantação de projetos adequados de pavimentação, calçadas, iluminação pública, arborização e sinalização de trânsito, além da manutenção permanente da limpeza urbana.

**PA 4.9. Implantar nomenclatura das vias e logradouros públicos e numeração dos imóveis urbanos**

**Objetivo** – Elaborar projeto para a adoção de um sistema oficial de nomenclatura das vias de circulação e logradouros públicos, bem como de numeração das edificações, por meio de placas denominativas e indicativas, padronizadas e adequadamente colocadas.

**PA 4.10. Implantar e manter mobiliário urbano de qualidade**

**Objetivo** – Elaborar projeto, implantar e manter mobiliário urbano (abrigos para passageiros de ônibus, telefones públicos, terminais bancários eletrônicos, placas de sinalização, painéis informativos e de publicidade, estacionamentos de bicicletas, lixeiras, estátuas e outros monumentos) de qualidade em toda a Cidade, para maior conforto da população.

**LE 5 – Garantir a todos os cidadãos moradia digna, equipamentos urbanos e transporte coletivo.**

**PA 5.1. Definir e implementar política habitacional eficiente**

**Objetivo** – Estabelecer mecanismos de oferecimento de habitação adequada às diferentes camadas da população, inclusive por meio da captação de recursos de programas existentes nas outras esferas de governo para a superação do déficit e inadequação habitacional.

**PA 5.2. Oferecer orientação técnica aos moradores para a construção e melhoria de suas residências**

**Objetivo** – Instituir um programa de apoio técnico aos proprietários que necessitem construir ou melhorar as condições de habitabilidade de suas residências.

**PA 5.3. Orientar e fiscalizar a aplicação das normas urbanísticas e edíficias existentes**

**Objetivo** – Elaborar Código de Edificações e organizar a fiscalização municipal para a orientação aos proprietários quanto à importância dessas normas, além da atribuição de controle do respeito às mesmas.

**PA 5.4. Melhorar a qualidade do tratamento da água de abastecimento da população**

**Objetivo** – Implantar mecanismos de controle permanente da qualidade da água oferecida.

**PA 5.5. Ampliar os serviços de esgotamento sanitário a toda a Cidade**

**Objetivo** - Atender toda a população com rede coletora e implantar Estação de Tratamento de Esgoto – ETE para o tratamento adequado do esgoto da parte baixa da Cidade.

**PA 5.6. Implantar sistema de drenagem pluvial em toda a Cidade**

**Objetivo** – Elaborar projeto e instalar rede de captação da água das chuvas a fim de evitar alagamentos e voçorocas causadas pelas enxurradas.

**PA 5.7. Implantar sistema de telefonia móvel**

**Objetivo** – Promover gestões junto às operadoras para a implantação de serviços de telefonia móvel no Município.

**PA 5.8. Oferecer transporte coletivo de qualidade**

**Objetivo** – Estabelecer concessões de linhas de transporte coletivo, com atenção particular aos portadores de necessidades especiais, e articular-se com o município e empresários de Estreito para o estabelecimento de parcerias visando a implantação de transporte coletivo para servir aos dois municípios.

**LE 6 - Assegurar o direito à saúde e à educação de qualidade, à segurança pública e favorecer o acesso à cultura e ao lazer a toda a população.**

**PA 6.1. Aprimorar a qualidade da educação, em todos os níveis**

**Objetivo** – Elevar o padrão de qualidade da educação, em todos os níveis, por meio da capacitação dos profissionais de educação, da adequação dos currículos escolares à realidade regional e da modernização das instalações físicas e equipamentos da rede escolar.

**PA 6.2. Criar escolas profissionalizantes de nível médio**

**Objetivo** – Oferecer oportunidades de capacitação profissional no nível médio para a população local, direcionadas para as atividades econômicas da região.

**PA 6.3. Ampliar as escolas para atender às crianças até 4 anos e à educação infantil**

**Objetivo** – Universalizar o acesso à educação pela ampliação da oferta de vagas desde a primeira infância, de modo a tornar a educação um processo continuado, com maior eficiência.

**PA 6.4. Ampliar e modernizar os serviços de saúde**

**Objetivo** –Fortalecer as ações de prevenção das doenças, com vistas a diminuir a demanda por atendimento ambulatorial, melhorando a sua eficiência.

**PA 6.5. Criar unidade de saúde compatível com as necessidades da população**

**Objetivo** – Articular-se com os organismos responsáveis pelos serviços de saúde nos níveis estadual e federal com vistas à implantação de unidade de saúde dimensionada segundo a demanda da população, estruturada com equipamentos adequados e quadro médico e para-médico capacitado.

**PA 6.6. Conseguir a designação de um destacamento policial para a Cidade**

**Objetivo** – Fazer gestões junto ao governo estadual para que seja designado, em caráter definitivo, um destacamento policial para o Município, com profissionais capacitados, viaturas e equipamentos adequados para a manutenção da ordem pública.

**PA 6.7. Implantar os serviços de Defesa Civil e de combate a incêndios**

**Objetivo** – Dotar a Administração Pública de serviços eficazes de proteção contra incêndios e calamidades, inclusive por meio da educação e prevenção.

**PA 6.8. Resgatar e incentivar as tradições culturais**

**Objetivo** – Resgatar a cultura local por meio da promoção de eventos culturais, do estímulo às manifestações folclóricas tradicionais e da valorização e promoção das festas de cunho popular da região.

**PA 6.9. Ampliar as possibilidades de práticas esportivas, de entretenimento e lazer**

**Objetivo** – Criar e estimular a implantação de espaços e equipamentos a serem oferecidos à população para a prática de esportes, o lazer e o entretenimento, particularmente na área próxima ao rio Tocantins e no Parque Urbano a ser criado na saída para o aeroporto.

## **LE 7 - Desenvolver uma gestão municipal e urbana participativa e eficaz.**

### **PA 7.1. Implantar o Sistema de Planejamento e Gestão**

**Objetivo** – Estruturar o conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos para a coordenação das ações de desenvolvimento necessárias à implementação do Plano Diretor.

### **PA 7.2. Implantar o Sistema Municipal de Informações**

**Objetivo** – Dotar o Sistema de Planejamento e Gestão de informações sistematicamente estruturadas e atualizadas para subsidiar a tomada de decisões nos diferentes níveis de planejamento e gestão e para o monitoramento da implementação do Plano Diretor.

### **PA 7.3. Estruturar o Conselho Municipal de Desenvolvimento**

**Objetivo** – Estruturar o processo participativo por meio da criação e efetivo funcionamento de um fórum qualificado, com participação do poder público, da iniciativa privada e da sociedade, para orientar e monitorar o processo de planejamento e gestão municipal e urbana.

### **PA 7.4. Modernizar a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal**

**Objetivo** – Ampliar a capacidade de planejamento e gestão da Administração Municipal por meio da adequação e modernização de sua estrutura organizativa e da capacitação das equipes nos diferentes níveis, como forma de elevar a eficiência e eficácia da gestão e de melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.

### **PA 7.5. Implantar a prática do planejamento participativo**

**Objetivo** – Criar mecanismos de participação da sociedade no processo de planejamento e gestão, incluindo a discussão e elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei do Orçamento Anual.

### **PA 7.6. Promover a estruturação efetiva das associações e cooperativas**

**Objetivo** – Apoiar e estimular a organização dos diferentes segmentos da sociedade em associações e cooperativas para a condução e solução dos problemas de interesse comum e para fortalecer a sua representatividade como participantes do processo de planejamento e gestão.

### **PA 7.7. Melhorar a estrutura e mecanismos de arrecadação fiscal**

**Objetivo** – Aprimorar a capacidade arrecadadora do Município para reduzir sua dependência das transferências externas de recursos.

### **PA 7.8. Estruturar a fiscalização municipal**

**Objetivo** – Ampliar e qualificar quadro técnico e regulamentar e modernizar os instrumentos de fiscalização do Município nos seus diferentes aspectos.

### **PA 7.9. Ampliar a articulação entre as diferentes áreas da Administração e com as outras esferas de governo**

**Objetivo** – Ampliar a interação entre as diferentes equipes da Administração e destas com os organismos de municípios vizinhos, estaduais e federais correlatos, com vistas ao melhor entrosamento, visando o desenvolvimento de ações conjuntas de interesse do Município e da região.

### **PA 7.10. Estabelecer parcerias com o setor privado para a implementação de ações de desenvolvimento**

**Objetivo** – Desenvolver ações conjuntas entre o poder público, a iniciativa privada e o terceiro setor, de forma a estabelecer um processo participativo na busca do cenário desejado para o Município e a Cidade.

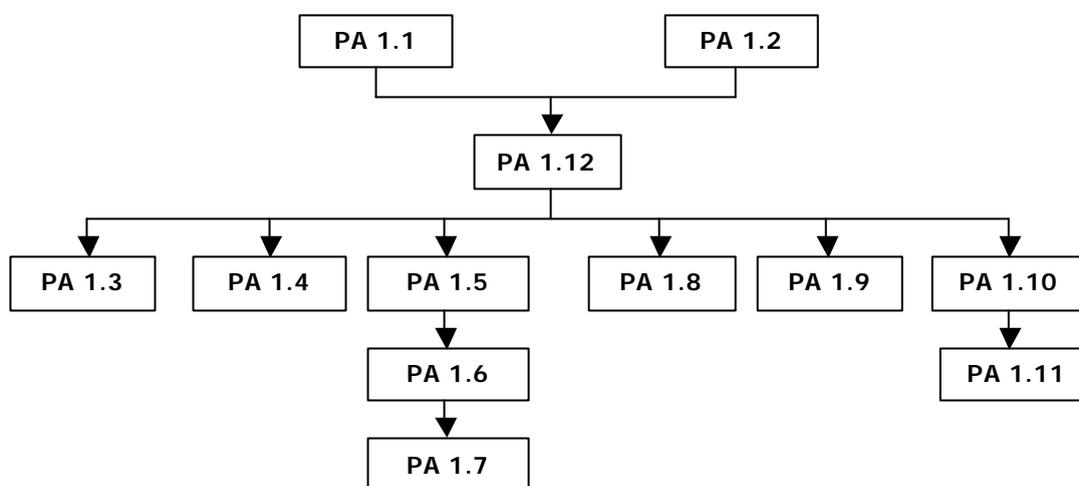
## **3.2. Inter-relacionamento Seqüencial das Ações de Desenvolvimento**

Os programas de ações apresentados no item anterior guardam entre si relações e seqüenciamento lógico, por serem algumas vezes dependentes uns dos outros ou por apresentarem graus de complexidade ou de investimento necessário diferenciados, o que leva a tempos diferentes de execução. Por esta razão, deverão ser incluídos, gradativamente, nos PPA e nos Orçamentos Anuais, na medida em que tiverem possibilidade de serem executados.

Os diagramas apresentados a seguir, para cada uma das Linhas Estratégicas propostas, apresentam o inter-relacionamento seqüencial entre os Programas de Ações.

## LE 1 - Apoiar o desenvolvimento de uma economia forte e diversificada, voltada para a agroindústria e o comércio de exportação.

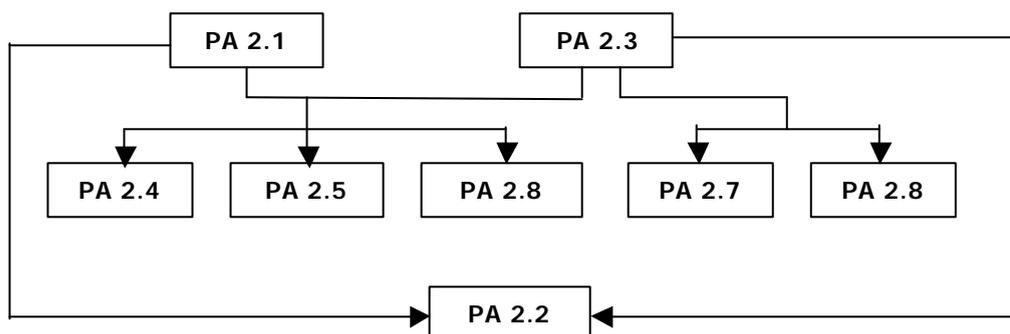
- PA 1.1. Apoiar a implantação da Plataforma Multimodal de Transportes
- PA 1.2. Favorecer a diversificação da base econômica
- PA 1.3. Criar espaços e infra-estrutura para a implantação de novos empreendimentos
- PA 1.4. Facilitar o acesso a linhas de crédito para os diferentes empreendimentos
- PA 1.5. Promover a modernização, diversificação e verticalização da agropecuária
- PA 1.6. Estimular a implantação de projetos de manejo e processamento de frutos nativos, com o registro das respectivas patentes
- PA 1.7. Estimular o desenvolvimento do empreendedorismo, com vistas ao estabelecimento de formas associativas de produção e comercialização dos produtos
- PA 1.8 Promover a implantação da Unidade Base de Derivados de Petróleo e Álcool junto à Plataforma Multimodal
- PA 1.9. Estimular a indústria da construção civil
- PA 1.10 – Estimular a diversificação dos setores de comércio e serviços
- PA 1.11 - Atrair novos estabelecimentos de hospedagem e alimentação de qualidade
- PA 1.12 – Disponibilizar informações e orientação sobre as possibilidades econômicas do Município



## LE 2 - Desenvolver intercâmbio regional, estadual e nacional para a implementação de ações de desenvolvimento.

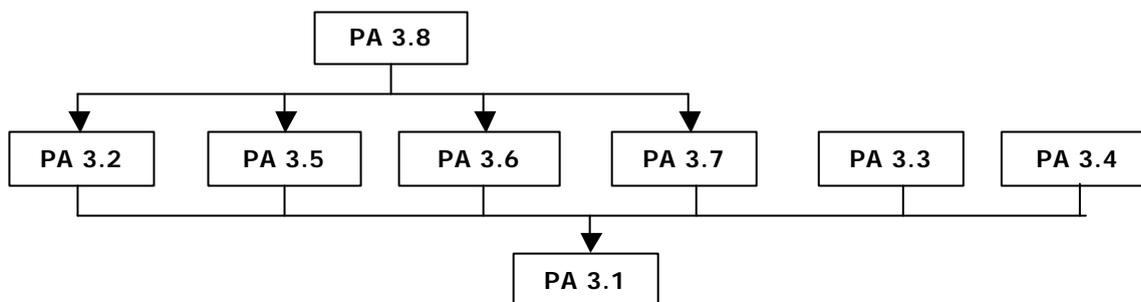
- PA 2.1. - Estimular a criação de um pólo regional de agronegócios
- PA 2.2. – Promover gestões para a implantação de uma Região Integrada de Desenvolvimento na área de influência direta da Plataforma Multimodal, composta por municípios do Tocantins e Maranhão

- PA 2.3. - Estabelecer parcerias intermunicipais e de consórcios para a solução de problemas comuns com a otimização dos recursos humanos e financeiros
- PA 2.4. - Melhorar as condições de trafegabilidade das estradas vicinais, intermunicipais e interestaduais
- PA 2.5. – Melhorar o transporte intermunicipal e interestadual
- PA 2.6. – Implantar Terminal Rodoviário
- PA 2.7. - Implantar transporte ferroviário de passageiros
- PA 2.8. - Obter a homologação do aeródromo



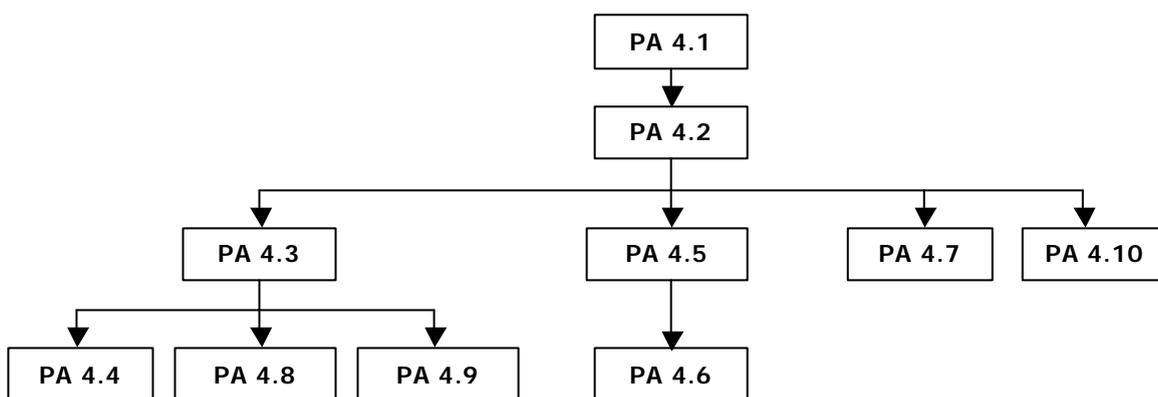
### LE 3 - Proteger e valorizar o meio ambiente natural e construído.

- PA 3.1. Garantir a perenidade dos recursos naturais e ambientais, inclusive na área rural
- PA 3.2. Promover a recuperação de áreas degradadas
- PA 3.3. Promover a regularização fundiária dos terrenos e dos parcelamentos
- PA 3.4. Promover a elaboração do Plano Ambiental de Conservação, Gestão e Usos Múltiplos do Reservatório Artificial da UHE Estreito e seu entorno
- PA 3.5. Dar tratamento adequado à disposição final dos resíduos sólidos
- PA 3.6. Promover a regularização das reservas legais dos terrenos rurais
- PA 3.7. Evitar as queimadas
- PA 3.8. Promover a educação ambiental em todos os níveis



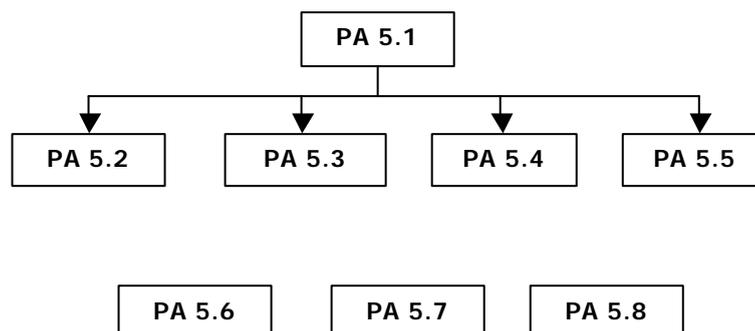
#### LE 4 - Organizar um espaço urbano de qualidade.

- PA 4.1. Delimitar o perímetro urbano
- PA 4.2. Promover o zoneamento da Cidade
- PA 4.3. Estruturar o sistema viário urbano para possibilitar a integração das diferentes partes da Cidade
- PA 4.4. Implantar ciclovias e vias para a circulação de pedestres
- PA 4.5. – Criar um sistema de áreas verdes na Cidade
- PA 4.6. Criar Parque Urbano
- PA 4.7. Dar tratamento adequado às fachadas das edificações
- PA 4.8. Dar tratamento adequado às vias urbanas e logradouros públicos
- PA 4.9. Implantar nomenclatura das vias e logradouros públicos e numeração dos imóveis urbanos
- PA 4.10. Implantar e manter mobiliário urbano de qualidade



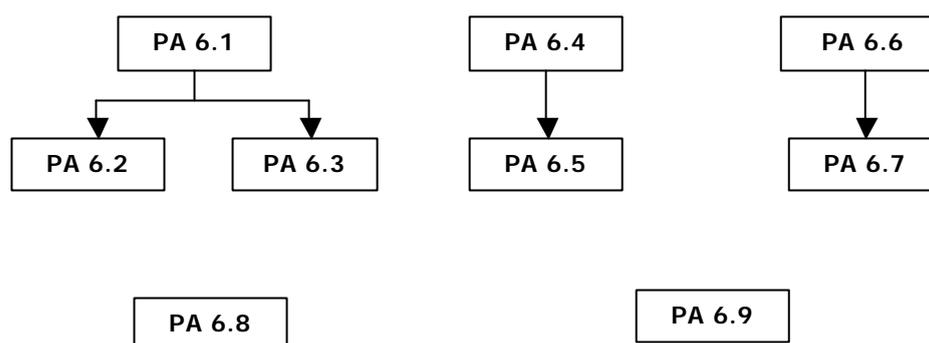
#### LE 5 – Garantir a todos os cidadãos moradia digna, equipamentos urbanos e transporte coletivo.

- PA 5.1. Definir e implementar política habitacional eficiente
- PA 5.2. Oferecer orientação técnica aos moradores para a construção e melhoria de suas residências
- 5.3. Orientar e fiscalizar a aplicação das normas urbanísticas e edilícias existentes
- PA 5.4. Melhorar a qualidade do tratamento da água de abastecimento da população
- PA 5.5. Ampliar os serviços de esgotamento sanitário a toda a Cidade
- PA 5.6. Implantar sistema de drenagem pluvial em toda a Cidade
- PA 5.7. Implantar sistema de telefonia móvel
- PA 5.8. Oferecer transporte coletivo de qualidade



**LE 6 - Assegurar o direito à saúde e à educação de qualidade, à segurança pública e favorecer o acesso à cultura e ao lazer a toda a população.**

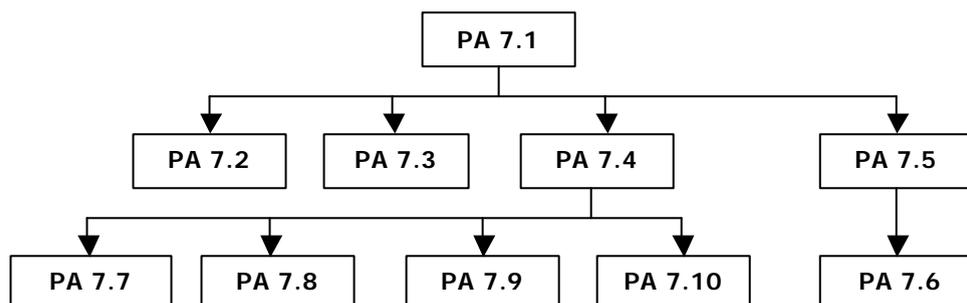
- PA 6.1. Aprimorar a qualidade da educação em todos os níveis
- PA 6.2. Criar escolas profissionalizantes de nível médio
- PA 6.3. Ampliar as escolas para atender às crianças até 4 anos e à educação infantil
- PA 6.4. Ampliar e modernizar os serviços de saúde
- PA 6.5. Criar unidade de saúde compatível com as necessidades da população
- PA 6.6. Conseguir a designação de um destacamento policial para a Cidade
- PA 6.7. Implantar os serviços de Defesa Civil e de combate a incêndios
- PA 6.8. Resgatar e incentivar as tradições culturais
- PA 6.9. Ampliar as possibilidades de práticas esportivas, de entretenimento e lazer



**LE 7 - Desenvolver uma gestão municipal e urbana participativa e eficaz.**

- PA 7.1. Implantar o Sistema de Planejamento e Gestão
- PA 7.2. Implantar o Sistema Municipal de Informações
- PA 7.3. Estruturar o Conselho Municipal de Desenvolvimento
- PA 7.4. Modernizar a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal

- PA 7.5. Implantar a prática do planejamento participativo
- PA 7.6. Promover a estruturação efetiva das associações e cooperativas
- PA 7.7. Melhorar a estrutura e mecanismos de arrecadação fiscal
- PA 7.8. Estruturar a fiscalização municipal
- PA 7.9. Ampliar a articulação entre as diferentes áreas da Administração e com as outras esferas de governo
- PA 7.10. Estabelecer parcerias com o setor privado para a implementação de ações de desenvolvimento estabelecidas



## 4. Indicações para o Sistema de Planejamento e Gestão

### 4.1. Concepção

O processo de planejamento e gestão municipal deve ser contínuo e se desenvolver em todos os níveis da Administração. O planejamento é uma reflexão que precede e preside a tomada de decisão quanto às ações a serem implementadas para se viabilizarem o objetivo e as linhas estratégicas definidas como de interesse coletivo pelo Plano Diretor, sob uma visão estratégica de futuro.

O Sistema de Planejamento e Gestão é o conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos que possibilita a criação das condições de implementação do processo de desenvolvimento sustentável para o Município. Este Sistema objetiva a:

1. coordenação das ações dos setores públicos e privados e da sociedade em geral;
2. integração das diferentes ações, com seus respectivos projetos e atividades, destinados a implementar as estratégias da política de desenvolvimento e expansão urbana;
3. modernização e dinamização da ação governamental.

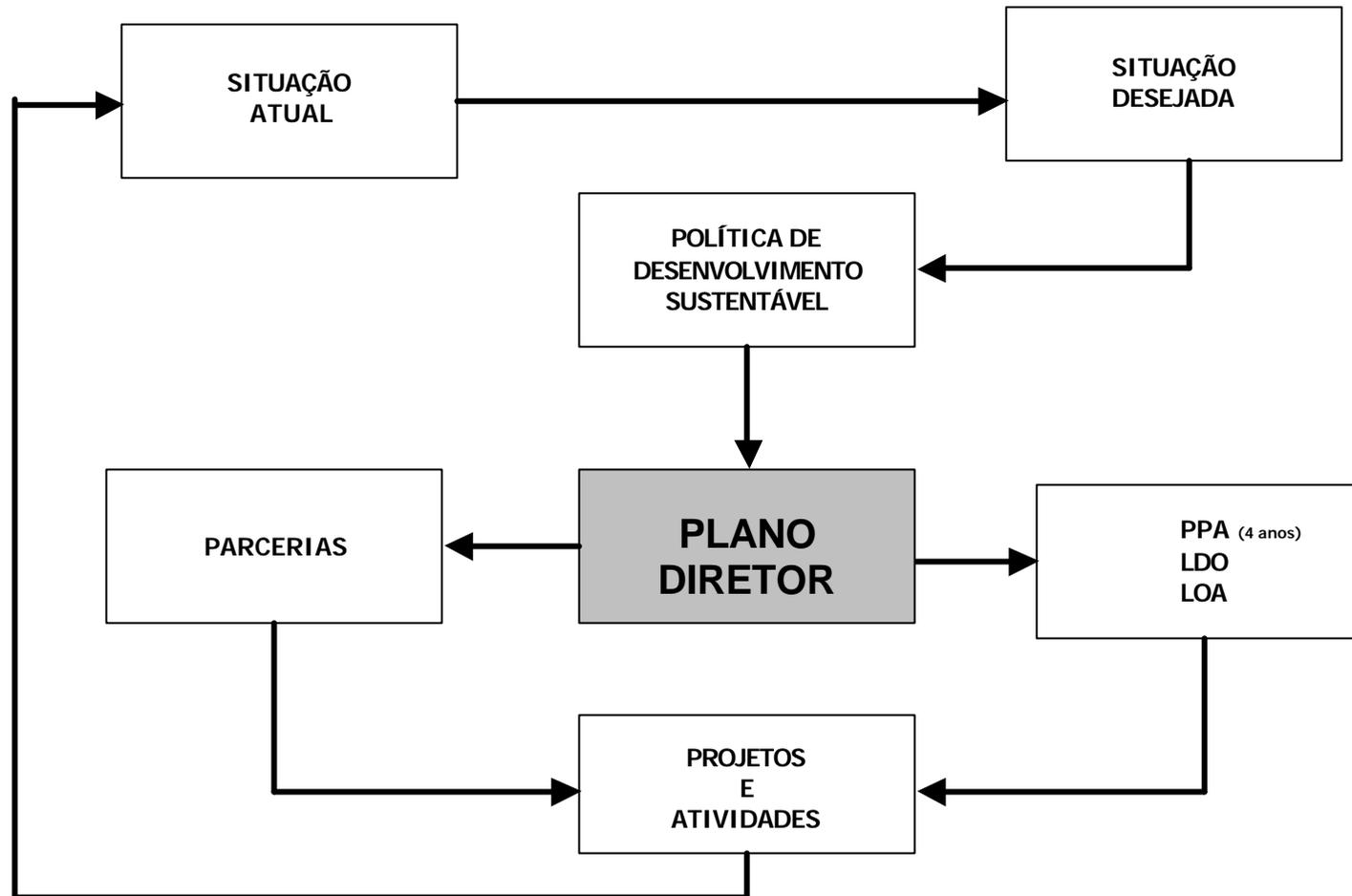
**P**ara a implementação desse processo, são exigidos:

- a. Instrumentos adequados de planejamento nos diferentes níveis decisórios;
- b. Estrutura organizativa específica;
- c. Sistema de informações estruturado e permanentemente atualizado;
- d. Mecanismos de monitoramento das ações e avaliação dos resultados;
- e. Participação popular efetiva.

## **4.2. Os Instrumentos de Planejamento e Gestão**

**O**s instrumentos de planejamento e gestão municipal são vários. O Plano Diretor é o primeiro deles, definido pela Constituição Federal como o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. Define, no nível macro, os rumos do desenvolvimento municipal e estabelece estratégias para a sua promoção, a serem viabilizadas pelos programas de ação que devem ser monitorados e avaliados com vistas a permitir ajustes e correções da formulação inicial.

## PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – DIAGRAMA 1

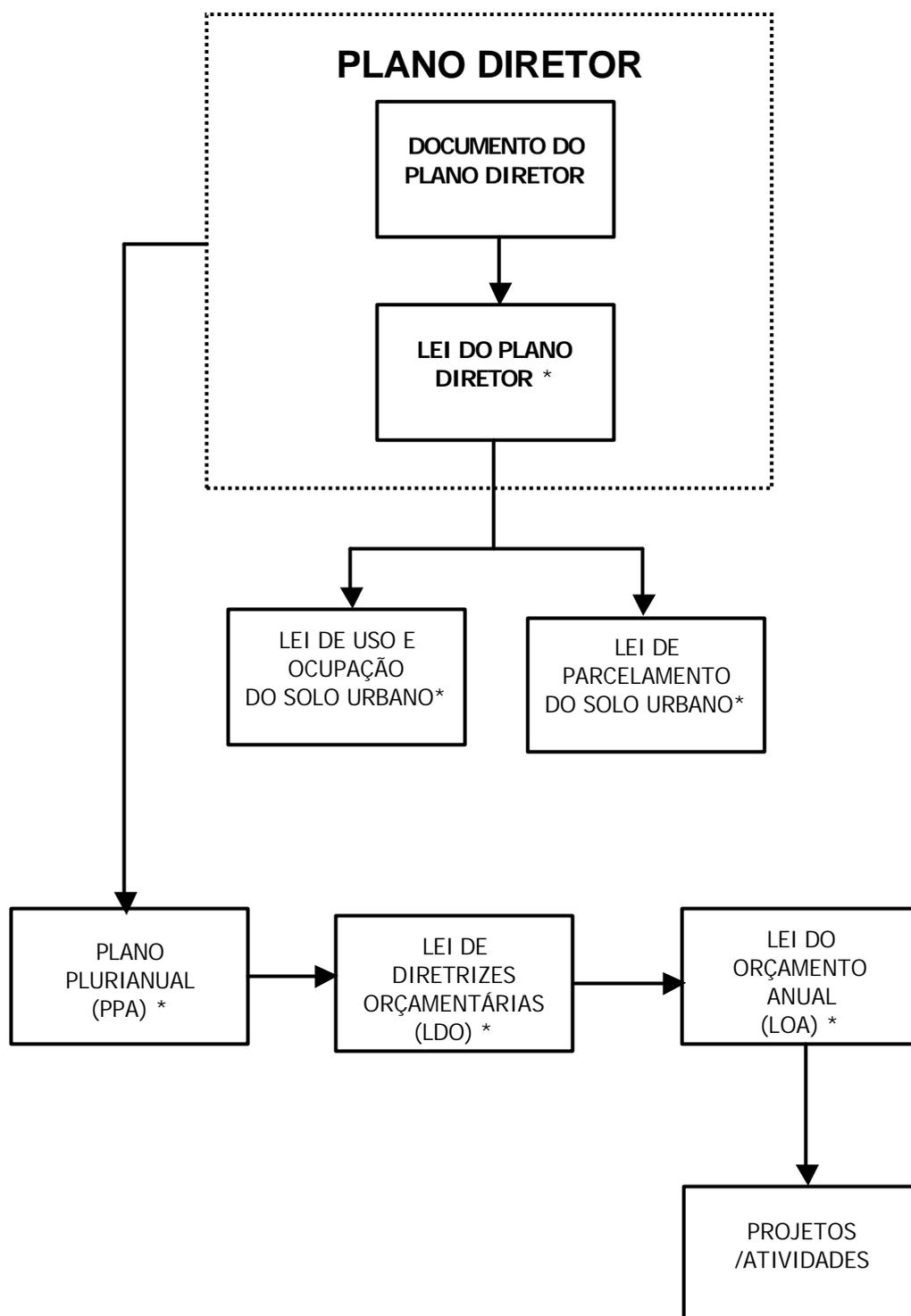


**O** Plano Diretor exige desdobramentos distintos:

1. demanda uma legislação urbanística e edilícia, particularmente as Leis de Uso e Ocupação do Solo nas Zonas Urbanas, de Parcelamento do Solo Urbano e o Código de Edificações, e outros instrumentos capazes de fazer cumprir as suas determinações;
2. necessita do detalhamento obtido pelo Plano Plurianual, quadriênio que possibilita, a cada ano, ajustes e correções das formulações iniciais do Plano Diretor, e por um plano de ações e investimentos anuais apresentado nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, a partir das quais podem ser elaborados os projetos de ações específicas.

**C**onvém ressaltar que a elaboração dos instrumentos indicados é de competência privativa da Administração Municipal, devendo todas as leis ser encaminhadas à aprovação pelo Poder Legislativo municipal. A execução dos projetos e atividades decorrentes fica sob a coordenação do Executivo Municipal, cabendo à Câmara de Vereadores fiscalizar o fiel cumprimento da legislação aprovada.

## PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – DIAGRAMA 2



\* Devem ser aprovados pelo Poder Legislativo Municipal

### 4.3. Estrutura Organizativa

Para a implementação estratégica do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, a Administração Municipal deve contar com uma estrutura organizativa específica, composta por diferentes instâncias decisórias, para a elaboração, aprovação, e execução dos programas de ações, o monitoramento da execução e a avaliação dos resultados. Assim, será possível a participação dos diversos atores responsáveis pelo futuro do Município, bem como a participação direta e universal dos cidadãos nos processos decisórios.

Em Aguiarnópolis, esta estrutura deve ser composta de:

#### 4.3.1. Conselho Municipal de Desenvolvimento

Fórum constituído por representantes do Poder Público, da iniciativa privada e da sociedade, como atores comprometidos com o desenvolvimento do Município, onde são debatidos os programas e projetos estratégicos apresentados pelo Governo Municipal.

As reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento devem ser realizadas para a tomada de decisões políticas de carácter estratégico, para a formulação de políticas de sustentabilidade e para a definição dos instrumentos para sua implementação.

#### 4.3.2. Gabinete do Prefeito

Deve ser o responsável pela promoção, acompanhamento e monitoramento dos programas e ações necessários à implementação da Política de Desenvolvimento Sustentável e de Expansão Urbana do Município. Para tanto, deverá desenvolver, entre outras, três atividades básicas:

- a) coordenar a formulação do Plano Plurianual (PPA) e das Leis de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual (LOA);
- b) acompanhar e monitorar as ações de implementação dos programas e projetos, por meio de um sistema de monitoramento que utilize um conjunto de indicadores e de procedimentos destinados ao conhecimento da evolução e à avaliação dos resultados de implementação das ações, de forma a possibilitar a tomada de decisões para correções de rumo e a avaliação de resultados e impactos;

c) estruturar, manter e operar um Sistema Municipal de Informações, voltado para o planejamento e gestão, organizado a partir de indicadores básicos de aferição da situação passada, presente e futura.

**O** Gabinete do Prefeito exercerá as funções de Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Desenvolvimento.

### **4.3.3. Secretarias Municipais e Entidades da Administração Indireta ou Fundacional do Município**

**A**s Secretarias municipais e as entidades da Administração Indireta ou Fundacional da Administração Municipal atuarão como órgãos executores dos programas e projetos aprovados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento e pela Câmara de Vereadores, nas suas respectivas áreas de competência.

## **4.4 Sistema Municipal de Informações**

**C**onjunto de dados e informações sobre a população e o território municipal e das relações entre uma e outro, para subsidiar a tomada de decisão nos diferentes níveis da atuação municipal e possibilitar a ação operativa dos organismos envolvidos diretamente com a execução das ações.

## **4.5. Mecanismos de Monitoramento e Avaliação**

**C**riados a partir da construção e/ou seleção de indicadores que possibilitem uma observação objetiva de diferentes momentos do processo, são necessários para a verificação da ocorrência, ou não, de mudanças na realidade local.

**É** recomendável observações antes e durante o desenvolvimento do processo, para os eventuais ajustes e correções com as ações ainda em curso. Além disso, deve ser feita uma avaliação logo após o término da execução das ações, para verificar os resultados, e outra algum tempo depois, para medir os impactos resultantes das ações implementadas.

**A**s formas, indicadores e tempos desse monitoramento e avaliação devem ser definidos em função dos objetivos específicos de cada ação ou linha estratégica a que ela corresponde.

#### **4.6. Participação Popular**

**N**os tempos atuais, o Poder Público não tem como responder por todo o processo de desenvolvimento municipal de forma isolada. É absolutamente necessária a participação da iniciativa privada e da sociedade no processo de desenvolvimento, assumindo parcela importante da responsabilidade pelo desenvolvimento da Cidade e do Município.

**D**evem ser encontradas formas de participação e de estabelecimento de mecanismos para efetivar o **pacto social**, fundamental e indispensável a qualquer processo de planejamento e gestão.

## BIBLIOGRAFIA

- AGUIARNÓPOLIS. **Lei orgânica do município de Aguiarnópolis**, sd  
\_\_\_\_\_. **Regime jurídico único**, de 22/05/2001.  
\_\_\_\_\_. **Código de posturas**, de 05/11/2002
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Estatuto da cidade – guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília, 2001
- CESTE. Boletim Bimestral do CESTE. Carolina : Centro de Atendimento e Informação do CESTE, maio/junho 2003
- COURSON, Jacques de. **La prospective des territoires. concepts, méthodes, résultats**. Paris : Ministère de l'Équipement, des Transports et du Logement – Collections du CERTU, 1999.
- ESTADO DO TOCANTINS. **Projeto da plataforma de Aguiarnópolis**. Palmas : Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente do Tocantins / Federação das Indústrias do Estado do Tocantins, 2000
- GASPARINI, Diógenes. **O estatuto da cidade**. 1ª edição. São Paulo : Editora NDJ Ltda., 2002
- MARCIAL, Elaine Coutinho e GRUMBACH, Raul José dos Santos. **Cenários prospectivos – como construir um futuro melhor**. Rio de Janeiro : FGV, 2002.
- MUKAI, Toshio. **O estatuto da cidade. anotações à lei nº 10.257, de 10/07/2001**. São Paulo : Editora Saraiva, 2001.
- PNMT. **Relatório da oficina de comunidade 1ª fase – Aguiarnópolis – TO**. Aguiarnópolis : Programa Nacional de Municipalização do Turismo – Secretaria do Turismo do Tocantins, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Oficina de 3ª fase 3º passo – definições de estratégias de desenvolvimento turístico**. Aguiarnópolis – Tocantins. Aguiarnópolis ; EMBRATUR – SICTUR-TO – SEBRAE-TO, 2002.
- PREFEITURA MUNICIPAL. **Projeto aterro sanitário**. Aguiarnópolis : Prefeitura Municipal de Aguiarnópolis, 2002.
- SEDU. **Seminário sobre a lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999 – parcelamento do solo urbano**. Brasília : Presidência da República – Secretaria de Desenvolvimento Urbano, 1999
- SEPLAN – TO. **Atlas do Tocantins – subsídios ao planejamento da gestão territorial**. Palmas : Governo do Estado do Tocantins – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente – Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico, 2003.
- Ferrovia Norte Sul – site - <http://www.transportes.gov.br/bit/ferro/fns>
- \_\_\_\_\_. Norte – Sul integration railway – ppp – public private partnership
- Hidrovia Tocantins-Araguaia – site - <http://www.ahitar.com.br>
- Rodovia Belém-Brasília – site - <http://www.dner.gov.br/informe/2003>